

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

CONDIÇÕES SÓCIO-CULTURAIS DA PRESERVAÇÃO DA
ARQUITETURA TEUTO-BRASILEIRA EM TIMBÓ(SC)

ANA ANGÉLICA DANTAS ALVES MAYR

Dissertação de mestrado em Sociologia Política.
Orientador: Profa. Dra. TAMARA BENAKOUCHE

Florianópolis, fevereiro de 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

CONDIÇÕES SÓCIO-CULTURAIS DA PRESERVAÇÃO DA
ARQUITETURA TEUTO-BRASILEIRA EM TIMBÓ(SC)

Dissertação submetida à
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do
Grau de Mestre em Sociologia
Política.

ANA ANGÉLICA DANTAS ALVES MAYR

Florianópolis, fevereiro de 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA.

TÍTULO: CONDIÇÕES SÓCIO-CULTURAIS DA PRESERVAÇÃO DA
ARQUITETURA TEUTO-BRASILEIRA EM TIMBÓ

ALUNO: ANA ANGÉLICA DANTAS ALVES MAYR

DATA: 12/03/93

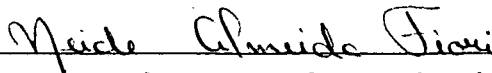
Esta dissertação foi aprovada pelo orientador e pela banca
examinadora formada pelos seguintes professores:



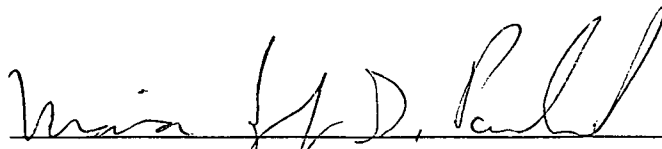
Dra. Tamara Benakouche-UFSC
Presidente



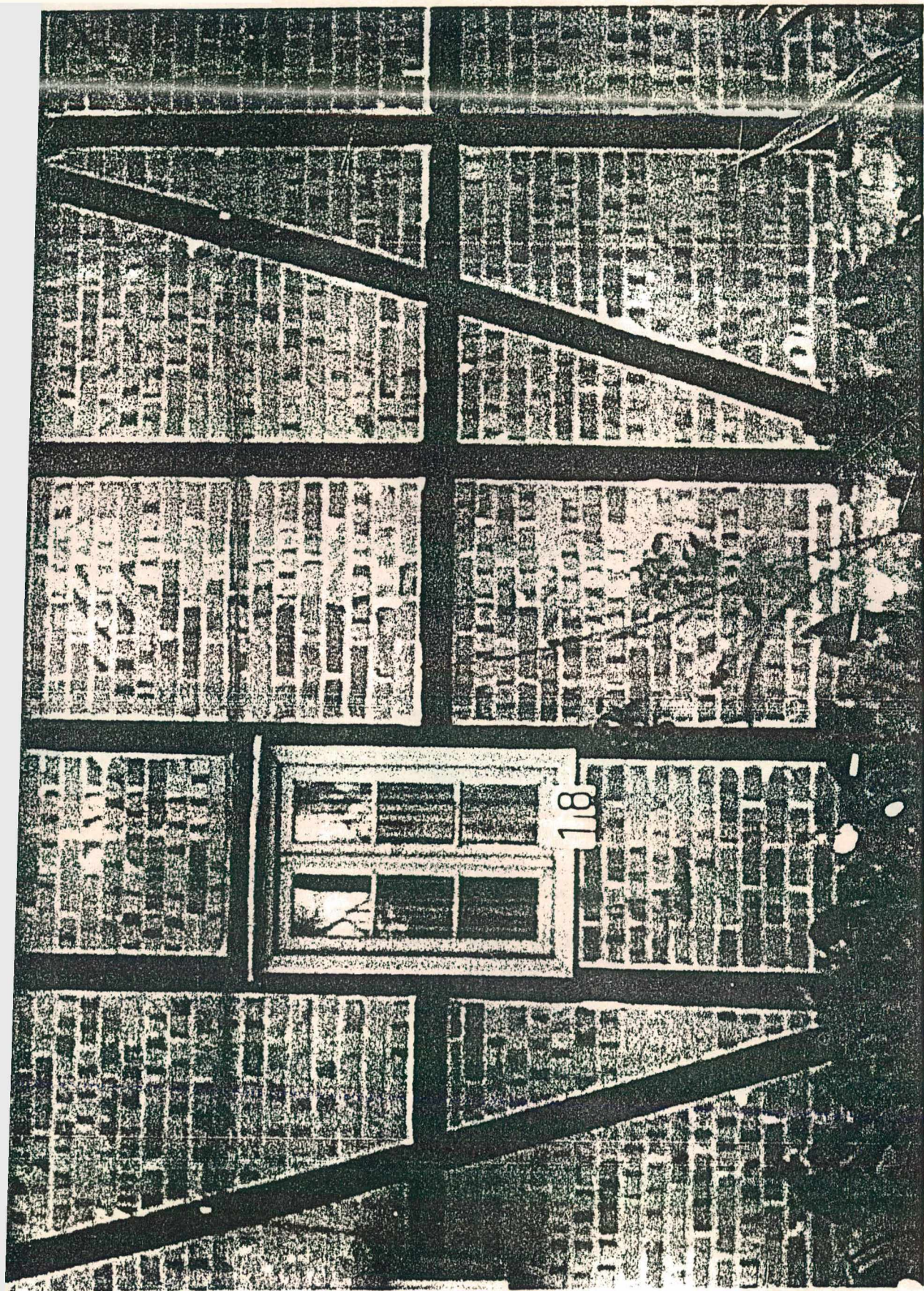
Dra. Roseli Maria Rocha dos Santos-UFPr
Examinadora



Dra. Neide Almeida Fiori-UFSC
Examinadora



Dra Maria Ines Silveira Paulilo-UFSC
Examinadora suplente



118

Aos meus pais.

RESUMO

Este trabalho busca interpretar qual o atual significado de preservação arquitetônica da imigração alemã no Município de Timbó, SC, Brasil. A partir do desenvolvimento econômico e social do município e da manutenção de hábitos culturais tradicionais de sua população, procuramos questionar se existe um confronto entre os novos valores e os antigos ou se há uma lógica intrínseca no processo de rejeição às antigas construções.

Discute também a questão da cultura como um conceito abrangente, procurando contribuir para o reconhecimento da cultura de minorias étnicas como parte integrante da cultura nacional, ponto fundamental para o entendimento das políticas públicas que norteiam as iniciativas no campo da preservação no Brasil.

ABSTRACT

The present work seeks an interpretation of the current meaning of architectural preservation in a region of German immigration (county of Timbó, SC, Brazil). It attempts to discover whether there is a confrontation between the new values and the old ones, or whether there exists an intrinsic logic in process of the rejection of the ancient

constructions, taking as a starting point the social and economic development and the maintenance of traditional habits of its population.

This work also discusses a wider conception of "Culture", thus attempting to make a more positive contribution to existing research on ethnical minorities, a turning-point necessary to the understanding of Brazilian preservation policies.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar nosso agradecimento a todas as pessoas que em muito contribuíram para a realização do presente estudo. Sou particularmente grata :

Ao CNPq por proporcionar-me bolsa de mestrado, imprescindível para a realização deste trabalho;

À coordenadora da 11ª Coordenação Regional do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), Edna June Morley e aos funcionários Luiz e Jane pelo empenho na obtenção de dados por mim solicitados;

Aos arquitetos Dalmo Vieira Filho e Maria Isabel Kanan, que me iniciaram no trabalho realizado em Timbó, e cujo conhecimento na área foi de grande valia para a minha formação;

À Fundação Catarinense de Cultura, pela atenção que nos foi dispensada quando da coleta de dados e pela agradável convivência com os colegas de profissão que nela trabalham;

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Timbó, sempre dispostos a colaborar nas pesquisas que foram realizadas;

Ao Exmo. juiz da Comarca de Timbó, sr. Jaime Bunn, que viabilizou a obtenção de dados, fundamentais à pesquisa;

Aos meus colegas de curso, em especial à Sandra, Hélio, Ana, Maysa e Bárbara pelas ótimas conversas e pelo estímulo dado no decorrer desse período;

Ao corpo docente do programa de Pós-Graduação em Sociologia Política; que em muito contribuiu para alargar minha visão do social e que culminou com a apresentação desta dissertação;

Ao professor dr. Ary César Minella, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, pelo apoio dado a este estudo;

À professora dra. Tamara Benakouche, cuja paciência e dedicação foram fundamentais para a concretização do presente trabalho;

A Luiz, pelo companheirismo nos momentos difíceis;

À Bia e Carol pela ingênua compreensão de minha ausência e pelo incentivo que seus sorrisos me deram.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	I
RESUMO/ABSTRACT.....	II
AGRADECIMENTOS.....	IV
SUMÁRIO.....	VI

INTRODUÇÃO.....	1
-----------------	---

CAPÍTULO I

CULTURA E PRESERVAÇÃO.....	7
1. Sobre o conceito de cultura.....	8
2. Sobre a noção de bem cultural.....	10

CAPÍTULO II

PRESERVAÇÃO E PATRIMÔNIO: UM BREVE	
HISTÓRICO DO CASO BRASILEIRO.....	19
1. Antecedentes.....	21
2. Identidade nacional: a importância do	
Movimento de 1922 e a criação do SPHAN.....	23
3. A onipresença do Estado.....	28
4. O Decreto-Lei nº 25.....	32
5. O CNRC.....	38

CAPÍTULO III

DE COLÔNIA ALEMÃ A MUNICÍPIO INDUSTRIAL.....	44
1. Os primeiros tempos.....	46
2. Da Colônia Blumenau à Colônia Benedito-Timbó..	51
3. O ficar na terra: a fixação dos colonos em Timbó.....	55
4. O desenvolvimento urbano-espacial e o crescimento sócio-econômico do município....	61
4.1. Crescimento industrial e a questão da mão-de-obra.....	66
4.2. Tendências recentes.....	75

CAPÍTULO IV

A ARQUITETURA DA COLONIZAÇÃO EM TIMBÓ.....	79
1. A cabana.....	81
2. A casa primitiva.....	82
3. A casa enxaimel.....	85
4. As casas de alvenaria auto-portante.....	91

CAPÍTULO V

A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO EM TIMBÓ.....	94
1. O Programa dos Roteiros Culturais.....	95
1.1. O cadastramento.....	97
1.2. Propostas de intervenção e pressões locais.....	103

1.3. Alguns êxitos.....	108
2. Os limites da intervenção.....	110
2.1. O aspecto estético-legal.....	111
2.2. O desenvolvimento sócio-econômico.....	113
2.3. A questão política.....	114
2.4. Saber técnico e senso comum.....	117

CAPÍTULO VI

COSTUMES E REPRESENTAÇÕES CULTURAIS LOCAIS.	120
1. A manutenção dos costumes.....	122
1.1. As sociedades de atiradores.....	123
1.2. O uso da língua alemã.....	125
1.3. A culinária.....	126
1.4. Os casamentos.....	127
1.5. A Igreja.....	130
2. A rejeição à tradição: o enxaimel como "casa de colono".....	132
2.1. Critérios da pesquisa de campo.....	132
2.2. Análise das entrevistas.....	147
CONCLUSÕES FINAIS.....	153
BIBLIOGRAFIA.....	161
ANEXOS.....	169

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo a análise da questão da preservação da arquitetura teuto-brasileira no Município de Timbó, no intuito de avaliar os limites das políticas que são elaboradas para esse fim. Procuramos, a partir deste estudo de caso, identificar os elementos que compõem a relação entre a preservação da cultura e o processo de modernização em uma área de imigração germânica.

A motivação para empreendermos um estudo sobre Timbó nasceu de um trabalho realizado entre 1985 e 1987, junto a sua Prefeitura. Este consistia em assessorá-la tecnicamente sobre o desenvolvimento municipal, com especial ênfase na preservação das antigas construções dos colonos alemães que existem tanto na cidade quanto no campo. Na década de 80, Timbó foi introduzido nos Roteiros Culturais da Imigração, trabalho desenvolvido pelo Escritório Técnico regional da antiga Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) de Santa Catarina, com sede em Florianópolis. O objetivo desse trabalho era documentar as construções da imigração em toda região de colonização alemã e italiana e, principalmente, barrar o processo de demolições desse acervo, que se acelerava então. No município em questão,

o trabalho feito referia-se às construções dos imigrantes alemães, base do desenvolvimento industrial da área.

Logo em um primeiro momento observamos que, apesar da manutenção de costumes tidos como tradicionais (o uso da língua alemã, a comida, as sociedades de atiradores e outros), a relação com as construções da imigração eram problemáticas. A população oferecia resistência ao trabalho e isso nos aguçou a curiosidade para descobrir o porquê de tal atitude. Passamos a nos indagar sobre até que ponto a evolução do município oferecia particularidades diferentes das demais regiões do País, capazes de influenciar o sentido de preservação cultural local, e se este não estaria intimamente relacionado não só com a história do município mas, também, com o desenvolvimento sócio-econômico que se delineou nas últimas décadas, gerando expectativas na comunidade a partir de então. Haveria uma contradição entre preservação e desenvolvimento ou as relações entre o tradicional e o novo possuíam uma lógica distinta, não perceptível ao primeiro olhar?

Passamos, assim, a formular três hipóteses preliminares que nortearam o nosso estudo:

1) o princípio que orienta o gosto e as opções arquitetônicas das residências e dos estabelecimentos empresariais é baseado na racionalidade econômica e procura contemplar sua funcionalidade;

2) as construções da imigração tiveram um caráter transitório e portanto as construções enxaimel são encaradas

por esta população como apenas mais uma etapa para chegar à casa moderna, definitiva;

3) as construções modernas significam a ascensão ao status de cidadão urbano e bem-sucedido, sem o estigma de um passado colonial que lembra o trabalho árduo, a imagem de ser colono.

A partir daí, iniciamos nossa pesquisa. Com o intuito de alargar o leque explicativo sobre a questão da preservação arquitetônica, achamos importante considerar o sentido da reprodução social da cultura a partir de uma discussão do próprio conceito de cultura. A este assunto dedicamos o Capítulo I.

Uma etapa indispensável foi considerar a política de preservação dos monumentos históricos no Brasil, procurando avaliar suas limitações quando aplicada em regiões de minorias étnicas, objeto do Capítulo II.

No Capítulo III procuramos focalizar o Município de Timbó a partir de uma perspectiva histórica, revendo as bases nas quais sua evolução sócio-econômica foi moldada.

O Capítulo IV foi dedicado a uma revisão histórica sobre a evolução das construções teuto-brasileiras, em especial as construções enxaimel, objeto de nossa pesquisa.

No Capítulo V procuramos resgatar a tentativa de implantação de um trabalho de preservação cultural no Município de Timbó, a partir da inserção deste município no Programa dos Roteiros Culturais.

Finalmente, o Capítulo VI foi dedicado ao registro da manutenção de algumas tradições e à análise das entrevistas realizadas.

Por último, as conclusões a que chegamos encontram-se no final deste trabalho. Esperamos que estas possam proporcionar uma base mais ampla para os trabalhos de preservação do patrimônio histórico que porventura venham a ser desenvolvidos em regiões de imigração alemã.

A metodologia utilizada em nossa pesquisa teve três momentos distintos: o primeiro foi dedicado a uma revisão bibliográfica sobre a questão da preservação cultural de forma genérica, a partir do tema da cultura e da civilização. Debruçamo-nos em seguida sobre o caso brasileiro, direcionando nossa investigação para a análise do material escrito sobre a antiga Secretaria do Patrimônio Histórico Nacional (SPHAN); a segunda fase foi dedicada à coleta de material que informasse sobre a evolução urbana e arquitetônica do município e sua passagem de área agrícola para industrial e, para tanto, recorreremos a uma revisão bibliográfica da história das áreas de colonização alemã no sul do Brasil, em especial sobre no Rio Grande do Sul, que possui muitos estudos a esse respeito. Procuramos fazer também um levantamento cartográfico, fotográfico e bibliográfico junto ao Arquivo Histórico de Blumenau, à Biblioteca Municipal de Timbó e à Fundação Catarinense de Cultura. Buscamos ainda obter dados atuais fidedignos sobre a situação econômica e social de Timbó na Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN), na Secretaria da

Fazenda do Estado de Santa Catarina, na Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), na Prefeitura Municipal de Timbó, e no Fórum de Timbó; a terceira etapa consistiu na realização de entrevistas abertas, a fim de captarmos as representações da população sobre as casas enxaimel, símbolo da arquitetura da imigração alemã no município, e o sentimento em relação à manutenção das tradições alemãs em Timbó. Optamos pela realização de entrevistas abertas a fim de deixarmos os informantes mais à vontade, mas procuramos seguir um roteiro mínimo previamente estabelecido. Este direcionou as entrevistas na coleta de informações sobre as memórias em relação à casa, o tempo de moradia e o grau de satisfação com ela, a ligação da família com as tradições alemãs, os incentivos que julgavam ser necessários para a manutenção das construções enxaimel em Timbó, etc. O roteiro procurou também trazer à tona as representações da população sobre as construções que se apresentam como alternativa ao padrão tradicional na região.

Gostaríamos, ainda, de esclarecer aqui a utilização de alguns termos empregados em nosso trabalho: quando usamos o termo **colono**, referimo-nos às pessoas que vivem nas áreas rurais, em pequenas propriedades e que, eventualmente, trabalham também nas fábricas, mantendo porém uma estreita vinculação com a terra e com os costumes de seus antepassados: o termo **colônia**, também utilizado, foi por nós apropriado a partir do senso comum e refere-se à área rural do município de Timbó; sobre os imigrantes, em alguns casos

utilizamos o termo **alemão**, generalizando a raiz cultural germânica de todos os imigrantes desta origem que vieram para a região.

CAPÍTULO I

CULTURA E PRESERVAÇÃO

A atividade de preservar bens considerados históricos tem estado muito mais ligada a aspectos práticos, técnicos e operacionais do que a teóricos, faltando maior discussão sobre o assunto.

O patrimônio histórico e as questões ligadas a sua manutenção e permanência constituem um campo de pesquisa, a nosso ver, aqui no Brasil, ainda por explorar, dada a diversidade dos elementos culturais nacionais. Acreditamos que muitas das dúvidas relacionadas à questão de preservar, ou não, um bem cultural sejam consequência da falta de clareza conceitual sobre esse tema. O fato de as iniciativas nessa área se apoiarem em conceitos de cultura por demais globalizantes, e ao mesmo tempo excludentes, os quais privilegiam uma classe ou grupo dominante, faz com que quase sempre se considere como patrimônio histórico apenas o legado arquitetônico dos vencedores.

Neste primeiro momento de nosso trabalho, achamos importante recuperar, ainda que rapidamente, o sentido ontológico do conceito de cultura a partir de autores que trataram do tema. Recuperar a profundidade de sentido e a capacidade desse conceito pareceu-nos necessário para podermos avançar em questões muito importantes como identidade nacional

e cultura nacional, fundamentais para o estudo da contribuição e do legado de uma minoria étnica, como é o caso dos imigrantes germânicos no município de Timbó, SC.

1. Sobre o conceito de cultura

O tema da cultura é abordado com bastante propriedade no ensaio "Cultura e Civilização"¹, de ADORNO e HORKHEIMER. Nele, os autores procuram traçar um histórico da evolução destes dois conceitos, ressaltando que eles sempre foram colocados como antagônicos.

Apesar de o termo **civilização** ter surgido no século XVIII na Inglaterra, este só adquiriu conotação moderna no século XIX e seu uso relacionou-se com o crescimento da população, com a concentração urbana decorrente da Revolução Industrial e com o racionalismo. Segundo estes autores, o conceito de civilização sempre esteve ligado ao pessimismo histórico, como uma fase primitiva pela qual os homens deveriam passar até alcançar um estágio superior, o da **cultura**. Esta por sua vez remetia, com certa nostalgia, a períodos grandiosos da humanidade, em que houve um grande desenvolvimento das artes, da moral e das ciências. Neste dualismo conceitual, cultura sempre teve uma conotação de "cultura espiritual", elemento capaz de aglutinar e elevar os

¹. HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor. *Temas básicos da sociologia*. São Paulo, ed. Cultrix, 1978.

homens a estágios superiores da humanidade, enquanto civilização subentenderia apenas o "progresso material".

FREUD, no entanto, segundo eles, repensou este assunto e conseguiu equalizar a discussão que há muito vinha sendo travada:

A cultura humana - entendendo por isto toda a ascensão ocorrida na vida humana desde as suas condições animais e pela qual se distingue da vida dos animais, e abstando-me da insípida distinção entre cultura e civilização - mostra claramente dois aspectos a quem a observa. Por um lado, abrange todo o saber e a capacidade que os homens adquiriram para dominar as forças da natureza e obter os bens que satisfazem as necessidades humanas; e por outro lado, todas as instituições necessárias para reger as relações dos homens entre si e, mormente, a distribuição dos bens obtidos.²

Dessa maneira, cultura estaria definida como o somatório dos aprendizados de uma civilização que levaria o ser humano ao desenvolvimento não só material, mas também moral, ético e espiritual. Portanto, torna-se difícil entender cultura como um elemento estático e monolítico. Como muito bem escreve HERDER, o mais importante é entender que existe

uma razão humana que se empenha em fazer da multiplicidade a unidade; da desordem a ordem; de uma dispersão de forças e de fins, um todo dotado de proporções harmoniosas e de imperecível beleza.³

No presente estudo, iremos considerar cultura nacional como o somatório de aprendizados que ocorrem no

2. Apud HORKHEIMER e ADORNO, op. cit., p. 97. Não é de se estranhar que FREUD tenha elaborado o tema da cultura e civilização, pois, como observa LOPES (1987), *a atual preocupação com a chamada identidade cultural será provavelmente o reflexo da angústia individual que leva o homem à busca de referências matéria que trata exhaustivamente a psicanálise*. LOPES, Regina Clara Simões. "A propósito de política cultural". IN: *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*, nº 22, MEC/SPHAN, p. 27).

3. Idem, ibidem, p.99.

interior de uma nação, criando símbolos segundo os quais os indivíduos se acham em consonância; uma identidade possível para todos os segmentos sociais, raciais e religiosos.

IANNI, refletindo sobre o conceito de cultura popular, muito bem analisa que a

criação e recriação da cultura, em seus múltiplos elementos e no seu todo, funda-se no trabalho, no modo pelo qual os grupos e classes trabalham. As distintas formas de trabalho, em sentido amplo, fundam diversidades intelectuais e espirituais(...) É claro que as culturas se organizam em valores, ideais, princípios, doutrinas, correntes de pensamento, conjuntos, sistemas. Inclusive adquirem dinamismo peculiar, pela articulação de elementos presentes e passados, originais e emprestados, nacionais e estrangeiros. Mas não se descolam, autonomizam, diante da sociedade, dos grupos e classes sociais, da máquina do mundo. Em última instância, as formas e produções culturais criam-se e recriam-se na trama das relações sociais, da produção e reprodução da sociedade, como um todo e em suas partes constitutivas.⁴

Tentemos associar a questão dos bens culturais a essas reflexões.

2. Sobre a noção de bens culturais

Segundo LEMOS⁵, foi Hugues de Varine-Boham, professor francês e assessor internacional da ONU, quem classificou o patrimônio cultural em três categorias. Da primeira faria parte o meio ambiente, e da segunda, as

⁴. IANNI, Octávio "Cultura Popular". IN: *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*, nº 22, Rio de Janeiro, MEC/SPHAN, 1987, p.31.

⁵. LEMOS, Carlos. *O que é patrimônio histórico?* Coleção Primeiros Passos, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.

técnicas e o conhecimento de uma forma geral. A terceira englobaria os artefatos ou seja, objetos, construções e outros obtidos a partir dos recursos naturais e do conhecimento adquirido pelos homens. Estes seriam considerados como bens culturais e se tornariam o principal alvo das iniciativas de preservação. O bem cultural seria constituído pelo somatório dos elementos do meio ambiente e pela capacidade do homem de usar e transformar esses elementos em coisas.

A grande limitação a essa classificação foi a de justamente considerar apenas os artefatos como bens culturais. No entanto, reconhecemos que ela em muito facilitou o trabalho de conservação de monumentos históricos (principalmente em situações emergenciais em que monumentos ou sítios históricos corriam o risco de súbito desaparecimento), na medida em que tornava fácil o reconhecimento de um bem cultural. Porém, criou-se a imagem equivocada de que preservação cultural seria basicamente a preservação da arquitetura, gerando a idéia equivocada de que apenas os monumentos constituiriam o patrimônio histórico. Dessa maneira, preservação e bem cultural também se transformaram em elementos de pouca mobilidade, associados, à nosso ver, com a dicotomia existente entre cultura e civilização. Os bens culturais, considerados como sendo os artefatos e construções, acabam por se impor e se fazer respeitar apenas como símbolos visíveis e palpáveis do progresso material de uma sociedade, deixando de representar, na verdade, um equilíbrio na representatividade social na qual os diversos componentes de um grupo ou nação

encontrem, também, o espaço simbólico de sua existência e/ou permanência.

O trabalho de JEUDY nos auxilia no entendimento desse raciocínio. Para ele, o conceito de monumento referir-se-ia apenas a um dos signos culturais presentes na sociedade, que definiria uma ordem simbólica do passado; no entanto, sua gestão e sua representatividade escapariam à coletividade que o originou. Essa mesma idéia contribuiria para a constituição do que ele denomina de um ideal de memória rósea:

Os conflitos e os esquecimentos, os erros e os acidentes acabam sendo excluídos de tal modo que o desejo de reapropriação das culturas e de seus signos identitários somente se detém diante dos obstáculos técnicos ou políticos. Essa lógica do patrimônio não abrigaria conflitos internos, mas se desdobraria segundo os princípios de uma restituição ilimitada dos signos culturais e de uma consagração ativa de sua perenidade.⁶

O sentido de patrimônio confunde-se então com a aglutinação de monumentos e obras de arte que, classificados, estabelecem conseqüentemente uma ordem de conservação a partir de critérios históricos e estéticos. Os exemplos seriam castelos, igrejas e outros de fácil e rápida visualização, ligados à imagem de grandiosidade (fato reforçado uma vez que objetos menores ou "sem valor" não são alvo de iniciativas neste sentido).

JEUDY considera que a etnologia vem tendo um papel fundamental na redefinição de patrimônio histórico. Para esse autor, a etnologia faz com que novas concepções do patrimônio

⁶. JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro, ed. Forense Universitária, 1990, p. 3.

fundamentem-se numa dinâmica da memória coletiva, assegurando a partir daí uma pluralidade de modos de investigação. Dessa forma, romper-se-ia com o determinismo da monumentalidade e ter-se-ia espaço para a prospecção dos novos patrimônios. Segundo ele, estes seriam formados por uma vasta gama de produções do cotidiano, ligadas à população em um sentido mais amplo.

(...)há também prédios industriais, fundições, curtumes, cafés e lavatórios e uma quantidade infinita de objetos artesanais, industriais e agrícolas. E os modos de vida, de pensamento, de comunicação vêm completar as novas representações do patrimônio. Ao invés de ser considerado uma aquisição, o patrimônio apresenta-se como conquista e apropriação social, desafiando assim a regularidade burocrática da classificação em Monumentos Históricos.⁷

Dentro dessa nova visão de patrimônio histórico, como se daria a passagem ideal do antigo para o novo? JEUDY responde a esta questão dizendo que, na medida em que o monumento designa o passado, a nova noção de patrimônio articularia o passado com o futuro, e que essa aliança entre a tradição e a modernidade seria reforçada pelo crescente papel da etnologia regional, já que todos os aspectos da vida social, passada e presente, tornam-se objetos de investigação cultural. Ela procura, no global da sociedade, estabelecer e reabilitar o reconhecimento das diferenças culturais, das mutações sociais, econômicas e políticas próprias de cada região, lutando contra a uniformização moderna:

7. Ibidem, p. 7.

*As regiões eficazes serão aquelas onde melhor se manifesta a realização, não mais da conservação sistemática dos lugares e objetos, mas das representações da gênese das singularidades culturais. Já que a etnologia regional não se baseia apenas na musealização, pretende ela restituir as mentalidades coletivas em vias de desaparecimento.*⁸

Consideramos a contribuição desse sociólogo francês muito importante, já que ele introduz neste debate a consideração das diferenças culturais regionais e chama a atenção sobre a necessidade de o trabalho de preservação cultural estar assentado sobre bases mais amplas de estudo multidisciplinar. Assim, rompe com a visão de que o patrimônio histórico está ligado obrigatoriamente a monumentos e obras de arte, ficando os museus com a tarefa de resguardar o que sobra de uma cultura. Nesse sentido ele denuncia:

*Persiste sempre um conflito latente e oculto entre a idéia de uma autenticidade (e de uma pureza original) de uma cultura e sua reorganização através de fenômenos de aculturação. Ora, esse conflito é muitas vezes resolvido numa empresa museal que serve de compromisso, consagrando a destruição implícita de uma cultura. A conservação museográfica é uma etapa final da aculturação. Ela serve de fecho ao processo sem fim da desestruturação cultural através do reconhecimento de uma origem absoluta, de um grau zero das culturas(...) Se a aculturação faz de toda cultura um sistema de restos, a gestão dos patrimônios vem a ser apenas uma organização da acumulação dos restos.*⁹

Para nós, bem cultural vem a ser, portanto, a representação concreta ou simbólica da cultura nacional, possuindo uma continuidade que comporta modificações e

⁸. Ibidem, p. 41.

⁹. Ibidem, pp. 95-96.

alterações, realimentando-se constantemente a fim de garantir sua sobrevivência, dentro da evolução da nação.¹⁰

A questão de se preservar ou não a memória de um povo hoje é cada vez mais discutida na medida em que o ritmo que os países vêm impondo ao seu crescimento é cada vez mais acelerado. Muitas vezes, ao se pensar o porquê de preservar-se o patrimônio histórico, as idéias ligadas ao sentimento patriótico afloram. Por exemplo, nos diz LEMOS:

Deste modo, percebemos que necessariamente o termo preservar deve ser aplicado com toda a amplitude de seu significado. É dever de patriotismo preservar os recursos materiais e as condições ambientais em sua integridade, sendo exigidos métodos de intervenção capazes de respeitar o elenco de elementos componentes do Patrimônio Cultural. É dever, também, de patriotismo preservar o saber brasileiro fazendo com que os conhecimentos de fora valorizem-no em vez de anularem-no, o que está cada vez mais difícil nesta era de empresas multinacionais comandando nossa economia.¹¹

Acreditamos que preservação cultural, nos dias de hoje, não pode ser reduzida apenas a uma questão de patriotismo, devendo sim, ser encarada como parte de uma nova maneira de repensarmos o indivíduo, seu bem-estar, ainda que em contato com um mundo cada vez mais cosmopolita. Este homem, ao mesmo tempo em que consegue transcender e tornar-se mais universal, consegue se identificar com suas raízes, com seu passado garantindo a sobrevivência de sua história como parte viva deste novo mundo. Do mesmo modo, a procura de soluções para o crescimento e o desenvolvimento social e econômico será

¹⁰. Ver MAGALHÃES, Aluísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro, ed. Nova Fronteira, 1985, p.44.

¹¹. Op. cit., p.28.

melhor otimizada se elaborada dentro de padrões que respeitem esta individualidade.

Nos países do terceiro mundo, e em nosso caso, no Brasil, estas questões são muito pertinentes, pois se busca alcançar um padrão de primeiro mundo em termos de desenvolvimento, ficando os valores da sociedade direcionados substancialmente para isso. LOPES ressalta:

As chamadas referências culturais passam, então, a desempenhar um papel significativo na identificação do indivíduo, da região ou do país, sendo o seguro contra a despersonalização elemento fundamental de resistência ao massacre do particular pela cultura de massas. Na busca dessas referências vai-se ampliando o conceito de cultura e atribuindo-se-lhe a função de salvaguarda da dignidade humana.¹²

Este outro "repensar a cultura" abriu novas brechas para o especial e o peculiar, buscando tornar a cultura das minorias parte integrante da cultura nacional. Certamente, a falta de espaço para as minorias na conceituação do que seria cultura nacional em muito contribuiu para que boa parte do legado dos imigrantes fosse perdido ou considerado destituído de valor.¹³

A pertinência de qualquer trabalho que se proponha lidar com a questão cultural depende de como se consegue trabalhar com as variáveis nele implícitas, ou seja, o conceito de cultura que se utiliza, o desempenho do Estado, o jogo político e institucional que permeia as ações e

12. Op. cit., p.26.

13. *Com a destruição, o resto é pensado de maneira pejorativa. Ele parece designar os limites da conservação mas, por outro lado, representa o potencial da transmutação das culturas*(JEUDY, op. cit.,p.96).

decisões a serem tomadas. O conceito de cultura é, para nós, fundamental no direcionamento de tais medidas. Concordamos com COHN quando ele diz:

Devemos, isso sim, ter presente que sendo um processo e não um dado, e sendo da ordem do simbólico, a cultura é sempre outra coisa: é detectável nos traços que deixa, mas não é identificável como coisa fixa delimitada. Não é rebelde aos conceitos, mas à rigidez conceitual; demanda flexibilidade no pensamento e na ação.¹⁴

Na medida em que a cultura nacional é a junção da cultura burguesa, dominante, erudita, oficializada, oficial, por um lado, e a popular, folclórica, rústica, periférica, subalterna, por outro¹⁵, a riqueza e o alcance das análises ficam atreladas à habilidade ou mesmo à vontade de se trabalhar com tal abrangência. Esta riqueza é traduzida nas coisas, objetos, mercadorias que produzem: mandioca, milho, trigo, pão; cadeira, mesa, panela, fogão; faca, enxada, foice, enxadão; carro, trem, rádio, televisão; estrada, porto, cidade, avião",¹⁶ ou ainda, no dizer de Bosi¹⁷, no tocante à cultura popular, que no caso é o âmbito da análise quando se estuda a produção cultural das minorias:

Cultura popular implica não só modos de viver: o alimento, o vestuário, a relação homem-mulher, a habitação, os hábitos de limpeza, as práticas de cura, as relações de parentesco, a divisão das tarefas durante a jornada e, simultaneamente, as crenças, os cantos, as danças,

14. COHN, Gabriel, "Concepção oficial de cultura e processo cultural." IN: *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*, nº 22. Rio de Janeiro, MEC/SPHAN, 1987, p.10.

15. IANNI, Octávio. op. cit., p.31.

16. Idem, ibidem, p.31.

17. Apud IANNI, ibidem, p.31.

os jogos, a caça, a pesca, o fumo, a bebida, os provérbios, os modos de cumprimentar, as palavras-tabus, os eufemismos, o modo de olhar, o modo de sentar, o modo de andar, o modo de visitar e ser visitado, as romarias, as promessas, as festas de padroeiro, o modo de criar galinha e porco, os modos de plantar feijão, milho e mandioca, o conhecimento do tempo, o modo de rir e de chorar, de agredir e consolar.¹⁸

Procuraremos, a seguir, tecer algumas considerações sobre a política de preservação dos bens culturais no Brasil. Para isso, tentaremos resgatar um pouco da história da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e identificar quais as premissas que nortearam os procedimentos desse órgão. Também procuraremos avaliar qual tem sido o papel do Estado nessas iniciativas.

18. Idem, ibidem.

CAPÍTULO II

PRESERVAÇÃO E PATRIMÔNIO:

Um breve histórico do caso brasileiro

A questão da preservação de bens culturais no Brasil tem sido alvo de constantes polêmicas. As iniciativas nesse setor não conseguem, de uma maneira geral, lograr um resultado compatível com a expectativa e o esforço nelas depositados, o que gera preconceitos contra o chamado trabalho de preservação cultural no Brasil. A associação desse tipo de empreendimento a um público consumidor de elite, capaz de desfrutar dos benefícios intelectuais que esses trabalhos podem proporcionar, é um dos obstáculos encontrados nestas tarefas.

Quando tratamos de pesquisar a arquitetura teuto-brasileira e os meios de preservá-la esbarramos de frente com os problemas engendrados por uma falta de visão mais abrangente do que vem a ser a preservação do patrimônio histórico de antigas colônias de imigrantes, que foge completamente do tradicional monumentalismo e da história das elites dominantes. Se procurarmos a origem deste estranhamento, vamos ver que ele remonta ao século XIX, com a vinda da Missão Francesa ao Brasil, em 1816. A orientação neoclássica que marcou as atividades da missão chocou-se com a tradição do barroco que predominava na arte brasileira daquela

época.¹ Este afastamento da arte popular, e sua elitização da mesma foram responsáveis pelo pensamento de que arte e cultura são acessórios para poucos, coisa supérflua e de intelectuais.

Assim, sempre foi muito difícil a elaboração de conceitos abrangentes que pudessem caracterizar nossa cultura. O que seria, afinal, a cultura nacional? Quais os elementos culturais que possuiriam uma identidade nacional? E quais seriam os bens culturais nacionais dignos de preservação, na medida que seriam representativos da cultura brasileira?

Neste capítulo, tentaremos traçar um breve panorama do desenvolvimento da preservação cultural no Brasil, centrando as discussões no órgão federal responsável pelas diretrizes desta atividade no Brasil, a extinta SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) atualmente IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural), de 1987. Isso nos dará elementos para refletir sobre as

1. *As decorações públicas para as festas oficiais que começaram a ser feitas pelos mestres franceses, estavam em violento contraste com as características ingênuas das decorações barroco rococó difundidas na época. Aqui chegando, a Missão Francesa já encontrou uma arte distinta dos originários modelos portugueses e uma obra de artistas humildes. Enfim, uma arte de traços originais que podemos designar como barroco brasileiro. Nossos artistas, todos de origem popular, mestiços em sua maioria, eram vistos como simples artesãos, mas não só quebraram a uniformidade do barroco de importação, jesuítico, apresentando contribuição renovadora, como realizaram uma arte que já poderíamos considerar brasileira. As novas manifestações neoclássicas, implantadas como que por decreto, iriam encontrar eco apenas na pequena burguesia, camada intermediária entre a classe dominante e a popular, e que via na aliança com um grupo de artistas da importância dos franceses, operando por força do aparelho oficial de transmissão sistemática da cultura, uma forma de ascensão, de classificação. O neoclássico, que na França era a arte da burguesia antiaristocratizante foi no Brasil arte da burguesia a serviço dos ideais da aristocracia, a serviço do sistema monárquico.* IN: BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. *Arte-educação no Brasil: das origens ao modernismo*. São Paulo, ed. Perspectiva, 1978, p. 19.

implicações dos procedimentos utilizados no trabalho realizado em Timbó. É fundamental para nós a reflexão sobre até que ponto a visão estreita dos órgãos de preservação está arraigada na maneira de atuar sobre o patrimônio histórico brasileiro. A opção primordial de intervenção em monumentos arquitetônicos, a presença majoritária de arquitetos que sempre teve lugar nesse tipo de atividade, o motivo do insucesso dessas políticas e qual seu compromisso com a modernidade são questões constantes e atuais neste setor. Como veremos adiante, a prática se distanciou do projeto inicial elaborado por Mário de Andrade, apesar da indiscutível cultura e do pleno domínio de técnicas construtivas e de restauração de seus técnicos.

1. Antecedentes

Data de 1742 a primeira intenção de se preservar um bem imóvel no Brasil. A iniciativa foi de D. André de Melo e Castro, Conde de Galveias, Vice-Rei do Brasil de 1736 a 1749, ao saber da intenção do Governador de Pernambuco em transformar o Palácio das Duas Torres, obra do Conde Maurício de Nassau, em quartel(Ver Anexo I).

Durante o período imperial e monárquico não se assinala nenhuma iniciativa de maior importância nessa direção. Só no período republicano alguns intelectuais como Araújo Porto Alegre, Afonso Arinos e outros começaram a

alertar para a necessidade de proteção do patrimônio histórico brasileiro, sem alcançar maiores resultados.

A partir de 1923, surgiram algumas leis estaduais que visaram principalmente fiscalizar a saída de obras de arte do País, em especial da arte sacra das igrejas de Minas, Bahia e Pernambuco. A primeira lei federal sobre a matéria surgiu somente em 1933, e declarava a cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, monumento nacional. Em 1934, a Assembléia Constituinte, ao promulgar a nova Carta, colocou sob a responsabilidade da União a proteção dos objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, cabendo-lhe prestar também assistência ao trabalhador intelectual. Em 1935, o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Natureza, realizado no Rio de Janeiro, aprovou a criação de um serviço técnico especial de monumentos nacionais.² Foi Gustavo Capanema quem consolidou a criação de um órgão de preservação federal. Ministro da Educação de 1934 a 1945, encomendou um anteprojeto a Mário de Andrade, então Diretor de Cultura da Prefeitura de São Paulo, que fixou as definições preliminares sobre o patrimônio assim como a estrutura do órgão a ser criado. Com a aprovação da iniciativa pelo Presidente Getúlio Vargas, em 1936, a direção do serviço foi entregue a Rodrigo Mello Franco de Andrade. Finalmente, em 1937 foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, que dispõe sobre a preservação do

2. Fonte: *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória* Brasília, MEC/SPHAN, Pró-Memória, 1980.

patrimônio histórico no país, o qual se acha em vigor até o momento, tendo sofrido poucas alterações desde então.

2. Identidade nacional: a importância do Movimento de 1922 e a criação do SPHAN

O movimento modernista teve um papel fundamental na elaboração dos princípios que deveriam nortear o início dos trabalhos de preservação no Brasil. Sua principal contribuição foi a de alargar o que conceitualmente era considerado cultura nacional.

A procura do que se poderia constituir como elementos identificadores da cultura brasileira remonta ao século XIX. Em um primeiro momento, escritores românticos procuraram no elemento nativo, o índio e o caboclo civilizados, elementos que poderiam ser considerados símbolos da virtude brasileira. A estes seguiram-se autores como Euclides da Cunha e Sílvio Romero, que tentaram enfatizar o estudo do caráter nacional a partir da teoria do evolucionismo. Segundo esta teoria, os povos "simples" (os povos considerados primitivos) evoluem para sociedades complexas (as ocidentais), procurando explicar o desenvolvimento e a superioridade das sociedades européias como um fator natural da evolução dos povos. Ideologicamente, o evolucionismo explicava o porquê da hegemonia ocidental frente às novas nações. Conseqüentemente, esta teoria, transplantada

para o Brasil, onde gozou de popularidade entre os intelectuais do início deste século, confrontava-se com uma dura realidade: a do atraso brasileiro. Passou-se então a tentar explicar essa defasagem e a procurar a especificidade do Brasil a partir do meio e da raça. ORTIZ observa:

*A história brasileira é dessa forma, apreendida em termos deterministas, clima e raça explicando a natureza indolente do brasileiro, as manifestações túbias e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato. O evolucionismo se combina, assim, a dois conceitos-chaves que na verdade têm ressonância limitada para os teóricos europeus. No entanto, são fatores importantes para os intelectuais brasileiros, na medida em que exprimem o que há de específico em nossa sociedade.*³

O negro e o índio, ainda que subjetivamente, são apontados como entraves ao desenvolvimento brasileiro. COUTO DO MAGALHÃES, ao estudar a questão da mestiçagem, afirma que esta possibilita a *aclimação da civilização europeia aos trópicos*⁴, deixando claro a perda que isso representa para o europeu.⁵ Percebemos que, até então, a elaboração de um conceito de cultura nacional tornava-se difícil, já que as manifestações culturais tipicamente nacionais eram desprezadas por nossas elites, muito mais ligadas aos padrões europeus, a partir da forte influência que as teorias evolucionistas e

3. ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1985, p. 16.

4. Apud ORTIZ, *ibidem*, p. 21.

5. Importante observar que Gilberto FREYRE (Casa grande e senzala-1933) retrabalha a temática racial, dando-lhe porém uma visão culturalista. O sentimento negativo em relação aos elementos constitutivos dos brasileiros passam a ser valorizados. Neste sentido, ver o trabalho mimeografado de BASTOS, Elide Rugai (Gilberto Freyre e o mito da cultura brasileira).

raciais tiveram sobre a intelectualidade brasileira. Foi esta tendência à imitação que o movimento modernista procurou denunciar.

O movimento de 1922 buscou resgatar o que havia de mais significativo na cultura brasileira, as raízes nacionais, procurando a autenticidade da arte no Brasil. Mais que isso, procurou trazer à cena a necessidade de o Brasil possuir uma consciência histórica e positiva de seus elementos constitutivos. Ressalta OLIVEN:

*A suposição eurocêntrica de que seria impossível construir uma civilização nos trópicos é tomada como um desafio a ser vencido.*⁶

Nessa construção do conceito de cultura nacional estava também imbuída a questão do que seria, afinal, a identidade nacional, e qual a contribuição que as diversas camadas sociais poderiam prestar para sua construção. A tentativa foi a de descobrir que símbolos seriam representativos de nossa sociedade. OLIVEN nos chama atenção para o fato de que, na construção de identidade nacional,

o que se desenvolve é um tipo que tem mais conotação de nacionalidade e/ou raça que de classes. É nesta perspectiva que se encontram soluções como a figura do 'caxias', Macunaíma (nosso herói sem nenhum caráter), o homem cordial, o malandro e a idéia tão bem captada por Oswald de Andrade de que no Brasil, diferentemente da Europa, o contrário do burguês não seria o proletário, mas o boêmio(...) Percebe-se também um processo através do qual manifestações culturais, que se originam nas classes dominadas, e que são inclusive às vezes reprimidas logo no início, passam a ser apropriadas

⁶. OLIVEN, Ruben George. "A relação estado e cultura no Brasil: cortes ou continuidade?" Apud MICELI, Sérgio(org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, ed. Difel, 1984, p. 46.

pelas classes dominantes, e, através de um processo de manipulação de seu significado, são transformadas em símbolos nacionais. Exemplos disto são o samba, o tema da malandragem, a umbanda, a feijoada, manifestações que tiveram origens populares e que foram posteriormente transformadas em símbolos nacionais.⁷

Dentro dessa ótica é que podemos avaliar a importância de Mario de Andrade na elaboração do que se tornou, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e depois, como colaborador de Rodrigo Mello Franco de Andrade, que foi nomeado para a direção do órgão.⁸ Sendo homem de cultura notável e de amplos horizontes, o projeto refletiu seu pensamento. Nele, procurou englobar todas as categorias de arte, os artesãos, o folclore e a arquitetura, sem que uma se sobrepusesse a outra. Isso fica claro quando propõe a formação do conselho consultivo do órgão:

A Diretoria é assistida dum Conselho Consultivo composto de 5 membros fixos e 20 membros móveis. O Conselho Consultivo é presidido pelo diretor do SPHAN que será um dos 5 membros fixos e terá voto de desempate. Os outros 4 membros fixos serão os 4 chefes dos museus. Para os 20 membros móveis serão escolhidos: 2 historiadores, 2 etnógrafos, 2 músicos, 2 pintores; 2 escultores; 2 arquitetos; 2 arqueólogos 2 gravadores (artistas, gráficos, medalhistas), 2 artesãos (decoradores, ceramistas, etc.); 2 escritores (de preferência críticos de arte).⁹

Infelizmente, o Decreto-Lei nº 25, promulgado em 1937, não acompanhou o projeto de Mário de Andrade, deixando

7. Ibidem, p. 47.

8. Rodrigo Mello Franco de Andrade esteve à frente do Serviço de Patrimônio até 1967.

9. ANDRADE, Mário de. *Cartas de trabalho. correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)*. Brasília, MEC/SPHAN, Pró-Memória, 1981, p. 45.

muitos pontos para uma futura regulamentação nunca realizada, além de restringir-se apenas aos bens móveis e imóveis. Com o decorrer dos anos, a ênfase dada à preservação dos monumentos de pedra e cal aumentou. Concorreu em muito para essa distorção o perigo de completa destruição que corria o acervo arquitetônico de diversas cidades brasileiras. A urbanização acelerada, o inchamento das cidades, a especulação decorrente do solo urbano e a própria questão da miséria ¹⁰ fizeram com que medidas de emergência fossem tomadas. A lenta e gradativa preponderância do trabalho dos arquitetos dentro da atividade de preservação passou a uma completa dominação destes em um cenário multidisciplinar em sua concepção.¹¹

Com o afastamento de Rodrigo Mello Franco de Andrade, a direção do órgão passou às mãos do arquiteto Renato Soeiro, cuja gestão foi de 1967 a 1979. A ênfase de sua administração foi para o tombamento e a preservação de

¹⁰. O estudo das baixas condições de vida em áreas urbanas tem concluído que enquanto o padrão da habitação não for melhorado, medidas para a preservação ambiental ou mesmo arquitetônica surtem pouco efeito, já que o modelo de sucesso adotado por essas populações marginais é o que se apresenta como *moderno*, porém com todos os vícios que esta modernidade acarreta. Dessa maneira modificam-se fachadas de casarões antigos, cimentam-se pátios e jardins dentre outras reformas habituais, no sentido de dar um aspecto de contemporaneidade às moradias e dentro do orçamento que lhes é permitido. Assim sendo, cabe ao poder público alocar recursos no sentido de prover uma melhoria destas zonas passíveis de sofrer um trabalho de preservação de modo a manter o que for considerado de interesse público sem provocar a saída dos moradores da área pela sua conseqüente valorização. O caso do Pelourinho, na Bahia, é um exemplo de como a ação governamental pode sanear áreas de interesse cultural sem prejuízo para os moradores locais. Ver WILHEIM(1982), SUNKEL(1985), AB'SABER(1986) e SANTOS(1986).

¹¹. Essa opção pelos monumentos arquitetônicos foi explicada por Aluisio Magalhães como educativa. A visibilidade destes daria um impacto mais imediato na medida em que inexistia no Brasil uma consciência a favor da preservação do patrimônio cultural.

conjuntos arquitetônicos, que se viam ameaçados pelo desenvolvimento econômico. É desta época, por exemplo, decreto que considera a cidade de Paraty(RJ) monumento nacional, como também o Município de Porto Seguro(BA), entre outros. Foi também em sua gestão que nasceu o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, que abrangia os seguintes Estados: Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, posteriormente estendido aos Estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

3. A onipresença do Estado

O que se constata no item anterior é que o Estado sempre centralizou a questão da preservação dos bens culturais no Brasil, desde a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, depois transformado em secretaria, sempre subordinado ao Poder Executivo. Muito bem aponta FALCÃO:

A criação do IPHAN não foi um fato isolado. Ao contrário, inseriu-se no processo de legalização, institucionalização e sistematização da presença do Estado na vida política e cultural do país. Processo que adquire forma moderna com a Revolução de 30, e é determinado por fatores estruturais tais como a substituição do ciclo rural e oligárquico pelo ciclo urbano e industrial, a conseqüente ampliação social da cidadania, pelo aumento da oferta de empregos urbanos, e a crise econômica internacional, a provocar e a afrouxar os laços de dependência política e cultural que vinculavam o Brasil à Europa. Os dois primeiros

fatores ampliam institucionalmente a base social do poder político, com o objetivo de organizar(e controlar também) a crescente participação no Estado e na sociedade de cidadãos antes excluídos da vida nacional. Daí a legalização e estatização de atividades antes livres da ingerência estatal, como as atividades sindicais, as atividades estudantis, e as atividades culturais.¹²

Esta foi a maior marca do período Vargas: a interferência da ação estatal nas atividades econômicas, sociais e políticas do País. Com efeito, a partir da década de 30, houve uma grande mudança na identificação dos elementos considerados nacionais. Um bom exemplo disso é toda a produção literária que passa a disseminar uma visão positiva do povo brasileiro, contrária à que se impôs no início do século, cabendo ao Estado Novo a gerência deste novo povo que emergia sob sua tutela. Podemos dizer que estamos aqui tratando da legitimação do Estado que, segundo HABERMAS, procura interferir no sistema cultural, que é especialmente resistente ao controle administrativo, uma vez que os signos e os significados não são produções administrativas.¹³ O que existe, na verdade, é uma manipulação destes a fim de favorecer a legitimação do estado capitalista. OLIVEN comenta que o

papel do Estado em relação à cultura é complexo: ele não é apenas o agente de repressão e de censura, mas também o incentivador da produção cultural e, acima de tudo, o criador de uma imagem

12. FALCÃO, Joaquim Arruda. "Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional", apud MICELI, Sérgio(org.), *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, ed. Difel, 1984, p. 27.

13. Neste sentido ver HABERMAS, Juergen. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro, ed. Tempo Brasileiro, 1980, p. 99.

*integrada do Brasil que tenta se apropriar do monopólio da memória nacional*¹⁴

No Estado Novo, por exemplo, o Departamento de Imprensa e Propaganda(DIP) preocupava-se em difundir a seriedade do povo brasileiro, em lugar da exaltação à malandragem, a fim de disciplinar a força de trabalho assalariada que emergia nos centros urbanos. Ao mesmo tempo, elogiavam-se as qualidades do brasileiro, povo ordeiro e pacífico, e a suave mistura das raças.¹⁵ Isto evidenciou-se não só no período Vargas, mas também em épocas mais recentes (no período Médici, por exemplo), quando a mídia televisiva e radiofônica foi usada à exaustão para a construção de um projeto hegemônico que substituísse a coerção, ou ao menos a disfarçasse, baseado na utilização de símbolos nacionais. A criação do órgão de proteção cultural no Brasil deu-se portanto também dentro desse contexto. Existe, pois, uma ambigüidade. Se, por um lado, a criação deste órgão foi concebida e elaborada dentro do espírito crítico da Semana de 1922, por outro sua operacionalização correspondeu ao espírito conservador do Estado Novo.

MICELI, ao analisar o desempenho da SPHAN, diz

O SPHAN é um capítulo da história intelectual e institucional da geração modernista, um passo decisivo da intervenção governamental no campo da cultura e o lance acertado de um regime

14. Op. cit., pp. 50 e 51.

15. OLIVEN apud MICELI, Sérgio(org.). op.cit., p. 50.

autoritário empenhado em construir uma identidade nacional iluminista no trópico dependente.¹⁶

A partir da busca de uma identidade nacional, a fim de delimitar o que seria passível da intervenção do Estado na preservação do patrimônio histórico, a ação do SPHAN gradativamente acabou por voltar-se para a preservação arquitetônica, abandonando o projeto inicial de Mário de Andrade. Esta orientação em muito se deveu ao fato de o corpo profissional do órgão ter sido formado, basicamente, por arquitetos que passaram a privilegiar os monumentos de pedra e cal. Desse modo a política de preservação dos bens culturais no Brasil, levada a cabo pelo SPHAN, foi-se descolando do que seria representativo da cultura popular, voltando-se, ela também, para um passado glorioso. Aqui poderíamos afirmar que, apesar de o órgão ter sido concebido dentro do espírito do modernismo de 1922, houve um retrocesso teórico, uma vez que sua atuação estaria mais compatível com as teorias evolucionistas do início do século, ou ainda com a dicotômica distinção entre cultura e civilização. MICELI observa, ainda:

O SPHAN é também um capítulo pouco conhecido mas prestigioso da história contemporânea das elites brasileiras, ou melhor, a amostra refinada e reverenciada das culminâncias de seu universo simbólico e, ao mesmo tempo, o inventário, arrolado à sua imagem e semelhança, dos grandes feitos, obras e personagens do passado. A política do Patrimônio ostenta essa marca classista em tudo que lhe diz respeito. Basta consultar a lista publicada dos imóveis e monumentos tombados pelo SPHAN para nos darmos conta de que se encontram ali (sobre) representados os espécimes característicos

16. MICELI, Sergio. "SPHAN: Refrigério da Cultura Oficial" IN: *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*, nº 22. MEC/SPHAN, Rio de Janeiro, 1987, p. 44.

*de todas as frações da classe dirigente brasileira em seus ramos público e privado, leigo e eclesiástico, rural e urbano, afluente e decadente. O reverso desse tesouro tão apreciado é a amnésia da experiência dos grupos populares, das populações negras e dos povos indígenas, para citar apenas aqueles referidos pelo projeto andradino.*¹⁷

Podemos afirmar, portanto, que a política de preservação favoreceu apenas um traço da cultura brasileira. A alocação de recursos passou a priorizar os estados detentores de acervos arquitetônicos remanescentes dos ciclos econômicos brasileiros e que detêm uma forte influência política. Da mesma maneira, o desenvolver dos trabalhos foi marcado pelo cunho personalista de quem os direcionou. É desta maneira que podemos sentir a marca do período de Magalhães à frente do órgão, como uma tentativa de fazer com que os ideais de Mário de Andrade tivessem lugar, em sentido estrito.

4. O Decreto-Lei Nº 25

Caberia, agora, uma breve reflexão sobre o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, por estar ainda em vigor.

A promulgação deste decreto-lei representou, sem dúvida, um avanço na questão do patrimônio histórico naquele

¹⁷ Ibidem, p. 44. MICELI comenta ainda que esta delimitação do campo de trabalho da SPHAN em muito contribuiu para o surgimento de outras instituições que passaram a se responsabilizar pela guarda e pesquisa deste patrimônio preterido. Se houve um lado positivo foi o de favorecer um desenvolvimento diversificado na área cultural com arquivos públicos, museus da imagem e do som e outros. Por outro lado, isso inibiu a renovação do Serviço do Patrimônio como principal órgão de preservação cultural do País (p. 45).

momento específico, na medida em que iniciou uma profunda discussão sobre o direito de propriedade: afinal, o que era público e o que era privado?

A sua vigência, até os dias de hoje, baseia-se no fato de que existem, nas coisas (juridicamente falando), bens imateriais que são valores não-econômicos. Estes são inapropriáveis individualmente. Muitos desses valores podem ser considerados de interesse público, social.¹⁸

O bem jurídico, objeto da proteção, está materializado na coisa, mas não é a coisa em si: é o seu significado simbólico, traduzido pelo valor cultural que ela representa. A partir do surgimento da coisa, passa ela a ter uma presença no mundo fático, podendo ou não vir a ter interesse jurídico. Cabe ao Estado este reconhecimento jurídico.¹⁹

Sua principal função, assim, tem sido a regulamentação do que afinal constitui o bem cultural no Brasil. Diz o §1º de seu art.1º:

Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separadamente ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

Significa que passou o Estado a ter o papel de gerir o que deve ser ou não do domínio público, o que deve ou não ser preservado. A questão é complexa quando temos o conhecimento de que o Estado Brasileiro ainda não foi capaz de elaborar uma política cultural-educacional realmente abrangente. Se a questão cultural no Brasil não tem sido

18. CASTRO, Sônia Rabello. *O Estado na preservação dos bens culturais* Rio de Janeiro, ed. Renovar, 1991. pp. 25-26.

19. *Ibidem*, p. 33.

devidamente tratada, como pode o Estado advogar para si o direito de definir o que é culturalmente importante ou não?

Na verdade, quando verificamos o grande aporte financeiro transferido para os Estados do Nordeste e do Sudeste, assim como a criação de programas de preservação para estas áreas, acreditamos que o Estado esteja apenas mascarando seu descaso frente a outras regiões do Brasil, uma vez que a visibilidade decorrente de medidas de tombamento das cidades históricas mineiras, ou do Nordeste, lhe fornece uma certa dose de credibilidade, uma imagem de defensor da cultura nacional. Dessa forma, ao analisarmos essa opção pela restauração arquitetônica das construções mais antigas, ligadas à história das oligarquias dos ciclos econômicos do Brasil, concordamos com FALCÃO, quando ele diz:

A ideologia cultural pode ou não consolidar uma elitização da cultura brasileira, e a alocação desigual dos recursos para preservação pode aumentar os desníveis regionais e/ou favorecer determinados grupos sociais. ²⁰

Vemos, então, que o alvo dos tombamentos, em sua grande maioria, nestes cinquenta e cinco anos de vigência do decreto-lei, tem sido a cultura de uma elite de vencedores, de uma aculturação de modelos europeus.²¹

²⁰. Apud MICELI, Sérgio(org.);op. cit., p. 25.

²¹. Esta crítica foi feita durante a gestão do próprio Magalhães, em documento elaborado pela Secretaria durante sua gestão. Nele, é explicitado que *de fato, a ameaça que pesava sobre os bens monumentais arquitetônicos na época mesma da fundação do IPHAN fez desses bens o centro de todas as preocupações. E como essa situação se prolongou por muito tempo, agravada pelos efeitos da urbanização acelerada e da especulação imobiliária que se fizeram sentir de modo especial a partir dos anos 50, sem que tivesse havido em contrapartida um crescimento paralelo dos recursos financeiros e uma adequada agilização do órgão, verificou-se por fim uma como que hipertrofia dos setores dedicados à*

Um outro ponto que precisa de reflexão é o modo como o processo de tombamento ocorre na maior parte dos casos. A comunidade não tem quase nenhum poder de decisão sobre a significância de seus próprios símbolos, como valores a serem resguardados, pois ele é bastante limitado pelos técnicos do órgão responsável pela medida. Assim, esta lei vem perpetuando uma situação na qual o Estado busca legitimar-se através de medidas coercitivas e de eficácia discutível que nos parecem cada vez mais inadequadas.

Em outras palavras, ao assistirmos o esvaziamento da importância da preservação cultural no Brasil, em seu sentido mais cotidiano, podemos nos questionar sobre até que ponto a atuação desse órgão contribuiu para um processo de amnésia coletiva.

No tocante à operacionalização do Decreto-Lei nº25, existem problemas de ordem prática. O melhor exemplo que pode ser dado é em relação à preservação arquitetônica, o ponto forte do trabalho da Secretaria. O caráter restritivo deste decreto traz obstáculos à negociação com os

*conservação e restauração dos monumentos de pedra e cal, com ênfase principalmente nos representativos da aculturação da arquitetura europeia no Brasil. Isto em detrimento não só da arquitetura popular autóctone mas também à custa da atrofia dos setores encarregados da preservação do patrimônio arqueológico, do patrimônio natural, dos arquivos históricos e iconográficos, do acervo etnográfico, entendido este em sentido lato e abrangendo as culturas das etnias indígenas, a arte popular e as técnicas artesanais. Diante desse desequilíbrio deformador e da fisionomia da instituição, impunha-se a formulação de um conceito mais envolvente de bem cultural, atento para as múltiplas manifestações do fazer do homem brasileiro e para as condições do meio ambiente em que se insere esse fazer. IN: **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória.** MEC/SPHAN, Pró-Memória. op. cit., p. 52.*

proprietários de imóveis passíveis de tombamento. A disputa acontece quando existe a intenção de fazer-se melhorias, ou mesmo adequações, nesses imóveis, para outros fins que não os originais da construção, dando-lhes uma utilidade mais compatível com o momento. O processo é moroso, sendo necessária a autorização da Secretaria para a execução de qualquer reforma nas fachadas e interiores. Diz o art. 17 do Decreto-Lei nº25:

As coisas tombadas não poderão em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Muitas vezes a questão torna-se tão arrastada que o mais comum é vermos os donos de tais imóveis simplesmente os demolirem na certeza de total impunidade.²² Junte-se a isto o fato de inexistirem postulados ou regras específicas para intervenção em construções em vias de modernização, valendo no caso o bom senso do técnico envolvido, quase sempre um arquiteto. Existe o predomínio da razão estético-formal, que muitas vezes tende a "musealizar" as construções sem que se atualize o seu significado para a comunidade.

²² Um bom exemplo da falta de agilidade do órgão em uma situação como essa foi o caso da Ladeira da Misericórdia, em Salvador. O prefeito, na época, contou com a franca oposição da SPHAN na recuperação do Pelourinho, que estava condenado até por técnicos internacionais. Ainda assim, sob a orientação da arquiteta Lina Bo Bardi e sua equipe, sobrados da ladeira da Misericórdia foram revitalizados pela iniciativa municipal. *E preciso libertar das amarras não jogando fora o passado e a história da arquitetura. Libertar-se conjugando o passado como um tempo de verbo: o presente histórico. O passado visto como presente histórico e uma coisa viva (...). Frente ao presente histórico, nossa tarefa é forjar um presente verdadeiro.* IN: BARDI, Lina Bo "Uma Aula de Arquitetura". IN: *Projeto*, nº 133. Rio de Janeiro, 1989.

O desenvolvimento das cidades e dos municípios traz ainda um outro problema, que é a crescente valorização dos terrenos, principalmente os situados em áreas urbanas. A lei não prevê nenhum tipo de ressarcimento ao proprietário pela restrição ao direito de propriedade a que ele se submete quando do tombamento de um imóvel. Do mesmo modo, a manutenção e o restauro de tais imóveis são caros e a maior parte dos proprietários não tem condições de arcar com tais despesas. Na verdade, segundo a lei, a União deveria arcar com esse ônus, porém, como é fato notório, as verbas são insuficientes e os imóveis, muitas vezes, são abandonados até a ruína.²³ As iniciativas, neste âmbito, têm sido de caráter local, havendo, em alguns casos, isenção de taxas e impostos que incidam sobre o bem.

Acreditamos que o maior desafio para o campo da preservação do patrimônio histórico seja encontrar mecanismos e novas formas de atuação que, em conjunto com uma política cultural realmente eficiente, possam enfrentar essa realidade que se deseja conservar de uma maneira rápida e eficaz, de modo que, ainda que se mantenha o Decreto-Lei nº25, este venha apenas complementar um processo já ratificado pela

23. O art. 19 do Decreto-Lei nº 25 diz: *o proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondendo ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa. § 1º Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.*

comunidade. Isto de certa maneira foi o que se buscou com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).

5. O CNRC e a importância de Aluísio Magalhães

Na década de 70, a criação do Centro Nacional de Referência Cultural representou uma tentativa de romper e de dinamizar a concepção de cultura nacional, ampliando sobremaneira as bases sobre as quais esta estava assentada. Procurava-se não só agilizar a preservação de bens culturais no Brasil mas, também, sua delimitação mais abrangente. Nascido de um acordo firmado entre o Ministério da Indústria e Comércio e o Governo do Distrito Federal, seu desempenho excepcional levou a que oito órgãos públicos assinassem um convênio visando a sua estruturação definitiva e a sua institucionalização. FALCÃO assinala:

O CNRC não era uma instituição. Era uma atividade apoiada por um convênio entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério da Indústria e Comércio, o Ministério do Interior, o Ministério Relações Exteriores, a Caixa Econômica Federal, Fundação Universidade de Brasília e a Fundação Cultural do Distrito Federal. Em seus quadros trabalhavam designers, físicos, antropólogos, sociólogos, etc.²⁴

Importante observarmos que a iniciativa para tal intento partiu do antigo Ministério da Indústria e Comércio e

24. Apud MICELI, Sérgio(org.); op. cit., p. 32.

não do Ministério da Educação, o que é um indicativo de que os meios disponíveis para a elaboração de pesquisas mais abrangentes e de resultados mais efetivos permaneciam sem a agilidade necessária para um trabalho de preservação mais amplo. Da mesma maneira, o desenvolvimento econômico e industrial do País fazia com que esse tipo de atividade possuísse uma real efetividade no desenvolvimento sócio-econômico da região em que programas de pesquisa sobre bens culturais poderiam ser implantados, e ainda mostrava que a preservação poderia ter um caráter empresarial. Sua criação também correspondeu a um esforço pela liberação da cultura da condição de instrumento de outras políticas setoriais prioritárias²⁵. Note-se que os projetos do CNRC estavam ligados a quatro programas de estudos: o do Artesanato, o dos Levantamentos Sócio-Culturais, o da História da Ciência e da Tecnologia no Brasil e Levantamentos de Documentação sobre o Brasil. Data da época do CNRC um projeto de pesquisa sobre as indústrias familiares de imigrantes em Orleans, SC, o que significou uma abertura de vista para a questão da produção cultural do imigrante no sul do País, que não havia sido tema de pesquisa até então.²⁶ Outro ponto notável, para entendermos a diferença de postura do CNRC em relação aos chamados bens culturais brasileiros, é a figura de seu mentor e

25. COHN, Gabriel. "A concepção oficial da política cultural nos anos 70." Apud MICELI, Sérgio(org.), op. cit., p. 95.

26. Não foi encontrada nenhuma referência sobre este projeto na Fundação Catarinense de Cultura por ocasião da nossa pesquisa. Tivemos conhecimento dele através da referência feita por MAGALHÃES, Aluísio. op. cit. p. 60.

Coordenador Geral Aluísio Sérgio de Magalhães. Designer famoso e possuidor de grande espírito de iniciativa e criação, sua preocupação foi iniciar a procura dos múltiplos referenciais culturais do Brasil. Dizia ele:

*A nossa realidade é riquíssima, a nossa realidade é inclusive desconhecida. É como se o Brasil fosse um espaço imenso, muito rico, e um tapete velho roçado, um tapete europeu cheio de bolor e poeira tentasse cobrir e abafar este espaço. É preciso levantar este tapete, tentar entender o que se passa por baixo. É dessa realidade que devemos nos aproximar, entendendo, tendo sobre ela uma certa noção.*²⁷

A atuação do Centro poderia ser resumida em quatro pontos: conhecer os componentes do quadro sócio-econômico brasileiro; memorizar os acervos destes componentes como fonte de aprendizado, reflexão e referência; referenciar adequadamente os fatos e processos à metodologia descritiva e analítica adotada pelas pesquisas e aos modos de documentação experimentados, a fim de registrá-los de maneira apropriada os fatos pesquisados e, finalmente, devolver os trabalhos para o público, especialmente para as comunidades envolvidas.²⁸

Em março de 1979, após uma reforma administrativa, o arquiteto Renato Soeiro, então na direção do IPHAN, é substituído por Aluísio Magalhães. Em novembro do mesmo ano, com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é transformado em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico

27. Ibidem, p. 42.

28. Fonte: *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília, MEC/SPHAN, Pró-Memória, 1980.

Nacional (SPHAN), passando a funcionar como órgão normativo, e a fundação como órgão operacional, ficando Magalhães a frente das duas instituições. Em 1981, é criada a Secretaria da Cultura do MEC, passando a secretaria da SPHAN a subsecretaria, continuando como seu titular o professor Aluísio Magalhães. Este faleceu em 1982, em Veneza, onde estava participando de uma reunião de Ministros da Cultura dos Países Latinos. Assume então a Secretaria da Cultura e a Presidência da Fundação Nacional Pró-Memória o escritor Marcos Vinícius Vilaça. É nomeado para a SPHAN o professor Irapoan Cavalcanti de Lyra. Em 1985, é criado o Ministério da Cultura e assume a Subsecretaria do SPHAN o jornalista Angelo Oswaldo de Araújo Santos; o professor Ricardo Cioglia é nomeado presidente da Fundação Pró-Memória.

Em 1986, o economista Celso Furtado foi nomeado Ministro da Cultura e o professor Joaquim de Arruda Falcão foi designado presidente da Fundação pró-Memória. Em 1987, uma só pessoa volta a ter o comando das duas instituições. Para tanto foi nomeado o professor Oswaldo José de Campos Melo.²⁹

Apesar de todas essas mudanças institucionais, podemos afirmar que muito pouco foi alterado, tanto na legislação quanto na política de preservação. Se pensarmos na riqueza dos debates travados ao longo dos anos 60 e 70, vemos

²⁹ Esses dados são aqui inseridos apenas com finalidade ilustrativa. Não é nossa proposta nos alongarmos no histórico da SPHAN e sim, a partir da sua atuação, acharmos pistas que nos permitam o entendimento do objeto que aqui queremos estudar. Assim sendo, limitamo-nos a dar uma ordem cronológica dos presidentes da SPHAN e da Fundação Nacional Pró-Memória.

como a SPHAN sempre procurou manter uma atitude de órgão eqüidistante e apolítico, e ao mesmo tempo pouco participativo nas profundas mudanças que então se operavam na cultura brasileira. O período de Magalhães frente ao órgão marcou a tentativa de dinamizar mais as atividades, abrindo até espaço para projetos relacionados com minorias étnicas, como foi anteriormente comentado. Porém, a iniciativa deveu-se muito mais a seu empenho pessoal e a sua extraordinária formação de homem ligado às artes.³⁰ Apesar do curto período em que esteve frente à Subsecretaria, houve por parte do jornalista Angelo Oswaldo um grande empenho em dinamizar o sentido da preservação histórica levada a cabo pela SPHAN. Além da tentativa de procurar identificar outras formas de patrimônio, reativou o debate sobre a cultura nacional e sobre o próprio órgão de preservação. Um bom exemplo disso foi a reedição da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que contou com a colaboração de pesquisadores ligados a diversas áreas. Também coube a sua gestão o incentivo e o apoio aos trabalhos de preservação arquitetônica dos imigrantes em Santa Catarina, em que o Município de Timbó estava inserido.

Vemos, dessa forma, um conjunto de atitudes isoladas, tomadas por pessoas altamente sensíveis à problemática cultural do País, que de tempos em tempos procuram dar uma dimensão mais abrangente ao órgão de preservação, e também

³⁰ Acrescentamos aqui que data de sua gestão o único trabalho que procura registrar a história do órgão e sua atuação. Os anos que se seguiram não tiveram um registro detalhado e publicado, o que torna muito difícil para os pesquisadores alheios ao IBPC o acesso a informações.

que muito se perde quando estas mesmas pessoas dele se afastam.

Tal assunto é vasto e não é nossa proposta seu detalhamento neste trabalho. Apenas pusemos alguns pontos em debate, a fim de refletirmos sobre quais são, afinal, as implicações de uma política como esta em uma área de imigração, onde nem a cultura nem a arquitetura dos vencedores é dominante, localizando-se em uma região que por muitos anos esteve fora do cenário político nacional.

CAPÍTULO III

DE COLÔNIA ALEMÃ A MUNICÍPIO INDUSTRIAL

Nosso território de estudo, o Município de Timbó, pertence à Microrregião do Médio Vale do Itajaí, Santa Catarina. Localiza-se à margem esquerda do rio Itajaí e cresceu entre os rios Benedito e Cedros, junto à Serra do Mar. A cidade está situada a 70 metros de altitude, dista 180 quilômetros de Florianópolis, a Capital do Estado, e 24 quilômetros de Blumenau, o centro mais desenvolvido da microrregião. Geograficamente encontra-se a 23.49'32" de latitude e 49.10'18" de longitude de Greenwich, limita-se ao norte com Município de Rio dos Cedros, a leste com os Municípios de Blumenau e Pomerode, ao sul com o Município de Indaial e a oeste com os Municípios de Rodeio e Benedito Novo.

Seu desenvolvimento político-administrativo deu-se a partir de lei provincial de 1886, que criou o Distrito de Indaial, a cujo território pertencia a cidade de Timbó. Em 1922, foi criado o Distrito Benedito-Timbó, que se tornou o 10º distrito do Município de Blumenau. Sua elevação à categoria de município deu-se somente com o Decreto Estadual nº 527, de 28 de fevereiro de 1934.

Em 1936, parte de seu território foi desmembrado, dando origem ao Município de Rodeio, e, em 1961, emanciparam-

se os Distritos de Benedito Novo e Arrozeira(atual Rio dos Cedros).¹ Possui atualmente uma área de 161 Km², sendo um dos menores municípios do Estado.

O nome Timbó, dado ao município, começa a aparecer nos relatórios oficiais da Colônia Blumenau a partir de 1875. Até então, a área era referida como Benedito-Timbó. Existem duas explicações para um nome tão brasileiro em uma terra de imigração alemã. A primeira seria fruto de um tipo de cipó que ali havia em abundância -o cipó timbó-, usado pelos índios que habitavam a área, cujo sumo tinha a propriedade de estontear os peixes, facilitando assim sua pesca. A segunda versão, já mais aceita na região, é a de que o nome seria uma homenagem à tomada do Forte do Timbó, na Guerra do Paraguai(1864-1871), pelas forças brasileiras. Porém, na medida em que o nome Timbó já aparecia em conjunção com o nome Benedito, cremos ser a primeira hipótese mais plausível, principalmente sabendo que posteriormente a região foi desmembrada, originando os Municípios de Benedito Novo e Timbó.

1. A região de Rio dos Cedros ou Arrozeira como era denominada na época, teve o seu povoamento majoritariamente feito por italianos provenientes do Tirol, que na época pertencia ao Império Austro-Húngaro. Devido a isso consideravam-se austríacos e não italianos, embora falassem dialetos italianos. PIAZZA(1982) diz que a colonização italiana, predominantemente rural, marcou sua presença com a formação de um cinturão agrícola, primeiramente em torno das áreas de colonização alemã, espalhando-se depois em novas áreas de penetração. Parte dessa região, denominada Tiroleses, ainda pertence ao Município de Timbó, porém o número de descendentes de alemães não é significativo para nosso estudo. Interessante notar porém que muitos descendentes de italianos moram hoje em construções tipicamente germânicas. Essa assimilação de hábitos alemães por parte de imigrantes italianos será posteriormente analisada em nosso trabalho.

Neste capítulo, antes de considerarmos a experiência local de preservação cultural, tentaremos traçar uma breve história do desenvolvimento do município, a partir dos tempos de colônia; de sua evolução político-administrativa e de seu crescimento econômico e urbano.

1. Os primeiros tempos

A colonização do Município de Timbó está intimamente ligada à onda imigratória que penetrou a região sul do Brasil na segunda metade do século XIX, movimento este acionado pela delicada situação sócio-econômica em que se encontravam os estados de língua alemã. Havia um crescimento excessivo da população urbana e rural, que tornava precário o abastecimento de víveres. Por outro lado, a remanescência de classes atreladas aos aristocratas, donos das grandes propriedades rurais, gerava uma constante tensão no campo. A Prússia, de todos os estados que compunham a Confederação Germânica, era o que possuía as estruturas mais arcaicas, tanto no campo social como no político. Diz WEIMER:

O relativo bem-estar de sua corte se devia à extensão territorial de seus domínios, a espoliação da pequena nobreza rural-os Junker(sic.)- que por sua vez, a repassavam a seus súditos que ainda eram mantidos em regime de servidão feudal e

que era especialmente pesado nas baixas terras da Pomerânia, junto ao mar Báltico.²

Diz ainda WEIMER:

Em toda parte a vida do camponês era dura e frugal. Vivia dos produtos da terra. Raramente comia carne. Alimentava-se do duro pão de centeio, queijo, sopa de cevada e aveia, de feijão branco e ervilha. Algumas raízes completavam a dieta: cenouras, nabos e rabanetes. No último quartel do século XVIII foi introduzida com muito sucesso a batata chamada inglesa e proveniente dos Andes, que muito ajudou a atenuar a fome. Tudo o que era consumido era produzido pelo camponês, desde o alimento ao vestuário. A lã, o linho e o cânhamo eram fiados e tecidos pelas mulheres. A fome era uma ameaça constante. Uma colheita mal sucedida ou um inverno muito rigoroso inapelavelmente liquidava com uma fatia da população(...) Para comprometer ainda mais a situação dos camponeses, no segundo quartel do século XIX, começaram a se fazer sentir os efeitos da revolução industrial na lavoura. Fertilizantes químicos aumentaram a produtividade e uma maquinaria cada vez mais complexa dispensou, gradativamente, mais pessoas das colheitas e da debulha, que era uma das principais atividades de inverno. Além disso, a produção fabril veio competir e superar o trabalho artesanal que era uma das formas de aquisição de rendimentos suplementares para o camponês.³

A ida para as cidades foi o caminho inevitável a ser seguido, e na medida em que estas não conseguiam absorver esse enorme contingente, a corrente emigratória começou a se estabelecer como a única chance de sobrevivência.

No Brasil, por sua vez, desde o Primeiro Império, tentativas de se elaborar um plano de colonização que realmente fosse eficaz já haviam sido tentadas sem sucesso. Neste período, o recrutamento de mercenários, sob o rótulo de

2. WEIMER, Günter. *Arquitetura da imigração alemã. Um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-européia ao meio rural do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, ed. Nobel/ed. Universidade, 1983, p. 23.

3. *Ibidem*. p. 24.

lavradores, era freqüente, e estes para cá emigraram a fim de suprir a necessidade de povoar e defender as fronteiras na área meridional do País. Podemos afirmar que o movimento colonizador somente tomou impulso a partir do Segundo Império, já que no período regencial as iniciativas, nessa área, foram de pouco significado. A partir de 1848, a situação começou a favorecer a imigração dos europeus. A Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848, estabelecia:

A cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares do seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão destinadas á colonização, e não poderão ser arroteadas por braços escravos ⁴

Foi, porém, a promulgação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, mais conhecida como "Lei das Terras", que deu o impulso fundamental à colonização do sul do Brasil por imigrantes alemães e italianos, principalmente. Esta dispunha sobre as terras devolutas do Império, determinando sua medição, demarcação e utilização de maneira mais específica em colonização.

A quantidade de alemães que vieram para o Brasil foi no entanto, muito pequena. Entre 1846 e 1859, dos 1.377.296 alemães que emigraram, apenas 13.862 (1%) se dirigiram para cá, e de 1860 a 1870, 16.740 (2%) vieram para nosso País.⁵ Mesmo em seu período de apogeu, que foi entre 1860 e 1862, apenas 10.016 emigrantes aqui aportaram.

4. PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis, ed. Lunardelli, 1988. p. 113.

5. WEIMER, op. cit., p. 37.

Vários são os motivos apontados para esse fraco movimento em direção ao Brasil: relatos de maus-tratos aos colonos,⁶ o clima, a mata virgem, os índios com seus constantes ataques e, principalmente, a falta de uma política contínua para a imigração européia no País. Junte-se a isso o fato de que o governo real prussiano cassava o direito à cidadania a todos que requeriam licença para emigrar, como demonstra este trecho da chamada Carta de Demissão de um emigrante em 1893:

Este certificado de demissão efetiva a perda de cidadania prussiana para as pessoas expressamente citadas no mesmo a partir do momento em que este documento lhes for entregue, tornando-se, porém sem efeito, caso os demissionários não transferirem a sua residência para fora dos limites da confederação prussiana ou adquirirem a cidadania num outro país, em seis meses a partir da entrega do certificado de demissão (parágrafo 18 da lei de 1º de junho de 1870 B.G.B.L.S.355, que reza sobre a aquisição e perda da cidadania federal e estadual).

Governo Real Prussiano
Departamento - Ministério do Interior ⁷

O alto preço das passagens tornava a empreitada ainda mais arriscada. Porém, no processo de povoamento do Brasil

6. É importante observar que o livro de Thomaz DAVATZ, intitulado *Memórias de um colono no Brasil* causou enorme repercussão na Europa, fazendo com que o governo da Prússia, em 1959, através do rescrito de Heydt, proibisse a vinda de novos alemães para o Brasil. Conta MATTOS sobre a revolta dos colonos da fazenda de Ibicaba: *Em 1857, porém, os colonos de Ibicaba revoltaram-se, ameaçando a continuidade do sistema. (refere-se aqui ao sistema de parceria. N.A.) Queixavam-se os colonos dos maus-tratos recebidos, de que não gozavam de liberdade religiosa, de que os fazendeiros somente lhes davam para cuidar os cafezais menos produtivos e de que havia fraudes nos sistemas de contas e de juros, de pesos e medidas, que os deixava frequentemente endividados*. IN.: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *História do Brasil. II - Processo da Independência*. Apostila - Rio de Janeiro, 1975, p.95.

7. WEINGARTNER, Nelson (org.). *Crônica da comunidade evangélica de Timbó*. Timbó, 1969. p. 11.

meridional, a corrente imigratória estabeleceu-se como um fator primordial. A iniciativa governamental, nesta fase, é tida como uma tentativa de melhorar o padrão agrícola do brasileiro, pela introdução de mão-de-obra européia com marcada cultura agrícola e pelo nível cultural tido como mais elevado que o do negro trazido da África. Some-se a isso a grande preocupação que havia com os territórios desocupados no sul do País, alvos fáceis de conquista por países vizinhos. Em relação a Santa Catarina, diz SEYFERTH que:

ao Governo Imperial não só interessava povoar uma área de florestas com pequenos agricultores como abrir vias de comunicação entre o litoral e o planalto meridional por necessidades estratégicas. A viabilidade de tal intento dar-se-ia através da ocupação dos vales dos rios. Em Santa Catarina, como não havia comunicação entre a capital Desterro e o planalto estimulou-se a colonização alemã no vale do Itajaí.⁸

É interessante observar que, já antes de 1840, o Governo Provincial de Santa Catarina fizera tentativas de iniciar um programa de imigração por empenho próprio. Baseado na Provisão de 8 de abril de 1823, por exemplo, foi fundada a Colônia de São Pedro de Alcântara com imigrantes alemães, sendo a maior parte mercenários. O objetivo de tal empreitada tinha cunhos militares. Por uma série de motivos a colônia não prosperou. Também no período regencial, Santa Catarina foi uma exceção à regra. Data deste período a fundação da Colônia Itajaí em 1835, a partir da qual foi iniciado o processo de

⁸. SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre, ed. Movimento/SAB, 1974, p. 31.

penetração ao longo do rio Itajaí-Açu, que em muito facilitou a implantação da colônia Blumenau.

2. Da Colônia Blumenau a Colônia

Benedito-Timbó

A ocupação do vale do Itajaí-Açu deu-se por via fluvial, a partir da venda de onze lotes de terras aos colonos alemães chefiados por Hermann Blumenau, em 28 de agosto de 1852. O clima quente, a selva, os índios(ou bugres, como eram chamados), a total falta de infra-estrutura e ainda as dificuldades financeiras não esmoreceram a persistência desses imigrantes.⁹

A colônia fundada pelo dr. Blumenau teve características próprias, que a diferenciava das colônias de parceria implantadas nas zonas de café e contra as quais os imigrantes tanto se rebelaram. Tinha ela um regulamento, que detalhava as atividades dos colonos e como estes deveriam se comportar. Esse regulamento foi apresentado na Assembléia Legislativa catarinense, quando foram requeridas as terras para a Sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães no Brasil,

⁹. A colônia Blumenau foi um caso atípico, pois inicialmente pertenceu à iniciativa particular do dr. Blumenau. A história desta colônia e seu desenvolvimento vêm sendo objeto de estudo de vários pesquisadores. Não é nossa intenção entrarmos em maiores detalhes sobre sua história, na medida em que não é esta nossa proposta. Podemos porém indicar os trabalhos de PIAZZA (1983), SOUTO(1974), SINGER(1968) e MAMIGONIAN (1965), como referências bibliográficas de base.

em 1848. Os colonos que comprassem as terras seriam considerados cidadãos brasileiros naturalizados e estava expressamente proibida a entrada de escravos. Garantia ainda total liberdade e iniciativa no trato da terra.¹⁰

Com a perspectiva de um novo modelo de colonização, os alemães que para Blumenau se dirigiram vislumbraram uma real possibilidade de melhoria em suas condições de vida. O seguinte texto nos mostra o sentimento dos descendentes quanto à emigração de seus ancestrais:

Movidos pela necessidade do pão diário e pela ambição de ter um dia o seu próprio terreno e também para seus descendentes, se sujeitaram a tudo. Vieram enfrentando o desconhecido na esperança de uma existência melhor, nessa nova pátria. Fugiram do absolutismo dos príncipes e dos senhores feudais, que lhes tolhiam a liberdade; escaparam das condições fiscais da época, dos escorchantes e pesados impostos, das desvantagens sociais a que estavam sujeitos pela lei do morgnato (morgo), isto é, bens vinculados, os quais não podiam ser vendidos nem divididos, mas passados de pai para o filho primogênito, herdeiro legítimo desses bens. Eles vinham com muita coragem e forte ambição de um dia tornarem-se donos de uma propriedade que lhes pertencesse por direito e posse. Na sua antiga pátria, esses colonos tinham poucas possibilidades de serem livres para escolher o que bem quisessem; só podiam fazer uso e aproveitar aquilo que o senhor lhes oferecia. ¹¹

Em 1860, após muitos contratempos, e não conseguindo fazer face aos prejuízos que a colônia lhe impôs, o dr. Blumenau consegue que o Governo Imperial a compre,

10. *Pomerode - sua história, sua cultura, suas tradições*. Prefeitura Municipal de Pomerode-Depto. de Cultura, 1985, p. 13

11. *Ibidem*, p.13. Em algumas regiões o costume era o herdeiro ser o último filho a casar. De qualquer maneira, o importante é assinalar o desequilíbrio social que isto causava na medida em que os demais filhos eram expropriados de terras que pudessem cultivar.

continuando como seu diretor. Vinte anos depois, a colônia contava com 6 mil habitantes, 92 fábricas, 27 mil cabeças de gado e 30 km de estradas de rodagem. Possuía já também um montante expressivo de exportações.¹² Segundo LAGO, o sucesso da colônia Blumenau deveu-se ao

*conteúdo da administração que oferecia nítido contraste com a lacunosa programação das colônias oficiais.*¹³

Como ressalta PIAZZA¹⁴, o Dr. Blumenau selecionava os imigrantes não só quanto à pessoa, mas também em função dos ofícios que eram necessários ao bom desempenho do empreendimento. Para tanto, muitas vezes solicitava a seus agentes na Alemanha a seleção de determinados tipos de artesãos. Dessa maneira, a Colônia Blumenau, desde sua criação, pôde ser quase auto-suficiente e rapidamente se desenvolveu, como demonstra o quadro da página seguinte.

12. Segundo SOUTO (1974), a super-estrutura mental do colono alemão teria sido um fator decisivo ao sucesso de Blumenau. Verificou-se a existência de uma mentalidade mercantil, espírito de trabalho, de racionalização econômica e de iniciativa, que se vinculou desde cedo como fator de sucesso econômico para o imigrante alemão. Alie-se a isso aspectos favoráveis de uma distribuição econômica mais democrática que no meio luso-brasileiro, com todos os habitantes da colônia possuindo, dentro de razoável homogeneidade, um nível de vida superior ao daquele, propiciando o crescimento de um mercado de consumo.

13. LAGO, Paulo Fernando. *Santa Catarina - A terra, o homem e a economia*. Florianópolis, ed. UFSC 1968, p. 104.

14. PIAZZA, Walter. F. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis, ed. Lunardelli/ed. UFSC, 1983.

INDÚSTRIAS CASEIRAS NA COLÔNIA

INDUSTRIA X ANO	1856	1859	1880
Engenhos de farinha	5	24	142
Engenhos de açúcar	5	34	154
Alambiques	3	0	143
Moinhos de milho	2	2	27
Engenhos de serrar	2	2	32
Fábricas de vinagre	1	1	1
Fábricas de cerveja	1	1	9
Olarias	1	3	10

Fonte: PIAZZA(1983).

Em 1873, a colônia foi elevada à categoria de Distrito de Itajaí, e em 1880, passou a constituir-se município. Como centro de expansão colonial, Blumenau originou inicialmente seis novos municípios: Indaial, Rio do Sul, Ibirama, Gaspar, Pomerode e Timbó.

A entrada na região que veio a formar a colônia Benedito-Timbó deu-se a partir de expedições de levantamento topográfico de grande importância nos rios Benedito e dos Cedros, na procura de um traçado para a estrada de ligação de Blumenau à Colônia Dona Francisca. Estas expedições visavam, ainda, explorar o rio Itajaí em seu curso superior até o pé da Serra Geral. O nome Benedito-Timbó começou a aparecer em

meados de 1863, quando o engenheiro August WUNDERWALD, em relatório dirigido ao dr. Blumenau, menciona o local. Este relatava ainda que

o rio tem em média uma largura de 30 braças[66 metros] e é navegável à canoa sem dificuldades. O terreno das duas margens é alto e não sujeito a inundações de maneira que as terras sem, exceção poderão servir para a agricultura.¹⁵

O povoamento da região que formou a Colônia Benedito-Timbó começou em 1868/1869 (não há precisão de data) com a chegada de Frederico Donner, alemão proveniente de Pomrain-Brandburg, com outros colonos que, subindo o rio Benedito em canoas, acamparam na confluência deste com o rio dos Cedros. A venda dos primeiros lotes deu-se somente em 1872, margeando o rio Benedito, em número de 99, o rio dos Cedros, em número de 45, e o ribeirão Mulde, em número de 94 lotes(Anexo II).

3. O ficar na terra: a fixação dos colonos em Timbó

O desenvolvimento do município seguiu parâmetros semelhantes aos de Blumenau. As pequenas propriedades constituíram unidades quase autônomas, compostas pela casa principal e ranchos para abrigar as criações (aves, porcos e vacas). A agricultura basicamente consistia em pequenas roças

¹⁵. Relatório de August WUNDERWALD datado de 12 de julho de 1863, apud BUZZI Gelindo S. *Centenário de Timbó*, Prefeitura Municipal de Timbó, 1969, p. 20.

de milho, aipim, batata-doce e fumo. A vida era dura, como podemos observar pelo relato do sr. Wilhelm Butzke:

No dia 6 de abril parti da Alemanha com outras 6 famílias. Isto foi no ano de 1869...De Blumenau até Indaial nossa bagagem foi transportada de carroça. Em Indaial fui informado que em Cedro havia terra boa. Dietlein Krambeck transportou minha bagagem de canoa até a colônia. Escolhi a colônia de nº20. Alí construí uma casa de palmitos na qual morei 3 anos. Não me agradei desta colônia e me transferi para a colônia de nº17 que ainda estava vaga. Nesta colônia ainda hoje resido.

Na Alemanha, eu passei por muitas peripécias e enfrentei muitas dificuldades, mas nada é comparável às dificuldades e lutas que eu e os demais colonizadores tivemos que enfrentar aqui na mata virgem. Os alimentos eram escassos e muitas vezes o estômago reclamava...

Tínhamos que permanecer vigilantes dia e noite, visto que os índios enxameavam ao nosso derredor. Também o tigre se apresentava em visita...Numa noite chuvosa o tigre me abateu uma rês de 3 anos cortando-lhe a veia jugular. Também 2 cachorros ele me abocanhou... 16

Este relato nos dá uma idéia das dificuldades dos primeiros alemães que chegaram à Colônia Benedito-Timbó. Faltavam vias de acesso, as comunicações eram precárias entre as colônias que estavam se estabelecendo e havia a carência de conhecimentos sobre saúde e aspectos nutricionais.

Quanto ao papel desempenhado pelo Governo Brasileiro neste processo de fixação dos colonos em Timbó, podemos dizer que, à semelhança das outras áreas de imigração alemã, sua ação foi de apenas regular a ocupação da terra, deixando a cargo dos colonos o provimento das demais necessidades que pudessem ocorrer, mesmo no tocante à

16. Depoimento colhido em 1940. Na época o sr. Butzke estava com 97 anos de idade. Faleceu em 1941. IN: WEINGARTNER, op. cit., p. 7.

segurança quanto aos ataques dos índios. Escolas foram criadas pela própria comunidade, nas quais ensinava-se o alemão, uma vez que não existiam professores brasileiros na região.¹⁷ O próprio sr. Butzke nos conta:

Já havia crianças em idade escolar: Johann Lemke convocou uma reunião.

*Nós chegamos a um acordo: eu, Ferdinand Zumach e Carl Jahnke fomos eleitos para a diretoria. Dividimos o trabalho em turmas. Assim que a madeira esteve pronta, o carpinteiro Lahsan a **conectou** [construção enxaimel].¹⁸ Então a escola foi erguida. Julius Vogel e Carl Behwian fizeram os bancos escolares. O primeiro professor foi Julius Scheidemantel, durante muitos anos ele lecionou nesta escola.¹⁹*

O primeiro professor e a primeira escola de Timbó desempenharam um papel muito importante no desenvolvimento social da cidade. À semelhança das outras áreas de imigração alemã no sul do Brasil, a construção da escola foi a primeira providência a ser tomada pelos colonos. Essa instituição formou, juntamente com a igreja, a base da coesão social dessa comunidade, mantendo a reprodução das relações sociais. Nela era ensinada a língua de seus pais, além de procurar transmitir os códigos de ética e conduta dentro dos quais a comunidade se estruturava. Era organizada a partir da

17. A existência de núcleos tão pouco ligados ao Brasil nesta região surtiu a campanha de nacionalização no governo de Vargas(1937), sendo na época Nereu Ramos o interventor no Estado de Santa Catarina. Foram fechadas escolas, entidades recreativas e o uso da língua alemã foi proibido. Tentou-se eliminar a idéia do pan-germanismo da região. Sobre este assunto ver SEYFERTH(1981,cap.V) e FIORI(1990).

18. Nota do autor.

19. IN: WEINGARTNER, op.cit. p. 9.

comunidade(*Schulgemeinde*) e eleita sua diretoria; esta tudo fazia para que a escola pudesse funcionar.²⁰

Além disso, foi comum a escola também assumir o ensino da religião e a organização dos cultos, na inexistência de um local que pudesse servir de maneira apropriada para esse fim. Esta serviu como igreja e o primeiro pastor de Blumenau, o pastor Hesse, a partir de 1873, nela esteve celebrando cultos esporádicos. Por sua vez, o professor Scheidemantel realizava os sepultamentos dos primeiros que vieram a falecer na colônia. Os esquifes eram transportados de canoa pelo sr. Donner, já que inexistiam estradas.

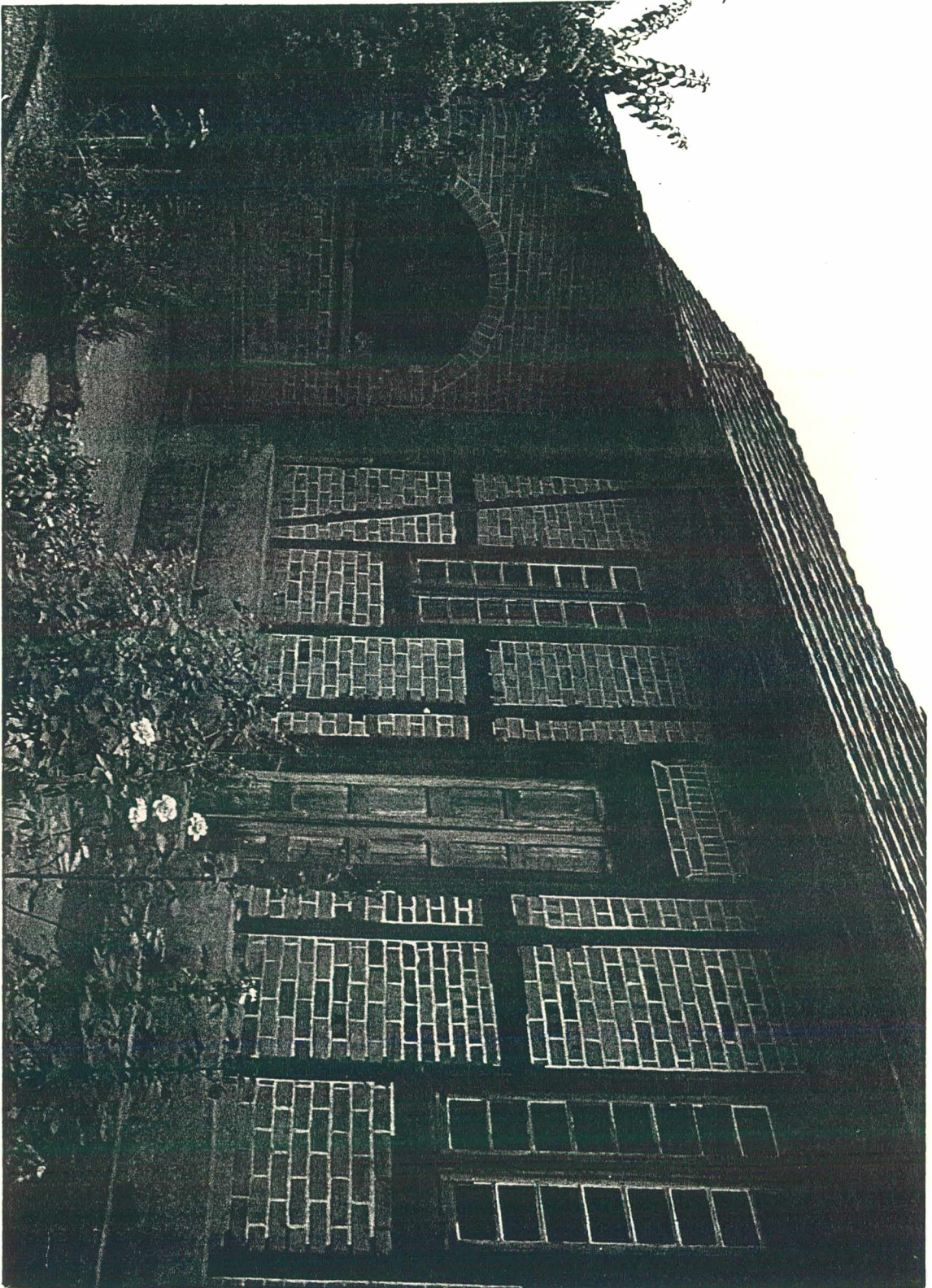
Em 1890, foi construída a primeira igreja evangélica de Timbó, cuja obra mobilizou toda a comunidade. À semelhança da escola, a igreja era um ponto de coesão muito forte entre os colonos. Assim, uma das primeira providências dos imigrantes ao se estabelecerem era organizar a comunidade religiosa(*Kirchengemeinde*) dentro da qual era eleita a diretoria(*Kirchenvorstand*).²¹

Constata-se, pois, que da mesma forma que outras regiões da colonização alemã, Timbó esteve muito mais ligado à Alemanha, nas trocas comerciais, culturais e religiosas, do que ao Brasil. A vinda de professores, a compra e a venda de

²⁰ Sobre este assunto ver com mais detalhes o trabalho de RAMBO Arthur Blásio. "O Teuto-Brasileiro e a sua Identidade". Texto mimeografado apresentado no I Seminário de Estudos Teuto-Brasileiros, Florianópolis, UFSC, 1989.

²¹ Idem, ibidem. Não encontramos registro da construção da primeira igreja católica em Timbó. Os cultos até 1935, ao que tudo indica, eram realizados na casa-escola do professor Lueken.

ESCOLA E CASA DO PROFESSOR-Cedrinho.



produtos manufaturados inexistentes nesta região davam-se basicamente com a pátria de origem dos imigrantes, através dos navios que atracavam no porto de Itajaí.

4. O desenvolvimento urbano-espacial e o crescimento sócio-econômico do município

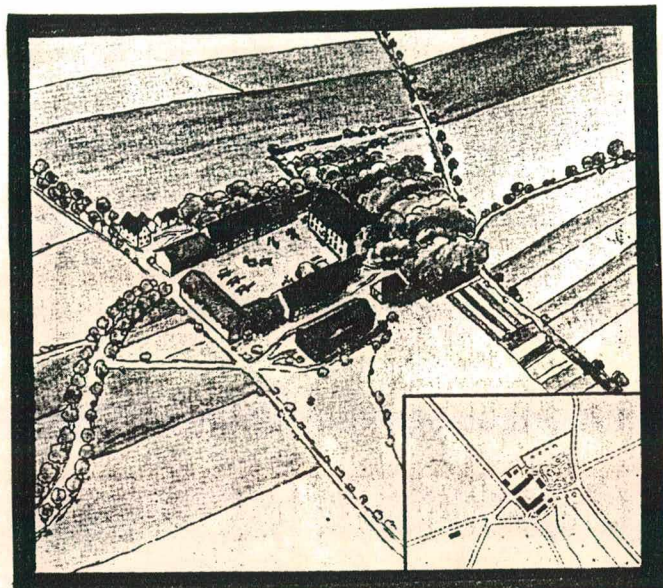
O desenvolvimento urbano-espacial do Município de Timbó deu-se a partir das condições topográficas existentes. Cortado por muitos ribeirões e dois rios principais (Benedito e dos Cedros) e estando ladeada por morros e colinas, a ocupação ocorreu nas áreas de planícies altas às margens dos rios, tal qual já prevera August WUNDERWALD em seu relatório ao dr. Blumenau. A confluência dos rios Benedito e dos Cedros é considerada como o marco inicial da cidade, na medida em que os pioneiros ali armaram suas primeiras choupanas.

A forma básica como a cidade de Timbó começou a se estruturar fisicamente mostra o quanto o imigrante adaptou seus conceitos à nova terra. Na Alemanha, a forma mais simples de agrupamento era o *Weiler*, formado por poucos sítios que, em seu desenvolvimento, daria lugar a uma *Strassendorf*, tipo de aglomeração em que as casas se desenvolvem ao longo de uma rua. Quando o *Weiler* tinha um crescimento mais espontâneo, ele acabaria por constituir uma *Haufendorf*, um tipo de aglomeração em que as casas se espalhavam basicamente a partir da área

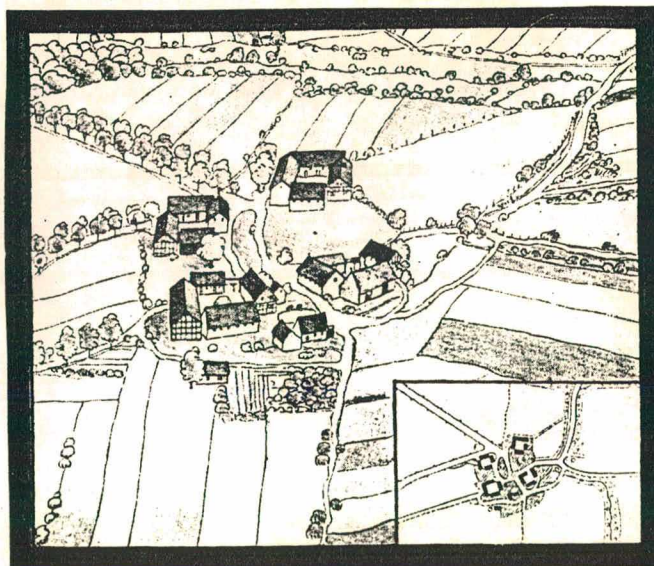
central, porém sem um direcionamento proposital.²² Comparando fotos antigas da cidade podemos dizer que seu crescimento muito se assemelhou com estas formas. A partir da confluência dos rios, o núcleo urbano alongou-se em uma avenida, a qual até hoje conforma o centro comercial da cidade (*Strassendorf*). A expansão do núcleo urbano em direção ao rio dos Cedros só foi possível após a construção de uma ponte em 1907, passando a assemelhar-se com uma *Haufendorf*. As propriedades urbanas possuíam o mesmo tamanho do lote rural. Todos dependiam da lavoura para sobreviver, fossem artesãos ou não. É interessante notar que essa forma de aldeamento sempre previa uma reserva de área verde com madeiras e forragens para os animais. No caso, foi muito comum essa área ficar nos morros e nas colinas do município, onde ainda hoje é possível encontrar palmitais, tão abundantes na região. As aldeias, na Alemanha, também possuíam um cinturão verde formado pelas áreas de cultivo de hortifrutigranjeiros, que aqui também se estabeleceu ao redor da cidade.

22. Segundo WEIMER, op.cit., as origens desse tipo de aldeamento certamente remontam aos primórdios da civilização germânica. Cada unidade familiar-*Hof* continha a casa, a horta e o pomar que agrupando-se em três a quatro, passavam a constituir um *Weiler*. Este tipo de concentração favorecia a defesa mútua das unidades contra as constantes guerras internas e formavam um cinturão verde ao redor das aldeias. Aliás, essa idéia de cinturão verde permaneceu na adaptação das tipologias espaciais de construções em Timbó. Na *Strassendorf* (strasse=rua; dorf=aldeia), como o próprio nome já diz, o crescimento da aldeia era fundamentado na existência de uma via principal ao longo da qual os *höfe* se localizavam. Na *Haufendorf*, o crescimento não possui um elemento direcional, espalhando-se a cidade de maneira irregular.

TIPOLOGIAS URBANAS.

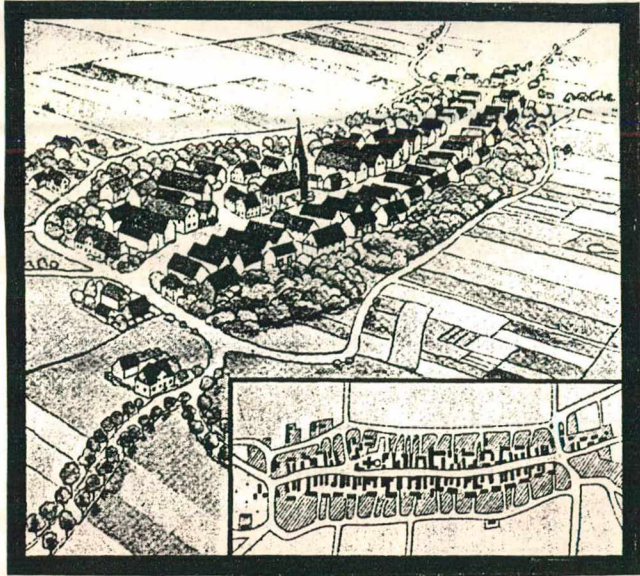


UM HOF

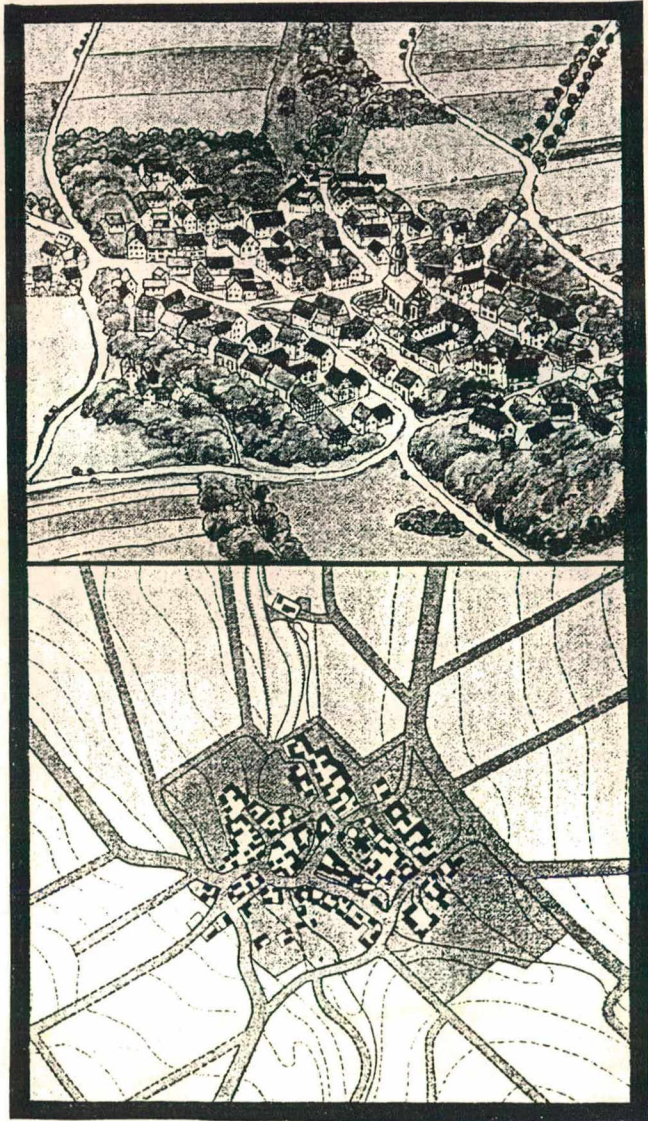


UM WEILER

UMA STRASSENDORF

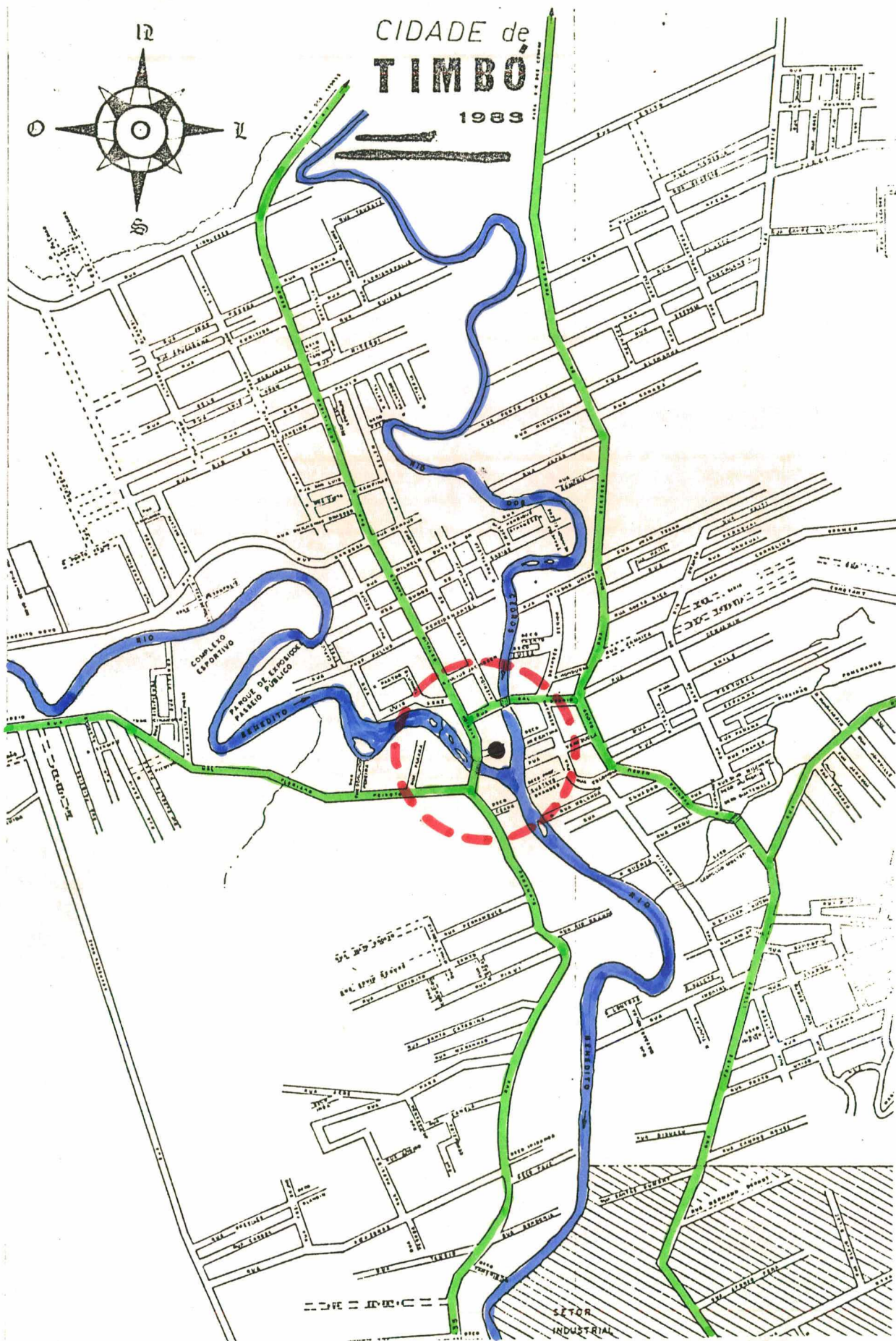
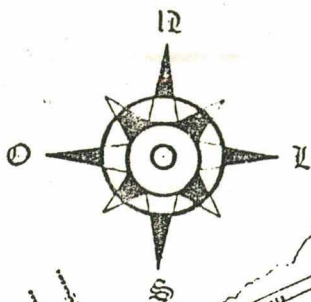


UMA HAUFENDORF



(Reproduzido do livro de WEIMER)

CIDADE de TIMBÓ, 1983



 1.º CAMINHOS

 NÚCLEO URBANO

 RIOS

 MARCO INICIAL

Com a formação do núcleo urbano, o crescimento da região logo se fez notar. Casas de comércio e armazéns começaram a se multiplicar. O desenvolvimento da cidade foi facilitado não só pelo espírito de iniciativa dos imigrantes mas também pelo problema da terra. Os lotes eram pequenos, havendo dificuldades em seu parcelamento devido ao costume do minorato como direito de herança (o último filho a casar, geralmente o caçula, herdava a terra e as benfeitorias).²³ Houve, dessa maneira, não só a expansão para novas frentes agrícolas como a ida para a cidade. O crescimento populacional exigiu cada vez mais um maior número de artigos de consumo, forçando o aumento de casas comerciais que importavam mercadorias diretamente da Alemanha. Esse processo impôs ainda aos pequenos artesanatos a ampliação de sua linha de produção, influenciando o desenvolvimento da indústria local.

4.1 Crescimento industrial e a questão da mão-de-obra

A partir da 1ª Guerra Mundial, a indústria de Blumenau começou a voltar-se para o mercado interno. Este processo foi intensificado com a eclosão da 2ª Grande Guerra devido às dificuldades de comercialização com o exterior. A partir da década de 30, vários produtos industrializados

²³ Cf. SEYFERTH (1985). Este costume, de só um filho herdar a terra e as benfeitorias nela existentes, parece já fazer parte da cultura do imigrante alemão, denominado *Anerbeurecht* na Alemanha. Segundo WEIMER, op.cit.) apenas entre os protestantes a terra era herdada pelo filho mais moço.

deixaram de ser importados, o que permitiu um crescimento significativo da produção desses artigos em Blumenau .

Timbó, como uma expansão da Colônia Blumenau, seguiu os passos trilhados no sucesso e na cultura desta. Também, já na década de 30, contava com muitos estabelecimentos industriais, que tinham mercado consumidor para seus produtos em todo o País. A Fábrica de Papelão Timbó, por exemplo, produzia "presspan" têxtil, papelão isolante (para fins elétricos), "flans" para estereotipia (usados pelos jornais), cartolinas lisas e marmorizadas, cartão-foto, papelão para modelos, foles de acordeões e papelão pardo.²⁴ Seu mercado consumidor era São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Bahia e Pernambuco. Dentre outras empresas importantes que se desenvolveram em Timbó, podemos ainda citar: a Fritz Lorenz S.A. Indústria Comércio e Agricultura, que posteriormente originou a Urú, famosa marca que comercializava, dentre outros produtos, a banha; as indústrias Germer, especializadas em lançadeiras e porcelanas industriais, que atualmente controlam a fábrica Polovi de porcelanas; a Exportadora Catarinense de Fumos, fundada em 1949, que exportava seus produtos para a Holanda, a França, a Bélgica, os Estados Unidos, a Argélia e o Uruguai; a Metalúgica Timboense, fundada em 1948, que produzia implementos e ferramentas agrícolas, lâminas para motoniveladoras e tratores e sapatas laminadas e forjadas,

24. Cf. BUZZI, op. cit., pp. 114-125.

exportando para o Paraguai, a Argentina e o Uruguai. Até 1960, a METISA, como é conhecida até hoje, era a segunda indústria no ramo de lâminas para máquinas rodoviárias no Brasil e a primeira a produzir as sapatas laminadas.²⁵

Estes são apenas alguns exemplos do crescimento industrial que ocorreu no município, também baseando, como Blumenau, seu desenvolvimento na mão-de-obra de origem germânica. É importante observar que, apesar do poder de atração exercido pela cidade sobre outras populações, existia uma forte resistência no emprego de operários de origem cultural diversa, mesmo nas indústrias que necessitavam de novos elementos para sua expansão. A valorização da disciplina em relação ao trabalho e o conhecimento das famílias de seus empregados sempre foram conceitos muito valorizados pelos industriais locais. Esse fator de "fechamento" da comunidade a elementos externos é uma das questões abordadas por HERING ao fazer um estudo sobre a industrialização do Vale do Itajaí. Focalizando mais especificamente a industrialização de Brusque, a autora conseguiu respostas bastante interessantes a questões que, sem dúvida, podem ser estendidas para a situação existente em Timbó. Vale a pena nos determos sobre ela. HERING detectou que esta preferência parte de uma empatia existente entre empregados e patrões de origem alemã, e que parece ser este um sentimento generalizado em toda a região do Vale. Empregados e patrões possuem valores éticos e

25. Ibidem.

PROPAGANDA DOS ANOS 50

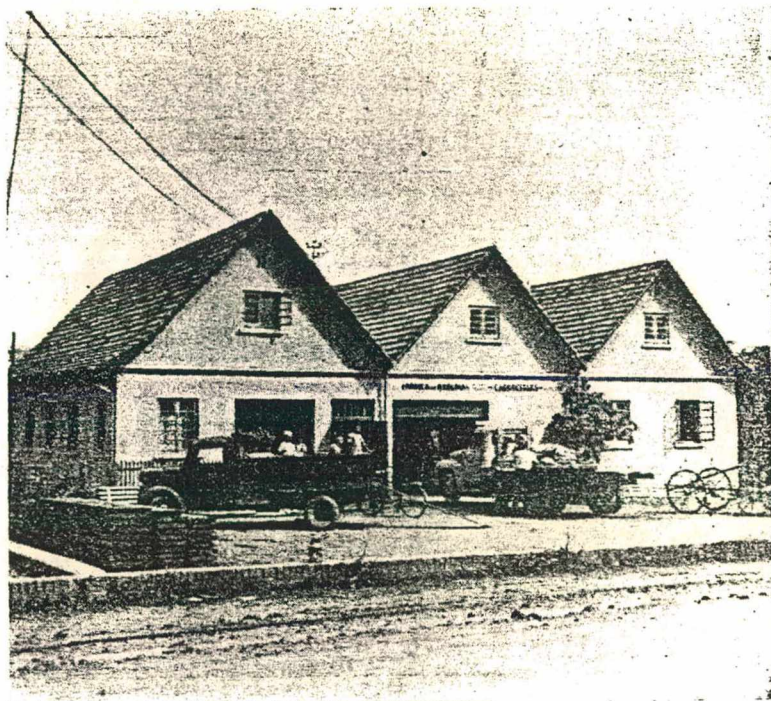
Fábrica de Máquinas para Lavar Roupa e Carrocerias em Geral

RUA GENERAL OSÓRIO S/N. — CAIXA POSTAL, 37

WALTER MUELLER
PROPRIETÁRIO

TIMBÓ

Santa Catarina



WALTER MUELLER

PROPAGANDA DOS ANOS 50

Exportadora Catarinense de Fumos S. A.

End. Electr.: "FUMOS"

COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA

Av. Getúlio Vargas s/n.

Código: RIBEIRO

Caixa Postal. 15 - Fone. 12

TIMBÓ

— SANTA CATARINA —

BRASIL

Manipulação e Exportação de fumo em folha
Galpão e Estufas Amarelinho e Virginia
Fermentado e Esterelizado

Fábrica de Charutos marcas:

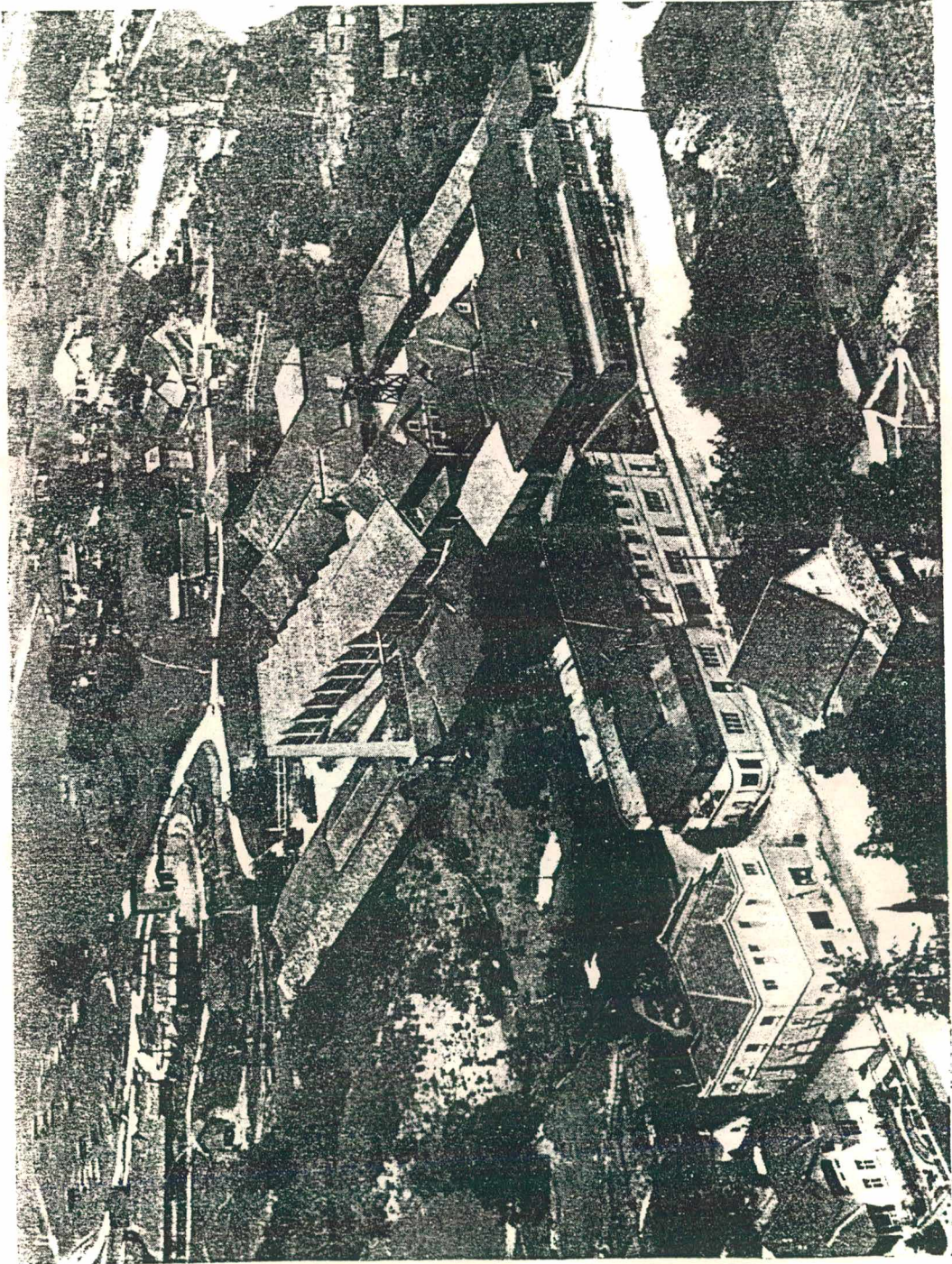
PERSÉE, PRIMUS, ARACI, NADIR e DIACUÍ

Armazens e Postos de
compra nos municípios de:

TIMBÓ, IBIRAMA, PRESIDENTE GETULIO, RIO
DO SUL, NOVA TRENTO e TAIÓ



INDÚSTRIAS GERAIS LORENZ - VISTA AÉREA.



morais semelhantes e a mesma crença no trabalho, o que é considerado gerador de sucesso e desenvolvimento. Segundo HERING, isso remonta aos

anos de esforço conjunto quando se estabeleceram os imigrantes nas colônias, o que determinou seu vínculo ao local de trabalho, onde o patrão comumente fora o antigo companheiro da luta do operário, ou de seus antepassados.²⁶

Assim, o patrão não era visto como um representante do antagonista de classe, mas sim como um representante do sucesso econômico e, conseqüentemente, da respeitabilidade social através do trabalho. HERING ressalta que

o desafio maior era representado pelo exemplo dos empreendedores que entre eles ascenderam para posição econômica e social de maior destaque. Estes por sua vez, assumiam atitude paternalista cultivando-se entre ambas as partes, tal como assinalou Warren Dean ²⁷ os valores tradicionais de veneração de um lado e segurança, de outro. Havia entre eles o convívio muito estreito, determinado não apenas pelo trabalho na fábrica, mas também pela uniformidade de princípios pela origem étnica comum, pela instrução inicial na mesma escola e pela luta lado a lado dos primeiros anos que forjava a afinidade.²⁸

O estranhamento em relação ao elemento alheio à comunidade também mereceu a atenção de HERING em sua pesquisa. Relatando mais especificamente o caso da fábrica Renaux, em Brusque, nota a autora que lá também, como em Timbó até

26. HERING, Maria Luísa Renaux. *A industrialização no Vale do Itajaí - 1880 a 1945 (contribuição ao estudo do modelo catarinense de desenvolvimento)*. Dissertação (doutorado em História). São Paulo, USP, 1985, pp. 210-211.

27. A autora refere-se ao trabalho de DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo, ed. Difel, s/d.

28. HERING. op.cit., p. 235.

recentemente, sempre houve o cuidado de escalar a mão-de-obra dentro dos limites do município, onde moravam famílias conhecidas; as famílias eram de *colaboradores* ²⁹ e sentiam-se parte da firma Renaux. Aos elementos lusos e italianos eram atribuídos dificuldade em adaptar-se ao regime de trabalho rígido, falta de ordem, irresponsabilidade, descuido com o maquinário e outros.³⁰ Vale a pena ressaltar que, tanto os lusos quanto os italianos, só passavam a ser aceitos quando incorporavam os valores germânicos do trabalho, da disciplina e da ordem, muitas vezes aprendendo a falar o alemão dentro da própria fábrica, e é interessante notar que este sentimento não era partilhado apenas pelos patrões.

Em Timbó, ainda hoje, principalmente nas zonas agrícolas do município, ouve-se relatos interessantes sobre essa incorporação dos valores germânicos por parte de pessoas estranhas ao meio. Quando de nossa pesquisa de campo, um casal de colonos, moradores da região da Mulda, nos contou:

Mas aqui em geral na Mulda os mais são alemão ainda. Italiano tem uns dois, três. Brasileiro uns dois, três, quatro. Um até tem lanchonete aqui. Um bar Souza ali. E o restante são tudo alemão ainda. Tem um que casou com brasileira, italiana...mas depois isso tudo vira alemão.

29. Ibidem. o destaque é da autora

30. Este princípio de disciplina, obediência e ordem próprio das populações nórdicas protestantes pode ser explicado como prováveis resquícios de concepções de diferentes hierarquias provenientes do sistema medieval das corporações de ofício. O patrão era visto como benfeitor ao qual o empregado devia seu sustento. Ou seja, foi com a mentalidade de súditos que os imigrantes germânicos se submeteram à autoridade do patrão. Ao contrário, entre os italianos muitos possuíam origem urbana e trouxeram consigo a experiência do operariado mais politizado e inconformado com a espoliação social do capital industrial, sendo-lhes imputada a fama de revolucionários, anarquistas e comunistas (HERING, op. cit., p. 217).

Existe o meu sobrinho aqui que casou com uma lá de Navegantes, uma Coelho, uma brasileira. Nem dois anos...ela só fala alemão com o filho.

Dessa maneira, não se pode afirmar que houve uma miscigenação cultural no processo de crescimento desses centros urbanos e, sim, uma imposição da cultura germânica sobre as outras no trabalho fabril. A industrialização na região, portanto, assentou-se sobre bases distintas de outras regiões do País, sendo sua expansão limitada pela escassez de mão-de-obra de origem germânica, ou que se adaptasse aos padrões locais. A origem dessa escassez repousa na resistência à vinda de mão-de-obra alheia aos costumes locais. Se antes o sentimento era de profundo germanismo, hoje podemos dizer que a população do município cultivava um senso de preservação de determinados valores sociais remanescentes do período colonial, porém agora modificados pelo processo de absorção de outros elementos étnicos que se instalaram na região. Isso ocorreu na medida em que a indústria tomou grande impulso e a necessidade de mão-de-obra foi premente. Esse senso de preservação denominamos, aqui, como o sentimento de **coesão de vizinhança**. A **coesão de vizinhança** busca, de maneira similar à coesão étnica, a manutenção do fechamento, barrando agora elementos estranhos ao município, de forma a preservar a rede de conhecimentos dentro da própria comunidade. A confiança, a fácil identificação da família da pessoa com que se fala, o baixo índice de criminalidade são fatores considerados positivos dentro desse comunidade. Tanto assim que é muito comum, na fala dos moradores, em conversas

informais, a menção a Timbó como sendo um *paraíso* onde reinam a ordem e a calma. Quando da ocorrência de roubos estes são imediatamente atribuídos a *pessoas de fora que passam por aqui para roubar e vão embora*, como foi comum ouvir na cidade. Dessa forma, a coesão de vizinhança une agora a todos aqueles considerados **timboenses**.

Um grupo de empresários pertencentes a ramos bastante tradicionais da indústria timboense chegou a apresentar a sugestão de serem distribuídas carteirinhas aos moradores do município, como documento a ser apresentado na requisição de emprego, a fim de que se evitassem a contratação de pessoas estranhas ao município em detrimento dos timboenses(Ver Anexo III).

4.2 Tendências recentes

Essas práticas talvez expliquem, em parte, por que, apesar do crescimento e do desempenho de suas indústrias e dos muitos estabelecimentos comerciais que vêm-se estabelecendo em Timbó, as mudanças são relativamente lentas, face ao potencial existente na região. Vejamos alguns dados.

Segundo estimativas feitas pelo Centro de Apoio a Pequena e Média Empresa(CEAG) em 1989, dos 11.172 trabalhadores contabilizados como população economicamente ativa(PEA), 5% estavam ligados à agropecuária, 62% à indústria e 33% ao comércio e à prestação de serviços. O Censo de 1991,

por sua vez, contabilizou a população de Timbó em 23.829 habitantes, dos quais 19.178(80,5%) residiam na área urbana e 4.651(19,5%) na área rural do município.

Vemos assim que o atual desenvolvimento econômico de Timbó está assentado nos setores secundário e terciário. No entanto, o município, nos últimos anos, vem perdendo posições frente a outros do Estado de Santa Catarina quanto à arrecadação do ICMS. De fato, na totalização do Estado, Timbó chegou a ocupar o 9º lugar na década de 80. Essa perda de posições deve-se à expansão das atividades agroindustriais no oeste catarinense e ao desenvolvimento de atividades turísticas em outros municípios. Assim sendo, Timbó, em 1990, ocupou o 20º lugar, e em 1991, o 23º lugar. Se porém compararmos sua arrecadação dentro da Microrregião do Médio Vale do Itajaí à qual pertence, a situação se modifica um pouco, como demonstra o quadro da página seguinte.

Por este quadro observamos que o Município de Timbó vem mantendo sua posição econômica dentro da microrregião. Vemos que o município obtém resultados bastante aproximados aos do 2º e do 3º colocado e que a diferença para o 5º lugar é bem significativa. É importante notar que além do notável desempenho das indústrias de Blumenau, os Municípios de Gaspar e Indaial estão-se transformando em uma continuação das atividades do setor secundário de Blumenau, o que não ocorre com Timbó, como demonstra a implantação da CEVAL em Gaspar e da TEKA em Indaial.

QUADRO DE ARRECADAÇÃO
DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

	Município	Arrecadação (Cr\$)	
		1990	1991
1º	Blumenau	9.805.524.591,00	37.646.997.755,00
2º	Indaial	818.101.235,00	3.869.440.881,00
3º	Gaspar	771.798.323,00	2.889.153.837,00
4º	Timbó	710.915.477,00	2.469.601.701,00
5º	Pomerode	381.558.872,00	1.728.284.777,00
6º	Rio dos Cedros	67.764.321,00	256.891.992,00
7º	Ascurra	46.241.362,00	180.453.169,00
8º	Benedito Novo	43.359.448,00	165.464.846,00
9º	Rodeio	34.848.775,00	124.536.479,00

Fonte: Secretaria de Fazenda.

São indústrias de grande porte que conseguiram vencer a barreira do fechamento nestes municípios. De qualquer modo, cabe aqui a observação de que o crescimento do município vem sendo freado por uma deliberada decisão do poder público e da elite empresarial local, que resistem a grandes empreendimentos estranhos à cidade. Na medida em que a recessão dos últimos anos atingiu os estabelecimentos montados sobre estruturas familiares antiquadas e dependentes do mercado interno entende-se por que sua arrecadação perdeu posições para outros municípios.

Assim podemos dizer que, apesar de o desenvolvimento de Timbó ter já alcançado patamares de excelência produtiva, vem sendo seriamente limitado pela escassez de mão-de-obra local. Este fato, podemos afirmar, é remanescente do sentido de "fechamento" das comunidades de imigração alemã, também detectado em municípios congêneres.

Esse instinto de preservação, oriundo de um profundo sentimento de germanidade, não se expressa, porém, quando se trata de preservar as construções originais da colonização, como veremos adiante.

Procuraremos no próximo capítulo resgatar o aspecto histórico das construções da imigração alemã em Timbó buscando enfocar, de modo especial, as construções enxaimel.

CAPÍTULO IV

A ARQUITETURA DA COLONIZAÇÃO EM TIMBÓ

A bagagem cultural dos fundadores de núcleos de povoamento em Santa Catarina, tais como Timbó, teve de sofrer mudanças para se adaptar ao modo de vida na nova pátria. Dentre essas mudanças, destacam-se aquelas no modo de habitar. Os recursos para viver de que dispunham os colonos quando aqui chegaram não lhes deu a possibilidade de usar seus conhecimentos anteriores sobre construção de edificações, principalmente moradias. Porém, com o passar dos anos, estes conhecimentos foram adaptados às condições que lhes foram dadas nas colônias onde foram assentados.

A casa, para o elemento teuto-brasileiro, assumiu desde os primórdios da colonização um grande valor simbólico. Ela representava o sucesso sobre a mata virgem, transformada então no local onde a família se instalava após longa viagem e grandes sacrifícios. RAMBO comenta que a casa, para o teuto-brasileiro assumia proporções do sagrado:

Quando alguém se reportava à sua casa (sein Heim), sempre o fazia com respeito e com veneração. Entre suas quatro paredes, por mais modestas que fossem, lutaram e viveram as pessoas a quem mais queria: seus pais. Aí aprendera a amar, a rezar. Aí fora-lhe ensinado o que é certo e o que é errado. Aí aprendeu a inserir-se na micro-sociedade

que é a família. Aí, enfim, crescera, tornara-se adulto e partindo para a vida carregara consigo uma rica bagagem de valores humanos e religiosos e disposto a perpetuá-los onde quer que fosse construir o "em casa"(das Zuhause) para os seus filhos.¹(sic)

Procuraremos, neste tópico, recuperar um pouco o que foi esta arquitetura e seu desenvolvimento, tema de grande preocupação nos trabalhos de preservação cultural no sul do Brasil. Sem dúvida, o patrimônio arquitetônico dos imigrantes tornou-se um elemento visível da cultura germânica que aqui aportou.

Para visualizarmos a evolução das construções da imigração em Timbó utilizaremos a seguinte divisão, baseada no trabalho de Hermann von IHERING citado por WEIMER²: a cabana, a casa primitiva ou rancho, a casa enxaimel e a casa de alvenaria auto-portante.

Importante assinalar que apesar de não representar a última etapa da evolução das construções, as casas de enxaimel, pela sua plasticidade e pela aculturação dos pioneiros que retratam, constituem a maior preocupação dos trabalhos de preservação da arquitetura teuto-brasileira.

1. Op. cit. p. 11.

2. Op. cit., p. 82.

1. A cabana

A marca deste primeiro abrigo dos imigrantes é a grande simplicidade construtiva. Seu papel era prover um local no qual o colono pudesse se proteger do tempo enquanto derrubava a mata e providenciava um abrigo mais apropriado para sua família.

A cabana era construída com os materiais disponíveis no local. Erguida com quatro apoios verticais formados por troncos de árvores grossas, sua estrutura de cobertura compunha-se de troncos roliços que serviam tanto como caibros quanto de vigas para sua sustentação. O telhado era recoberto com folhas de samambaias ou de palmeiras, abundantes na região. É importante ressaltar a quase inexistência de pregos; toda a construção era amarrada com cipós. Conforme nos relata WEIMER ³, cozinhava-se ao ar livre, pois havia sempre o perigo de incêndio. A partir daí começava a derrubada do mato para a construção da casa propriamente dita. A família, nesse período, ficava recolhida no barracão de imigrantes.

³. Op. cit., p. 86.

2. A casa primitiva ou rancho

Nessa fase, a habitação erguida pelos colonos continuou ainda a adaptar-se às possibilidades da região na medida em que o trabalho rural, o desmatamento e o preparo da roça absorviam as forças do imigrante.

Conforme registra um trabalho obtido junto à Fundação Catarinense de Cultura⁴, a origem dos ranchos,

*é de se supor que eles remontem ao povo índio primitivo. Espalhados pela floresta virgem os colonos vivos adotaram, por razões práticas, a construção do tipo rancho em primeira mão. Os assim chamados caboclos viviam da caça e da pesca, sem desenvolver domicílio especial. Suas pretensões quanto a uma moradia eram as menores possíveis. O rancho, numa colônia primitiva, satisfazia suficientemente as suas necessidades de habitação. O material de construção existente em abundância na selva virgem possibilitava, além disso, a construção rápida e sem complicações do simples rancho.*⁵

Os ranchos possuíam, de maneira geral, um único cômodo, havendo alguns que posteriormente subdividiam este espaço em dois. As paredes externas eram construídas com troncos de palmeira cravados lado a lado, ou era feito um "esqueleto" em madeira com um tramado com cipó sobre o qual assentava-se a taipa, para vedar estes panos externos. O piso, inicialmente de chão batido, foi sendo substituído por piso de madeira. Este era feito com tábuas ou troncos de palmitos fendidos ao meio. Havia uma única abertura, que servia como

4. Trata-se de uma pesquisa realizada por um alemão para uma dissertação de mestrado. Encontramos o trecho referente às construções enxaimel traduzido para o português, porém sem a referência bibliográfica capaz de identificar seu autor.

5. Ibidem, p. 4.

porta e era fechada apenas por uma cortina, pela qual era feita a iluminação e a ventilação do ambiente. Em alguns casos, foram colocadas portas feitas com sarrafos de palmito. Janelas eram uma exceção.

Essa casa primitiva media em torno de 40 m². A cozinha, que à semelhança das cabanas, era ao ar livre, passou, com o tempo, a constituir uma construção isolada ou um simples puxado atrás da casa. Como ressalta WEIMER,

O fogão mais simples era o fogo aberto sobre o chão batido e contido por pedras. A panela era suspensa numa corrente presa a um caibro. Com um gancho era possível graduar a altura da panela, aproximando-a ou afastando-a do fogo. Um pouco mais sofisticado era o 'Vierfuss' ⁶ que consistia numa grelha de ferro de aproximadamente 30 por 80 cm, sustentada por 4 pés - daí o seu nome.⁷

O fogão tinha um papel fundamental na casa, dada sua capacidade de aglutinar a família em volta do fogo, principalmente nos dias frios, e a necessidade de preparar os alimentos. Porém, é possível que se tenha cozinhado fora da casa em dias de tempo bom, em razão da fumaça que dele se desprendia e do perigo de incêndio. No desenvolvimento da colônia, uma chaminé de tijolos era construída para o fogão, que levantada pelo lado de fora da construção resolveu esse tipo de problema. O telhado seguia praticamente o esquema da cabana. Feito com paus roliços, normalmente possuía duas águas, era recoberto com folhas de palmeira ou tabuinhas de madeira. Quanto ao mobiliário, segundo relatos, era bastante

⁶. Do alemão *vier* = quatro, *Fuss* ou *Fuß* = pé(N.A.).

⁷. Op. cit., p. 92.

pobre, limitando-se a uma mesa feita de tábuas apoiadas em cavaletes com bancos laterais, prateleiras para a louça e as camas, que na verdade, constituíam-se em catres de tábuas com colchões de palha de milho. Os currais para os porcos e o gado eram feitos com varas de bambu, palmito ou ainda com estacas fincadas no solo.

Importante observar que a maneira como a colonização se deu levava o imigrante a construir uma forma de moradia visivelmente inferior à que possuía em sua terra natal. Sua jornada de trabalho lhe consumia 12 a 14 horas por dia, com toda a família trabalhando no terreno que lhes fora destinado. Assim, essa casa primitiva deveria servir apenas como ponto de parada para a labuta diária característica dos tempos pioneiros. Sua função era abrigar a família contra a chuva ou o sol, guardar os mantimentos e ser local para dormir. Outras causas apontadas para a precariedade dessas casas eram a ausência de mão-de-obra especializada em construção e a insuficiência de recursos financeiros para edificações mais elaboradas nestes primeiros tempos.

Essas choupanas satisfizeram as necessidades primeiras dos imigrantes, dada a abundância de material para sua construção e por serem de simples e rápida execução, permitindo que qualquer um pudesse construí-las. As diferenças da construção puramente cabocla apareceram quando o colono começou a alcançar outra fase do desenvolvimento econômico, que lhe permitiu a utilização de experiências e tradições de sua cultura anterior. Os ranchos começaram a ceder lugar a uma

construção um pouco mais elaborada. As casas passaram a ser construídas com tábuas cortadas em serrarias e apoiadas em quatro pilares. Com o evoluir da colônia, outro tipo de casa passou a ser construído. Porém, os ranchos foram mantidos para abrigar colonos recém-chegados ou mesmo como anexos das novas casas, funcionando como cozinhas, depósitos, galinheiros e outros usos.

3. A Casa Enxaimel

Em uma terceira fase, surgiram as construções enxaimel. Eram construções formadas por painéis estruturais de madeira, que previamente falquejadas, eram montadas segundo sistema próprio de encaixe. Peças inclinadas faziam o contraventamento das paredes, dando estabilidade às construções. As paredes eram vedadas com tijolos assentados com argamassa de barro e areia. Na verdade, formavam modelos de casas "pré-fabricadas", pois podiam ser desmontadas e transportadas para outros lugares, mostrando que apesar da simplicidade construtiva tratava-se de um engenhoso processo técnico, que muito bem se adaptou às condições e às necessidades dos colonos na região.

O trabalho encontrado na Fundação Catarinense de Cultura ao qual nos referimos anteriormente nos diz que:

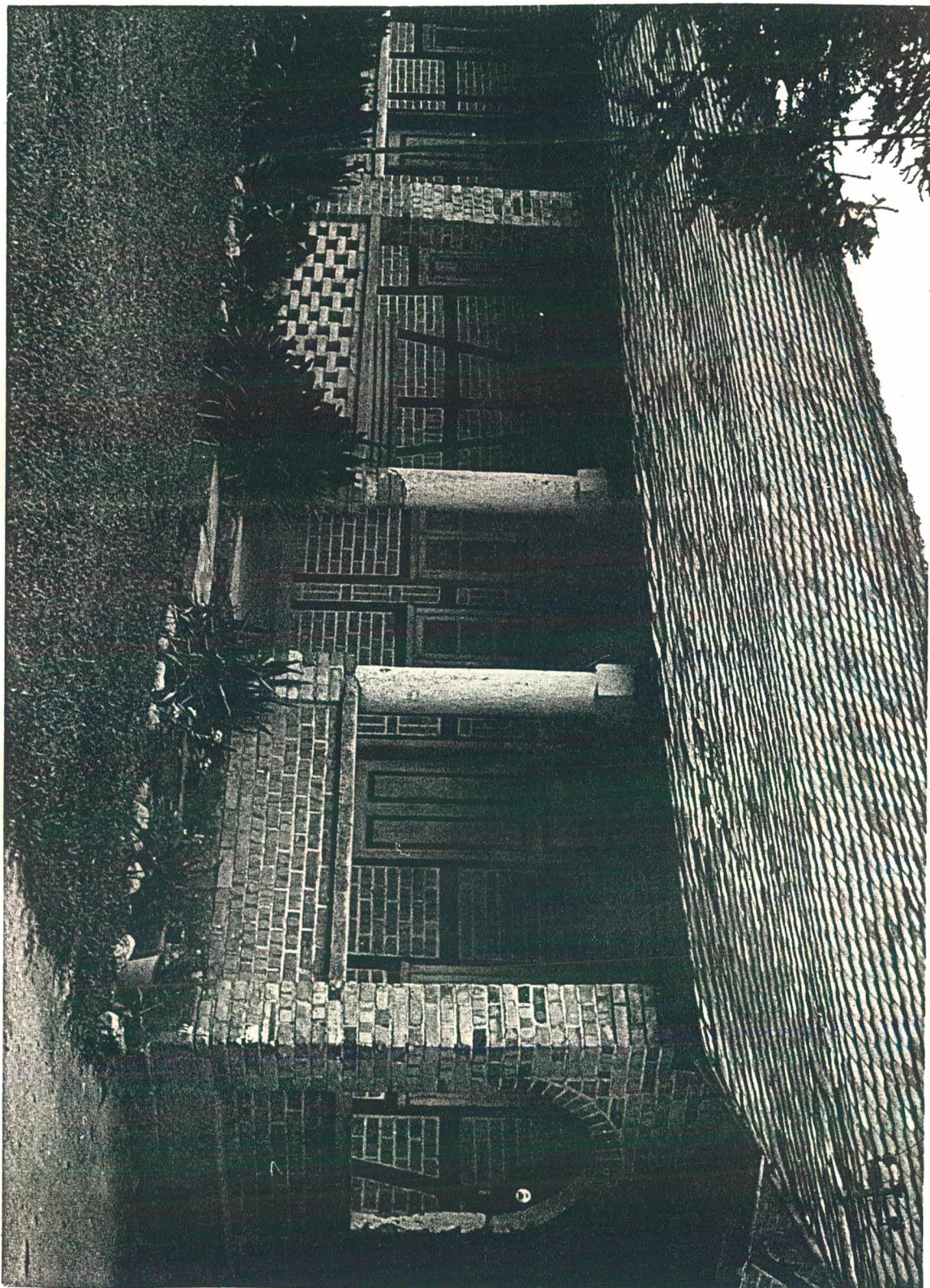
A construção e arquitetura das primeiras casas do tipo enxaimel das colônias alemãs eram de uma tal primitividade, e de um contraste crasso com

relação às construções tipos enxaimel mais desenvolvidas das regiões européias e alemãs, não sendo possível estabelecer uma ligação entre as duas. Já que a construção do tipo enxaimel na Europa estava, em meados do século XIX, muito avançada e, por assim dizer, já no fim de seu desenvolvimento, deve-se então supor a partir dos conhecimentos anteriores, que as primeiras formas arquitetônicas das construções tipo enxaimel das regiões de colonização alemã foram influenciadas por modelos das povoações de colonização brasileira. É de se supor que os emigrantes tivessem conhecimento dos modos de execução e construção do tipo enxaimel alemão. Em vista disso, a utilização inicial de um tipo de construção brasileira bastante primitiva só pode ser considerada como um passo atrás, como um retrocesso no desenvolvimento. Razões para um tal retrocesso poderiam ser as condições locais encontradas e os materiais de construção da floresta virgem. A melhoria das colônias e dos colonizadores levou já após alguns poucos anos à substituição das precárias construções brasileiras, já que experiências negativas com as mesmas eram bastante comuns. No lugar dos métodos até então utilizados, vieram construções do tipo enxaimel bem melhores e já conhecidas desde o país europeu de origem.⁸

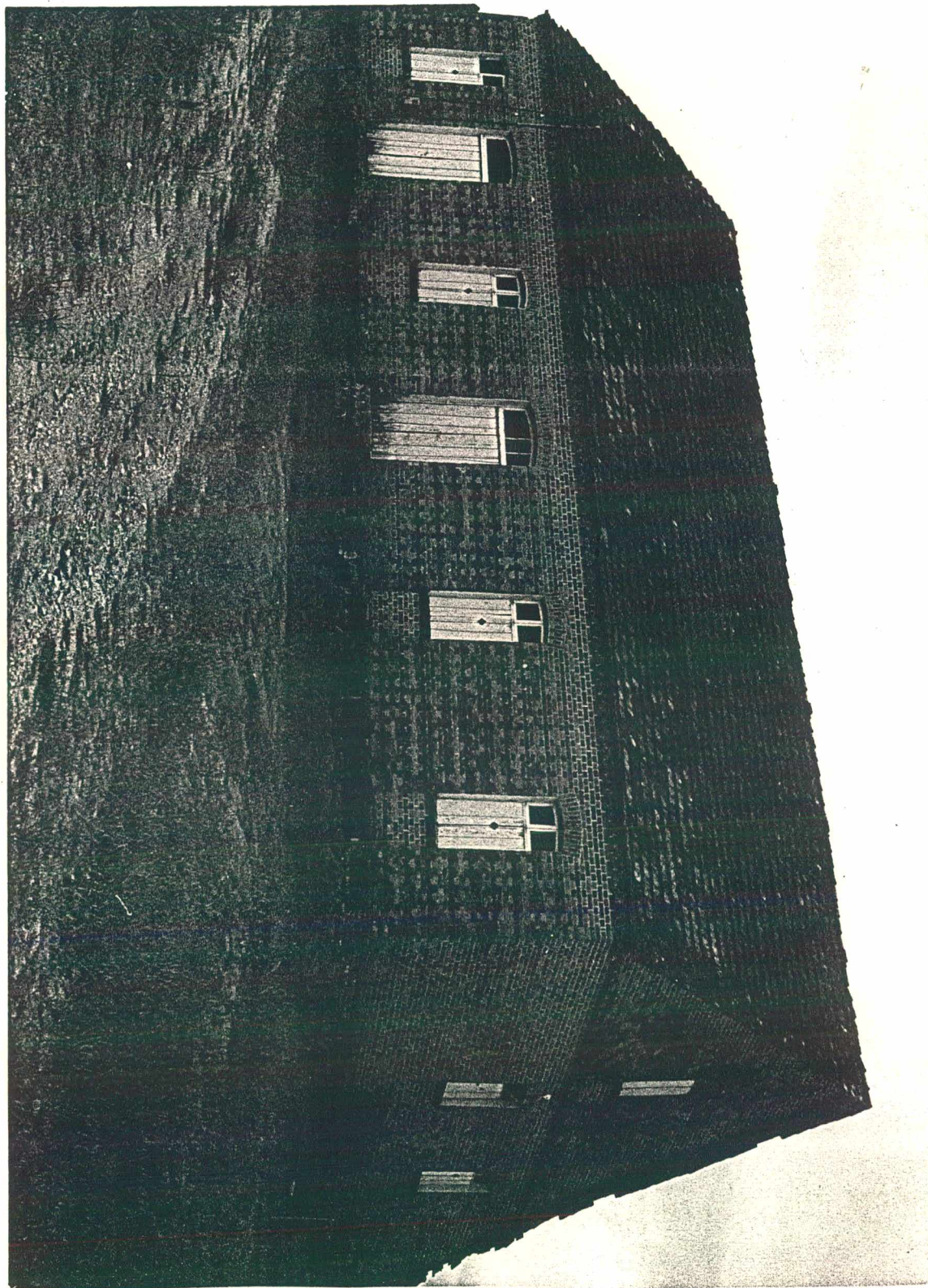
Apesar do conhecimento da técnica pelos imigrantes, podemos afirmar que certamente esta não era dominada por completo. Isso ficou evidenciado pelo superdimensionamento da madeira utilizada nos painéis estruturais e pelo uso da taipa de mão para o fechamento das paredes em algumas casas. Com a evolução das edificações observou-se a gradativa supressão das peças de madeira até sua completa extinção nas casas de alvenaria auto-portante.

8. Op. cit., pp. 5-7.

CASA ENXAIMEL DA ÁREA RURAL DE TIMBÓ



SALÃO HAMMERMEISTER



As casas enxaimel trouxeram consigo muitas melhorias no padrão de moradia do colono. O piso de madeira apoiado em baldrames passou a ser suspenso do chão, fazendo com que a casa fosse ventilada por baixo, garantindo durabilidade para sua estrutura de madeira. As casas passaram também a ser divididas em cômodos, geralmente quatro, cujas paredes não iam até o telhado, ficando um espaço superior livre. Este, na medida em que se começou a utilizar forro de madeira, passou a servir como sótão, depósito ou mesmo como um quarto extra. A sala era a parte principal da casa, constituindo o maior cômodo. Os quartos eram pequenos e inexistia o corredor como elo de ligação. As portas muitas vezes eram ainda simples cortinas, exceção feita à porta principal, que com o tempo ganhou cada vez mais importância. Diz VIEIRA:

*As portas são elementos de destaque no conjunto. Realçadas pela escada de acesso, de belas proporções, estão quase sempre localizadas no centro da composição. Ladeadas pelas janelas e pelos pilares de madeira, são freqüentemente valorizadas por desenhos geométricos executados nas laterais ou formando 'brasão' sobre a bandeira. As folhas usualmente são trabalhadas com motivos geométricos.*⁹

As janelas eram de madeira e em seu desenvolvimento passaram a ter duas folhas com três partes de vidro cada. Eram pintadas invariavelmente de branco ou verde. O telhado de duas águas foi em sua maior parte prolongado para frente, formando uma varanda(o que foi uma assimilação das

9. VIEIRA, Dalmo. Pedido de tombamento da casa do professor-escola rural de Timbó, SC(documento). Florianópolis, SPHAN, 1985, p. s/nº.

construções brasileiras e adaptação às condições climáticas) que posteriormente era parcialmente fechada, originando mais um cômodo. Também muitas vezes foi prolongado para trás, a fim de abrigar a cozinha, que mantinha ligação com o jardim e o quintal. As telhas utilizadas eram a do tipo "rabo de castor", chatas e planas, colocadas como "escamas de peixe", e substituíram as tabuinhas da fase anterior. Esse tipo de telhado exigia uma forte inclinação, o que gerou telhados bastante pontiagudos, de baixos beirais. Por isso, não era incomum que os pisos das cozinhas localizadas na parte posterior da casa fossem rebaixados a fim de permitir a utilização daquele espaço. Externamente, localizavam-se o banheiro e o forno de tijolos. A primeira casa, ou casa primitiva, passou com isso a ser utilizada como despensa ou cozinha. Algumas dessas casas apresentam a cozinha como uma pequena casa enxaimel ao lado da casa principal, sendo interligadas por um corredor. No caso, a família já previa a construção dessa maneira, erguendo primeiro a casa menor e nela habitando até a outra ficar pronta.

É interessante observar que o fechamento com tijolos acabou por tornar-se uma verdadeira obra de arte. Aproveitando a diferença de tonalidade da queima, eram feitos com eles os mais diversos desenhos geométricos, nas paredes frontais e laterais. As paredes, no caso de Timbó, raramente foram rebocadas, e esses desenhos passaram a fazer parte da arquitetura das casas. No dizer de VIEIRA, a

austeridade e aparente homogeneidade desta arquitetura, aliadas ao seu uso generalizado por toda a colônia, não deve ser confundida com repetição seriada e desprovida de valor individual. Pelo contrário, dentro da aplicação disciplinada do partido geral, abre-se um grande espaço para interpretações deste partido quase que [por]cada mestre, de cada pequena localidade, muitas vezes de cada família, elevando algumas destas edificações ao nível de verdadeiras obras de arte popular ¹⁰

As construções enxaimel são consideradas hoje como típicas da colonização germânica no nordeste de Santa Catarina. Se em um primeiro momento eram erguidas tanto na cidade quanto no campo, com o desenvolvimento das relações sócio-econômicas, estas foram-se restringindo à área rural e até hoje são utilizadas. Formam portanto a expressão arquitetônica da imigração nessa região.

4. As casas de alvenaria auto-portante

Nessa quarta fase as casas ganham mais conforto e requinte. O desenvolvimento das cidades, a necessidade de maiores espaços para a instalação de casas comerciais e, conseqüentemente, o aumento de status de alguns habitantes fazem com que novos modelos de construções sejam procurados. Pode-se distinguir três tipos de casas dentro desta fase: casas coloniais das cidades, casas do tipo "senhor feudal" e casas tipo mansarda.¹¹

10. Ibidem.

11. Fundação Catarinense de Cultura, op. cit., p. 17-22.

As casas coloniais das cidades eram pequenas, com uma planta semelhante à das casas enxaimel. As paredes eram rebocadas, e quando necessária a utilização de pilares, eram estes de tijolos e ficavam embutidos na alvenaria. Eram ainda utilizados adornos de estuque nas fachadas, e a pintura de fundo geralmente era de cor forte, contrastando com as cores claras com que eram pintados os frisos e outros elementos decorativos. Seu uso foi estritamente residencial.

As casas do segundo tipo possuíam forma retangular e grandes dimensões. Sua utilização era mista: prédios escolares, hotéis, câmara municipal e até fábricas. Possuíam dois pisos e telhados de duas águas, formando uma construção imponente e isolada.

As casas do tipo mansarda foram as que mais se difundiram em Timbó. Possivelmente trazida pelos alemães emigrados após a 1ª Guerra Mundial, sua especificidade é basicamente dada pela forma do telhado que amplia a utilização ao sótão. São casas de grandes dimensões situadas em meio a jardins. Esse tipo de casa espalhou-se tanto na cidade quanto no campo.

Não entraremos nos pormenores dessa quarta tipologia por não ser este nosso objeto de estudo. Na verdade, queremos apenas dar uma idéia do que foi o desenvolvimento das construções nessa área de colonização alemã.

O enxaimel, sem sombra de dúvida, representou a fase de maior elaboração e criatividade construtiva deste período, se considerarmos a engenhosidade necessária para

fazer tais casas dentro de condições completamente adversas, além de ser um marco no processo de aculturação dos colonos.

Tendo em vista nossa preocupação com o patrimônio histórico, o que nos interessa em seguida é procurar entender melhor as atuais relações da população de descendentes alemães com estas casas e de como este acervo arquitetônico se insere, por um lado, dentro da preservação da cultura da imigração germânica, bastante presente no município de Timbó, e, por outro lado, se adequa(ou se choca) com a modernização do município. Assim iremos rever, no próximo capítulo, como foi a tentativa de implantar um trabalho de preservação de arquitetura em Timbó.

CAPÍTULO V

A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO ARQUITETÔNICA EM TIMBÓ

Na década de 80, foi proposta a inserção do Município de Timbó no Programa dos Roteiros Culturais da Imigração, trabalho desenvolvido pelo Escritório Técnico regional da antiga SPHAN em Santa Catarina, com sede em Florianópolis. O objetivo era a documentação das construções da imigração em toda a região de colonização alemã e italiana e, principalmente, a obstrução do processo de demolições do acervo arquitetônico que se acelerava então.¹

Durante a gestão do Prefeito Ingo Germer (PMDB-1984/1988), o trabalho logrou o resultado pretendido, pelo forte cunho pessoal que lhe foi dado por ele. Medidas foram tomadas, de modo a coibir a demolição das construções enxaimel e todas as obras de edificações precisavam de sua permissão pessoal. Podemos afirmar que o trabalho vingou, neste período, à custa de medidas coercitivas, pois muito pouco foi investido na conscientização da comunidade. É nossa intenção tentar entender os limites da política oficial de preservação, aprofundar a discussão sobre o assunto e ainda refletir sobre os parâmetros que regem tais medidas.

1. Não foi encontrada uma cópia desse Programa, que na verdade era mais um termo de compromisso bastante genérico.

1. O Programa dos Roteiros Culturais

O Programa dos Roteiros Culturais foi idealizado em 1983, pelo arquiteto Dalmo Vieira Filho, responsável, à época, pelo Escritório Técnico da SPHAN no Estado de Santa Catarina, com sede em Florianópolis. Este escritório estava subordinado à Diretoria Regional, com sede em Porto Alegre. O Programa visava a preservação do patrimônio cultural das áreas de imigração em Santa Catarina, que corria sério risco de desaparecimento, dada a rapidez com que o crescimento de vários municípios vinha ocorrendo. A aceleração do processo de industrialização, a urbanização e o aumento do número de indivíduos na situação de colono-operário faziam com que as condições materiais de existência se alterassem profundamente na região, refletindo-se na crescente demolição de construções típicas da imigração.

A idéia da SPHAN era a de procurar estabelecer vínculos entre os proprietários dessas construções e a atividade turística. Isso seria possível através de convênios com as secretarias de educação e cultura de cada município, de forma a proporcionar formas alternativas de rendimentos para os colonos. Para isso, o cadastramento dos imóveis era necessário em uma etapa preliminar do processo de seleção daqueles que seriam passíveis de proteção, de tombamento e de valorização. Esta valorização dar-se-ia na forma de implantação de pousadas rurais em sítios que conservassem as particularidades de sua origem e de postos de revenda de

produtos típicos, possibilitando ao turista um contato com a ambiência não só física mas também lúdica da região. Evidentemente, todo o Programa estava montado com o intuito de garantir um turismo não-predatório a este acervo. A atividade turística deveria constituir-se em uma vivência do dia-a-dia de um colono na região. Foi dentro desse contexto que se iniciou o trabalho de preservação em Timbó.

Conforme nos foi explicitado pelo arquiteto Dalmo Vieira², o acervo dessas áreas oferecia peculiaridades que o distinguiam do que normalmente era enquadrado dentro da cultura nacional: essencialmente rural, não possuía a monumentalidade dos edifícios de pedra e cal, assentava-se em processos produtivos baseados no minifúndio e, acima de tudo, permanecia vivo, não fazendo parte de uma herança da qual se guardavam apenas os registros históricos, podendo-se encontrar, ainda hoje, nos modos de produção e de vivência do cotidiano, testemunhos atuais do passado dos pioneiros.

Através de convênio firmado com a Prefeitura Municipal, ficaria esta com os encargos referentes à contratação de um arquiteto e caberia à SPHAN dar o apoio técnico necessário e o suporte financeiro para a realização dos levantamentos arquitetônicos necessários aos eventuais tombamentos.

². Entrevistado por nós em maio de 1992. Ocupa atualmente a presidência da Fundação Catarinense de Cultura. Agradecemos, aqui, a atenção que nos foi dispensada e o fornecimento de dados importantes para nossa pesquisa.

A partir de 1985, iniciou-se o trabalho em Timbó. O arquiteto foi contratado pela Prefeitura para realizar a pesquisa e o cadastro das construções enxaimel no município.

1.1 O cadastramento

Este cadastro procurou localizar geograficamente as casas de arquitetura teuto-brasileira, aqui incluindo não só as enxaimel mas, também, as mansardas e outras típicas da imigração ainda existentes, procurando classificá-las quanto a seu estado de conservação. As casas que estavam bem conservadas tinham a ficha assinalada com um círculo rosa-em estado muito bom, alaranjado-bom, amarelo-regular, ruim-verde e preto-péssimo(ruínas). As fichas procuravam levantar a idade da construção, o nome do primeiro e do atual proprietário, o uso e a existência ou não de elementos excepcionais na arquitetura da casa, tais como trabalho decorativo com tijolos, sua tipologia. Procurava-se ainda avaliar o estado da estrutura de madeira, as intervenções que foram realizadas nas construções(fechamento de vãos, construção de puxados e outros que de alguma maneira tivesse modificado sua estrutura espacial original), a originalidade da construção e sua especificidade dentro dessa técnica construtiva. Com isso, conseguia-se visualizar que tipo de obra cada residência ou edifício necessitaria e quais seriam passíveis de um eventual

trabalho de restauração e mesmo de tombamento, a nível municipal ou federal.

O modelo de coleta de dados seguia um tipo de ficha utilizado pela SPHAN. As casas excepcionais, mesmo que em mau estado de conservação, eram assinaladas dentro do critério de muito bom, registrando-se a necessidade de obras emergenciais para as quais era esperada algum tipo de ajuda institucional. Da mesma maneira, as casas que tinham sua estrutura enxaimel recoberta por reboco eram consideradas como ruins, na medida em que sua arquitetura estava completamente descaracterizada.

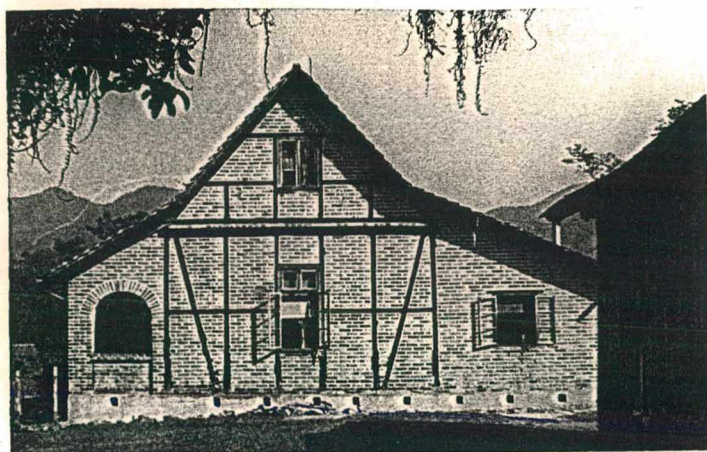
Para ajudar na pesquisa de campo e no desenho das casas dois funcionários da Prefeitura foram treinados, dada a falta de pessoas especializadas nessa área dentro do órgão. No final, foram fichadas 103 casas, das quais 81 possuíam estrutura enxaimel. Destas, 16 receberam legenda de muito bom, 18 de bom, 33 de regular, 12 de ruim e 2 péssimo.

Graças a esse levantamento, muitos aspectos históricos da cidade ficaram sendo conhecidos. Por exemplo, descobriu-se que uma casa que se achava em ruínas havia sido a primeira cervejaria do município, tendo sido construída pelo sr. Hack, mestre cervejeiro, ainda no século passado; a atual loja de materiais de construção da família Gessner, centro da cidade, havia sido, há muitos anos, uma ferraria; a casa da

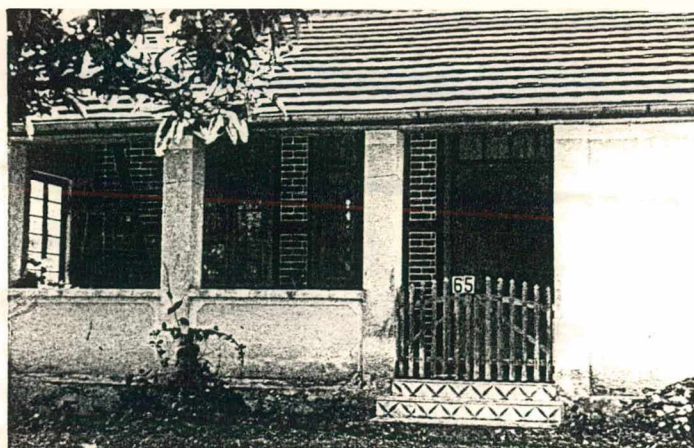
FOTOS DAS CASAS SEGUNDO
O CRITÉRIO DE CADASTRAMENTO



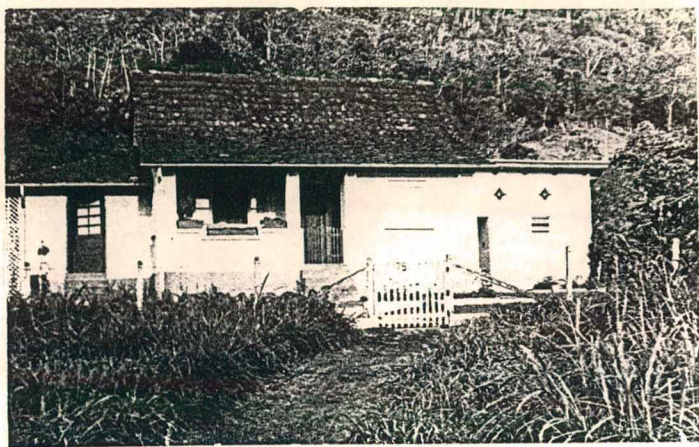
MUITO BOM



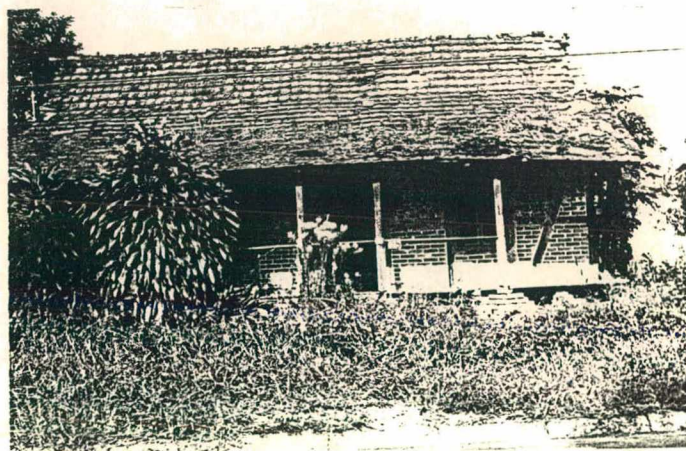
BOM



REGULAR



RUIM

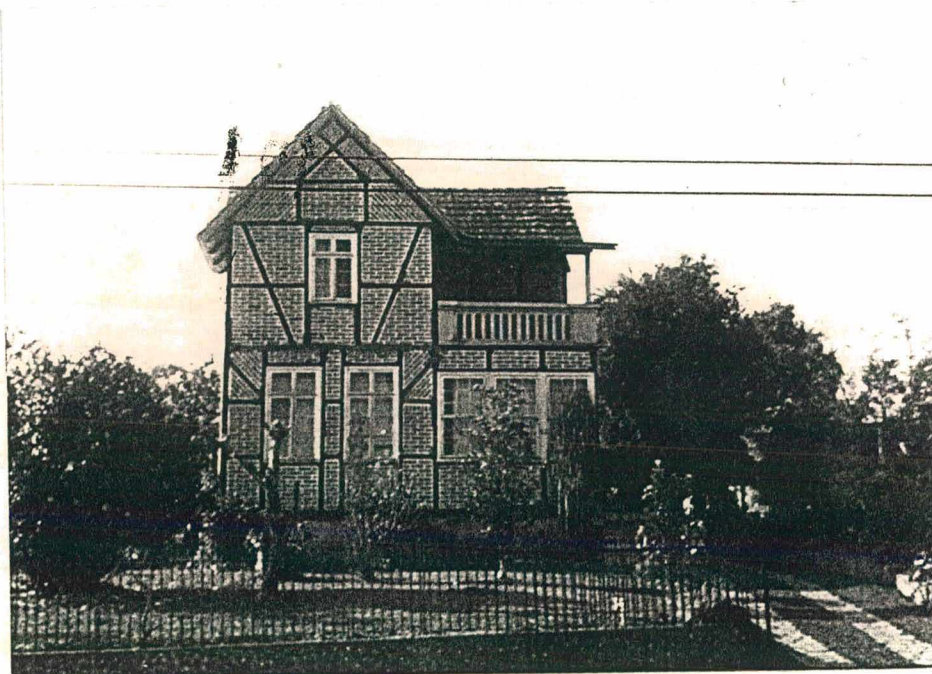


PÉSSIMO

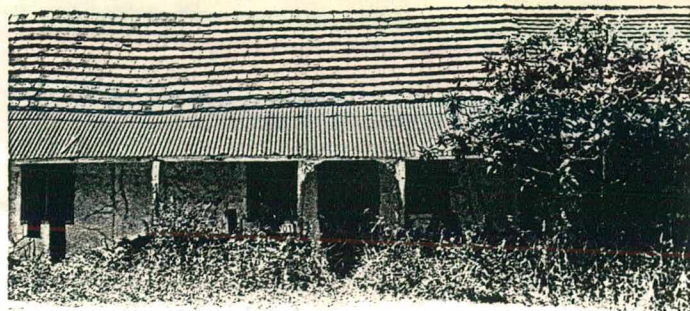
EXEMPLARES DA ARQUITETURA ENXAIMEL
EM TIMBÓ



1ª ESCOLA URBANA



CASA DO PROFESSOR



1ª CERVEJARIA



ANTIGA FERRARIA

família N., um excepcional exemplar de dois pavimentos, havia sido a casa do primeiro professor da escola urbana, Fritz Neuehaus, cujo local de trabalho, a mencionada escola, abrigava agora a fábrica de sapatos THEILACKER, entre outros exemplos.

1.2 Propostas de intervenção e pressões locais

A partir daí, começou-se a definir quais as construções que seriam passíveis de tombamento e que poderiam receber ajuda para reparos e manutenção. Os critérios adotados foram: a especificidade da construção, ou seja, o que ela teria de especial em relação às outras enxaimel, ou mesmo seu uso histórico pela comunidade; a disposição dos proprietários em manter as casas, e a utilização, por parte da comunidade, da construção. As construções consideradas de relevância local seriam tombadas pela Prefeitura, devendo esta arcar com o ônus decorrente de tal medida.

No entanto, problemas de ordem político-administrativa ligados ao funcionamento interno da própria Prefeitura contribuíram para comprometer o andamento do Programa. O arquiteto encarregado da pesquisa passou não só a cuidar do patrimônio histórico da cidade como, também, de outros serviços ligados ao planejamento e às obras do

município, uma vez que havia necessidade, na Prefeitura, de um profissional que se responsabilizasse, por exemplo, pelas suas construções junto ao CREA. Era muito difícil para o prefeito justificar politicamente a presença de um profissional qualificado para tal que não prestasse este tipo de serviço para a Prefeitura, já que a questão do acervo histórico não era considerada assunto de relevância naquele momento, e por si só não justificaria a contratação de um profissional de nível superior em dedicação exclusiva.

As pressões, assim, não tardaram a surgir. Em primeiro lugar, discutiu-se muito a contratação de um técnico estranho à cidade para realizar trabalhos na Prefeitura; questionava-se a utilidade de suas atribuições.

Com a ampliação das funções do arquiteto, os projetos residenciais e comerciais passaram a ser examinados quando entravam na Prefeitura para aprovação. Com o desenvolvimento da cidade e o contato com novas técnicas e materiais de construção, estava ocorrendo a disseminação de edificações residenciais e instalações comerciais com coberturas de fibrocimento, material barato e de fácil manuseio, que comprometia, porém, em muito, a manutenção da paisagem local, tradicionalmente caracterizada por seus telhados inclinados com telhas de barro. No sentido de preservar a ambiência da região, chegou-se à conclusão de que seria necessário não mais permitir a construção com esses telhados de fibrocimento (especialmente o Kalhetão). Caso isso não fosse possível, estes deveriam estar protegidos por

empenas, de modo que não fossem visualizados da rua. Tentou-se conscientizar a população da importância de tal medida, lembrando que os telhados de barro, além de melhor comporem o cenário da cidade, garantiam o isolamento térmico necessário às construções. Como não havia nenhuma lei nesse sentido, coube ao prefeito autorizar ou não as construções segundo este critério. Passou-se também a exigir padrões elementares de higiene sanitária nas construções (instalações hidro-sanitárias dentro dos critérios da ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas), o que até então não era respeitado, bem como afastamentos mínimos das construções em relação às divisas dos terrenos.

As intervenções junto às casas enxaimel, porém, produziam problemas mais complexos. Seus moradores, quase todos descendentes dos primeiros colonos que ali chegaram, apesar de possuírem a mesma raiz cultural, diferenciavam-se pelo cuidado com elas, e por seu poder aquisitivo. Muitos, já envolvidos completamente com o trabalho nas fábricas, procuravam a alternativa de erguer uma nova moradia cujo padrão estético diferia das construções de seus antepassados, por motivos vários.

O primeiro e o mais imediato problema era a conservação das peças estruturais de madeira, especialmente as mais próximas ao solo. A maior parte dessas construções tinha sua estrutura de madeira seriamente atacada por cupins ou pela umidade, apesar de estarem sempre elevadas do chão. Esses barrotes de secção bastante robusta demandavam grande

dificuldade para serem trocados. Implicava quase em desmontar a casa, ou ainda criar um sistema capaz de manter a casa erguida para que a troca fosse feita. Havia ainda o problema de achar madeira, geralmente a canela, de dimensões equivalentes, para que a substituição fosse efetuada.

Para solucionar este problema, a Diretoria Regional da SPHAN, sediada em Porto Alegre e à qual o Escritório Técnico de Florianópolis estava subordinado, enviou um técnico em conservação de madeira, que ensinou a um carpinteiro da Prefeitura como restaurar tais peças. Era retirada toda a parte atacada e em seguida aplicado um remédio anti-cupim. Feito isso, o interior da peça era preenchido com uma mistura de serragem e cola. O resultado era bastante satisfatório, de confecção rápida e relativamente barata.

Tal prática, porém, não se disseminou, uma vez que o carpinteiro não dispunha de todo o tempo para cuidar das construções enxaimel e os moradores, principais interessados, não manifestaram o desejo de eles próprios realizarem este tipo de conserto, sempre apelando para o poder público, uma vez que o interesse na manutenção das casas era da Prefeitura. A falta de instalações hidro-sanitárias adequadas constituía-se em outro problema grave. A maior parte desse tipo de casa tinha os sanitários localizados do lado de fora, além de serem extremamente precários. Isso deixava de atender aos novos padrões de exigência em relação ao conforto que os colonos almejavam.

A capacidade de dispor de recursos e, em alguns casos, de vontade para remodelar as residências diferia bastante, em função da relação que cada um mantinha com sua casa e com a idéia de preservação daquela arquitetura. Não era incomum encontrarmos pessoas que se abstinham de tomar qualquer atitude no sentido de prover melhorias em sua casa por achar que não valia a pena gastar dinheiro em "casa velha". Achavam que, se o Governo Federal, ou a Prefeitura, tinham interesse em preservar essas construções, era obrigação destes arcar com o custeio de tais obras. O interesse pela preservação só surgia quando se especulava em torno de algum tipo de respaldo financeiro, de forma que nenhum ônus ao proprietário fosse imputado na melhoria de sua propriedade.

No decorrer do trabalho ficou evidenciada ainda a urgência da revisão do plano diretor da cidade, a fim de normatizar seu crescimento, pois o plano então existente era um tipo padrão para vários municípios do estado. Este muito pouco ou nada atendia às especificidades do município. A cidade começava a se verticalizar e se adensar e não havia nenhuma lei que dispusesse sobre os limites mínimos dos gabaritos para os novos prédios, ou sobre o zoneamento urbano. Isso comprometia a ambiência na qual a cidade estava inserida, além de gerar um crescimento desordenado. Também o tráfego pesado de caminhões pelo centro urbano necessitava ser desviado, pois este já se encontrava congestionado, causando não só acidentes como problemas de calçamento, poluição e

sobrecarga das duas pontes construídas no local para um tráfego previsto essencialmente para bicicletas e charretes.

Dessa maneira, a partir da tentativa de preservação das construções enxaimel passou-se a mexer com toda a estrutura da cidade, questionando seu funcionamento de forma global. Tentou-se elaborar o trabalho de revisão do plano diretor em conjunto com a Associação dos Engenheiros da cidade, com a Fundação Universidade de Blumenau e com a Prefeitura Municipal, mas nada de conclusivo foi realizado. É importante ressaltar que a relação do Executivo com os vereadores era muito difícil. Estes opunham-se frontalmente ao trabalho que estava sendo desenvolvido, sobretudo pelas mudanças que este poderia provocar no jogo de interesses políticos locais. Esta questão agravou-se mais ainda quando apareceram boatos de tombamento de determinadas construções no centro da cidade, algumas de propriedade de adversários políticos do prefeito.

Assim caminhou o trabalho: sem apoio que lhe garantisse legitimidade junto à população, contando com a iniciativa e muitas vezes recursos pessoais dos poucos interessados no problema.

1.3 Alguns Êxitos

Apesar de todos os problemas houve alguns êxitos concretos a serem registrados. O principal foi a revitalização

de uma antiga feclularia pertencente à firma Lorenz, com verbas enviadas pela SPHAN. Este conjunto, composto por quatro edificações, foi construído no início deste século. Situado às margens da represa, no centro da cidade, foi tombado pelo município em 1986. O projeto o transformaria em centro cultural e escola profissionalizante, uma vez que a Prefeitura costumava organizar vários cursos neste sentido. Também seria organizado no casarão maior um museu do imigrante para abrigar peças de um acervo de objetos do cotidiano (que rapidamente estavam sendo vendidos para colecionadores e antiquários), a fim de guardar esse testemunho para as gerações vindouras. Esse projeto, no entanto, não foi plenamente concretizado, mas de qualquer modo o conjunto antes abandonado tornou-se útil a uma coletividade carente de opções de lazer e informação.

Conseguiu-se, ainda, restaurar a contento o conjunto da primeira escola-casa do professor na localidade de Cedrinho, hoje pertencente ao Município de Rio dos Cedros. Este conjunto foi tombado a nível federal pela SPHAN em 1985, com a intenção de transformá-lo em um museu rural. No entanto, devido à falta de infra-estrutura turística disponível naquele momento para um empreendimento desses, o projeto não se viabilizou. A escola e a casa do professor contaram com os cuidados de um caseiro, que ali passou a residir, e pensou-se em deixar este conjunto à disposição do grupo escolar localizado a seu lado.

Um aspecto positivo do Programa a ser ainda registrado foi a mudança significativa do padrão estético das construções novas, na medida em que, praticamente, os telhados

de fibrocimento não foram mais utilizados. Um outro avanço que não pode ser esquecido foi o de que, durante o período, as demolições das casas enxaimel foram suspensas.

Em 1987, o arquiteto da Prefeitura responsável pelo Programa no município, por motivos vários, afastou-se e apesar dos intensos esforços de se continuar com o trabalho por parte do Escritório Técnico regional da SPHAN, este praticamente entrou em decadência, principalmente após a saída do Prefeito Ingo Germer.

A gestão seguinte(PDS) nada fez para impedir que casas enxaimel continuassem a ser demolidas.

2. Os limites da intervenção

Apesar dos esforços realizados em Timbó para implantar uma política de preservação arquitetônica do legado colonial, a iniciativa não obteve os resultados esperados. Analisando as causas que levaram à não aceitação, por parte da comunidade, dessa política, acreditamos que as limitações decorreram de três aspectos que orientaram todo o trabalho no município.

2.1 O aspecto estético-legal

A primeira limitação foi a grande ênfase dada à questão da preservação das edificações quanto a sua singularidade construtiva e formal. A fase do cadastramento foi mais bem sucedida, na medida em que tinha apenas por objetivo quantificar o número de construções remanescentes da imigração germânica e, a partir daí, elaborar as prioridades de tombamentos e intervenções no sentido de sua manutenção através de apoio financeiro por parte da Prefeitura ou da Secretaria.

A questão começou a complicar-se quando foi necessário elaborar planos de intervenção nas construções. A prática mais corrente neste tipo de trabalho é a de restauro, serviço oneroso, que em Timbó só em raros casos era imprescindível. A maior necessidade assinalada era a da construção de sanitários dentro da casa e outras pequenas adaptações para a vida moderna, que eram incompatíveis com o tipo de intervenção recomendado pela SPHAN, já que esta priorizava a manutenção do padrão estético-formal da construção.³ Isso significava condenar a família moradora a ter sanitários externos para sempre naquela casa, principalmente se ela fosse tombada.

3. Na verdade, as restrições tinham apenas o caráter de recomendações. Na medida em que os tombamentos não haviam sido efetivados, a legislação referente não se aplicava.

Este ponto suscita algumas reflexões. Quase sempre o trabalho de restauração, dentro do que determina a legislação e de acordo com uma política dominada pela presença de arquitetos, é feito para efeitos de musealização de uma edificação. Não se valoriza um uso que evidencie uma vivência diária das pessoas em relação a um determinado espaço. A musealização das edificações, e muitas vezes sua sacralização, como é vista no Brasil, envolve uma postura pouco participativa do espectador em relação ao objeto, como uma atitude contemplativa.

Um exemplo disso foi o próprio critério de avaliação usado para o cadastramento. As construções, cuja estrutura enxaimel encontrava-se encoberta por reboco, eram consideradas "ruins" (em mau estado de conservação), uma vez que arquitetonicamente estavam desfiguradas. Na época, não se pensou que essa tenha sido uma maneira de conservar a edificação, adaptando-a a uma nova representação de moradia (trataremos deste assunto posteriormente). Essa forma de intervenção mostrou-se certamente inapropriada para a tentativa de revitalização das construções teuto-brasileiras em Timbó.

No tocante ao processo de tombamento, há que se observar ainda que o próprio órgão federal possui um mecanismo tão lento de avaliação e efetivação das medidas de proteção que se volta contra o que se pretende. O proprietário acaba tendo tempo para demolir a construção, sem que nenhuma providência possa ser tomada para impedir este tipo de ação.

2.2 O desenvolvimento sócio-econômico

O desenvolvimento sócio-econômico inerente ao crescimento dos municípios e cidades devido à industrialização, ao avanço de novas técnicas, marketing, etc., não pode ser ignorado. Os arquitetos, por formação, não têm condições de avaliar esse processo em sua totalidade e sucumbem a alternativas tradicionais de atuação nos trabalhos de preservação. No caso de Timbó, como foi dito anteriormente, o trabalho de preservação acabou por se chocar com o crescimento do município e suas alternativas de expansão urbana. A revisão do plano diretor passou a ser de suma importância para que o trabalho tivesse efeito; na medida em que não se conseguiu realizar tal intento o trabalho ficou seriamente debilitado.

Um outro ponto a ser considerado é a forma de inserção dessas construções dentro da vida moderna. Sem dúvida, houve evolução no sentido de habitar uma casa. Muitas das construções antigas conservam-se organizadas espacialmente como foram erguidas no século passado. O problema dos sanitários externos às casas era, por exemplo, um elemento que se contrapunha a esta nova realidade. Os colonos, em sua maioria, vivem hoje uma situação de contato com o desenvolvimento tecnológico, seja através de sua dupla condição de ser em sua maioria também operário de fábrica, seja através dos meios de comunicação de massa, cada vez com maior poder de penetrar e exercer influência sobre um enorme

contingente de pessoas, mesmo nos locais mais distantes do País. Existe a necessidade de um entendimento maior das relações sócio-econômicas que envolvem a comunidade em vias de sofrer um trabalho desse tipo, principalmente de suas carências em infra-estrutura urbana, sanitária, educacional e de suas aspirações quanto ao futuro. A preservação não deve constituir um entrave para uma mudança qualitativa do padrão de vida. Como ressalta FIGUEIREDO,

São as relações sociais que definem os parâmetros para o estabelecimento de necessidades que conduzirão ao desenvolvimento e uso de determinadas tecnologias. ⁴

A apreensão dessa dinâmica das relações entre a modernidade e a preservação torna-se vital para o sucesso das iniciativas tomadas nesse âmbito.

2.3 A questão política

Talvez o maior obstáculo a projetos de preservação arquitetônica seja o de ordem política. São correntes os problemas entre técnicos em geral e o poder público quando o assunto em pauta é a preservação de algo que faça parte de um patrimônio considerado nacional. Muitos enfrentam a fúria de prefeitos e/ou líderes da comunidade contra o empenho de

4. FIGUEIREDO, Vilma. *Produção social da tecnologia*. São Paulo, ed. Perspectiva Universitária, 1989, p. 6.

alguns profissionais e órgãos encarregados de preservar acervos dentro de determinados padrões.

O caso de Timbó é certamente interessante. O prefeito municipal na época do Programa era uma pessoa extremamente interessada em que se preservasse as construções enxaimel. No entanto, tinha relações complicadas com a Câmara dos Vereadores e, ao mesmo tempo, não gozava de um apoio amplo junto à população. Isso gerou uma situação bastante curiosa: o Executivo tinha interesse em preservar o patrimônio arquitetônico, invocando a preservação da cultura alemã, e a população, por motivos externos aos objetivos do Programa opunha-se a ele como forma de fazer oposição ao prefeito. A SPHAN se esforçou para respaldar a posição do prefeito, já que ele oferecia as condições propícias para o desenvolvimento do Programa, mas o trabalho e as pessoas envolvidas ficaram irremediavelmente associados a uma conjuntura política altamente desfavorável à efetivação de qualquer iniciativa junto à população. Tanto assim, que após o final do mandato, houve um o compromisso velado do prefeito que o sucedeu de que os tombamentos não seriam levados a termo e o trabalho entrou em franca decadência.

Devido a este contexto de fragilidade política, a Prefeitura não teve condições de oferecer nenhum tipo de incentivo fiscal a quem mantivesse as construções enxaimel. Isso, aliado à intenção de realizar tombamentos e desapropriações, cujo ressarcimento aos donos dar-se-ia em um prazo distante, aprofundou a predisposição contrária às ações

do Executivo. Muitas pessoas chegaram a alegar que os critérios para tais medidas eram de vingança política ou pessoal do prefeito. Da mesma maneira, a revisão do plano diretor do município ficou prejudicada, pois afetaria interesses dos proprietários de lotes urbanos, principalmente os que possuíam antigas casas enxaimel edificadas em áreas muito valorizadas atualmente.

Por outro lado, não ficou claro para a comunidade que o trabalho não estava a serviço de atitudes pessoais do prefeito, da mesma forma em que não foram avaliadas com a amplitude necessária o efeito de algumas medidas. Um exemplo disso foi o tombamento da Casa do Professor e Escola Rural em Cedrinho. Originalmente situada em Timbó, com o desdobramento territorial posterior passou a localizar-se no Município de Rio dos Cedros. Tombada a nível nacional como uma tentativa de incentivar a preservação da cultura da região, o monumento foi colocado sob a custódia da Prefeitura de Timbó, não só porque pertencera a este, mas, também, porque a Prefeitura de Rio dos Cedros não se interessou pela proposta da SPHAN, já que sua colonização é origem italiana. Criou-se assim uma situação de difícil justificativa para os contribuintes de Timbó: como poderia um município investir em obras fora de seus limites administrativos? Como justificar legalmente tal situação perante a comunidade, muitas vezes carente de recursos dentro do seu próprio município? É fato que, caso isso não tivesse ocorrido, talvez a construção não existisse mais, porém decisões de tal ordem são de difícil manuseio e suas

conseqüências, de difícil previsão. Por isso tal monumento foi novamente abandonado após a saída do sr. Germer da Prefeitura.

Um outro dado importante é que, apesar de toda a luta por parte dos técnicos responsáveis pelo trabalho desenvolvido em Timbó, os recursos recebidos pela SPHAN eram escassos, ficando a Prefeitura praticamente com todo o ônus de prover os fundos necessários à efetuação das obras e serviços em andamento, dificultando ainda mais a aceitação local em relação ao Programa.

É fundamental que seja apreendido esse jogo de forças que existe dentro de cada comunidade para que iniciativas dessa ordem logrem obter resultados mais satisfatórios e de caráter mais duradouro.

2.4 Saber técnico X senso comum

O próprio fato de os profissionais envolvidos neste processo serem denominados **técnicos** nos leva a considerar uma outra questão, à primeira vista puramente semântica. Acreditamos que este termo impõe um distanciamento considerável entre o profissional(aquele que possui um "notável saber") e a população (que não possui saber algum sobre o assunto). Na verdade essa questão, apesar de não ser nova, somente agora começa a ser considerada no campo do patrimônio histórico. Uma análise muito interessante, neste sentido, foi feita por LEWGOY, que ao examinar a prática

profissional dos envolvidos no trabalho de preservação de Antonio Prado, RS, nos diz:

Essas nuances que especificam o *habitus* profissional dos especialistas do campo do patrimônio, face ao universo mais amplo do campo da arquitetura, onde esses especialistas se formam e são recrutados, sugerem que a opção por esse tipo de atividade supõe que a pessoa(o arquiteto) seja portadora de um **habitus letrado e cultivado**, que é requerido como uma espécie de quesito informal para a iniciação no campo do patrimônio. Assim é freqüente que a pessoa que se interessa ativamente pelo trabalho de preservação advenha de uma socialização em famílias pertencentes aos segmentos médios e superiores dos grandes centros urbanos, que valorizam o cultivo intelectual e a distinção através de títulos universitários, com um acentuado peso específico no valor atribuído ao capital cultural em estado incorporado (no sentido de Bourdieu, 1980).⁵

DURHAM analisa com bastante acuidade os reflexos que este tipo de prática profissional pode acarretar:

Ter cultura portanto, no senso comum, significa possuir um certo conjunto de conhecimentos ou informações que não são utilizados no dia-a-dia das pessoas comuns e, ao mesmo tempo, ser dotado de uma capacidade especial para apreciar e usar esse patrimônio(...). O povo em geral demonstra um certo respeito e admiração pelas pessoas consideradas cultas, embora essa atitude seja um tanto carregada de ambigüidade. Os pesquisadores que trabalham com as classes populares têm uma experiência muito direta dessa realidade. A atitude em relação ao próprio pesquisador, normalmente reconhecido como uma pessoa culta e instruída, costuma ser marcada, de um lado, por um certo respeito e admiração pelo conhecimento de que ele é, supostamente, portador; mas, de outro, há uma certa desconfiança ou mesmo hostilidade, como se a posse desse saber tornasse a pessoa incapaz de entender os problemas comuns e

5. LEWGOY, Bernardo. *A invenção de um patrimônio: um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado/RS*. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Porto Alegre, UFRGS, 1992, p. 118.

importantes da vida cotidiana. Permanece, entretanto, uma idéia básica, a de que as pessoas se dividem entre as que sabem e as que não sabem, as que tem cultura e as que não possuem.⁶

Concordamos ainda com esta autora quando diz que

o conhecimento do senso comum constitui elemento importante para uma atuação que se proponha a atingir um público o mais amplo possível, pois é reconhecendo o senso comum que podemos estabelecer uma comunicação com a população.⁷

O fato de o profissional encarregado ser o detentor do conhecimento **especializado**, capaz de avaliar o objeto de estudo de modo diverso da população, fez com que não houvesse em Timbó uma **humanização** do próprio objeto, ou seja: a valorização das casas enxaimel não foi dada a partir do valor sentimental que pudesse existir em seus proprietários nem do esforço que muitos fizeram em mantê-las, mesmo que de forma considerada equivocada por parte dos pesquisadores.

Se todos os limites aqui apontados contribuíram para inviabilizar a implantação de uma política eficaz e sustentada de preservação de patrimônio em Timbó, um outro elemento também de caráter decisivo para esse insucesso foi referente às representações que a população tinha em relação às construções enxaimel. É sobre isso que trataremos no capítulo seguinte.

⁶ Apud ARANTES, Antônio Augusto(org.), *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1984, pp. 24-25.

⁷ Ibidem, p. 24.

CAPÍTULO VI

COSTUMES E REPRESENTAÇÕES

CULTURAIS LOCAIS

Para que pudéssemos atingir os objetivos traçados, realizamos também uma pesquisa empírico-teórica, na qual buscamos o entendimento das questões sobre a preservação do legado arquitetônico da imigração germânica no município de Timbó.

Nossa pesquisa de campo foi realizada em julho de 1992, logo após o período das cheias que ocorreram no Vale do Itajaí. Durante este mês, fizemos três incursões de oito dias ao Município de Timbó, que se encontrava ainda muito abalado com as conseqüências das enchentes ocorridas no mês de maio. Havia sido a pior enchente desde 1930 e muitos moradores e comerciantes haviam perdido tudo. Lembramos isso como um fato importante, pois muitas casas foram inundadas e tornou-se necessário o cuidado de separar o que era sentimento negativo ou positivo em relação às construções segundo o critério de terem sido inundadas ou não.

O fato de já termos sido moradores do município pelo período de seis anos é outro ponto importante a considerar. Por um lado, tínhamos o completo domínio da localidade, geograficamente falando, conhecíamos pessoas que

poderiam auxiliar e dar depoimentos interessantes. Por outro, havia uma vinculação de nossa pessoa ao trabalho realizado anteriormente junto com o pessoal da antiga SPHAN, o que poderia gerar desconfianças quanto ao uso das informações que pretendíamos obter. Cabe ainda acrescentar que já se estava em pleno período de campanha eleitoral para eleição de prefeito. Dessa forma, procuramos deixar claro que não morávamos mais em Timbó e que, naquele momento, não tínhamos mais ligação alguma com a Prefeitura Municipal, nem com o antigo prefeito ou com o atual IBPC. O trabalho estava sendo realizado em vinculação ao Mestrado de Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Portanto, as informações colhidas não poderiam ser utilizadas como argumentos de campanha eleitoral por nenhum dos candidatos e não serviriam de base para qualquer ação de tombamento.

Com a intenção de trazer à tona as representações dos habitantes locais sobre essa questão, fizemos uso de entrevistas abertas, a fim de deixar o informante mais à vontade e conseguir maior aproveitamento das respostas dadas. Tentamos captar a idéia corrente sobre as construções enxaimel e como se sentiam os atuais e os antigos moradores. Também foi de nosso interesse pesquisar o que pensam os mais jovens e os empresários sobre o assunto, a fim de tentarmos delimitar as perspectivas de conservação desse acervo arquitetônico.

1. A manutenção dos costumes

Quando verificamos a permanência de hábitos tradicionalmente germânicos, almejamos avaliar até que ponto a cultura remanescente da imigração alemã está presente no dia-a-dia da comunidade timboense. Achamos ser isso necessário dado o caráter dual que permeia as representações de uma população como a de Timbó.

Esse caráter dual, ambíguo, das representações de imigrantes, foi estudado com probidade por WILLEMS. Diz ele que existe uma simultânea atração e repulsão por parte dos imigrantes frente às novas culturas e que é dentro dessa ambivalência que se dá o processo de aculturação.¹

Também SEYFERTH definiu a construção da identidade teuto-brasileira a partir de dois elementos: a origem alemã(direito de sangue) e a cidadania brasileira(pela naturalização ou pelo direito de solo). Dessa forma, duas esferas de ação se delimitam: a mais importante é a comunidade étnica, onde devem comportar-se como alemães, e a outra, mais ampla, onde devem agir como cidadãos brasileiros.²

Retomamos aqui essas referências teóricas a fim de ter um entendimento maior sobre o sentido de preservação cultural em um município como Timbó, já que por um lado há uma

1. WILLEMS, Emílio. *Assimilação e populações marginais no Brasil: estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes*. São Paulo, ed. Nacional, 1940, p. 128.

2. SEYFERTH, Giralda. "A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira." Trabalho apresentado no I Seminário de Estudos Teuto-Brasileiros. Florianópolis, CCH/PPGSP, UFSC, 1989.

rejeição forte ao marco visual de sua cultura, que é a casa enxaimel, e por outro, a manutenção de hábitos tradicionalmente germânicos, os quais são relatados a seguir.

1.1 As sociedades de atiradores

As sociedades de atiradores fazem parte da vida social da cidade, principalmente das pessoas mais velhas e moradoras da área rural.

As *Schützenvereine*, como são chamadas em alemão, constituem uma das mais antigas tradições e remontam à Idade Média. As corporações de atiradores tinham originalmente a finalidade de defesa. Realizavam em tempos de paz competições de tiro, quando grandes festejos eram organizados e dos quais toda a população podia participar. Sua importância, no entanto, foi decaindo na medida em que as tarefas de defesa passaram a ser organizadas pela burguesia e já no século XIX apenas as festividades das *Schützenfeste* remanesceram. A tradição da *Schützenfest* acompanhou os imigrantes que vieram para o Vale do Itajaí por ser a festa mais popular da Alemanha. A proximidade da mata, os constantes ataques dos índios e de animais selvagens, assim como a facilidade da caça, faziam com que os imigrantes mantivessem o costume da prática do tiro.¹

1. PETRY, Sueli Maria V. *Os clubes de caça e tiro em Blumenau*. Dissertação (mestrado em História), Florianópolis, CCH, UFSC, 1979.

A primeira sociedade de atiradores de Timbó foi fundada em 1916, com as atividades sendo realizadas na casa de um de seus membros. Com o advento da 1ª Guerra Mundial houve uma retração das relações sociais com base nas atividades de lazer tradicionais, que só a partir de 1918 voltaram a tomar impulso, com a fundação da sociedade de tiro ao alvo denominada Sociedade Frohsin. Esta posteriormente passou a denominar-se Sociedade Dançante Alegria, mais conhecida por todos como Salão Alegria. Em 1927, foi fundada mais uma sociedade de tiro, a Sociedade da Einigkeit Mulda, que em 1939, durante o Estado Novo, foi obrigada a trocar seu nome, passando a chamar-se Sociedade Concórdia Mulde, e em 1948 passou a denominar-se Esporte Clube Concórdia.

Existem atualmente quatro clubes de caça e tiro semelhantes a estes na cidade: a Sociedade Recreativa e Desportiva Alegria, que conta hoje com 250 associados; o Clube Desportivo e Recreativo Fritz Lorenz, fundado em 1958, atualmente com 82 associados; a Sociedade Recreativa e Desportiva Cedro, fundada em 1935, atualmente com 95 associados, e a Sociedade Recreativa Desportiva Frederico Donner, fundada em 1963; atualmente com 105 associados.² Sua fundação sempre foi uma iniciativa de pessoas da comunidade que se reuniam e procuravam passar a tradição do tiro ao alvo e da caça a seus descendentes. Esses clubes realizam as festas anuais *Schützenfeste* nas quais ocorre a eleição do rei(o

2. Dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Timbó.

melhor atirador, no caso) e da rainha do clube. A festa mantém ainda as modalidades tradicionais de tiro das *Schützenvereine* alemãs, que são o tiro ao alvo e o tiro ao pássaro (um pássaro de madeira no qual se atira até despedaçá-lo). As festas ainda incluem desfiles pela cidade. Nos finais de semana constituem-se em ponto de reunião. Promovem bailes e outras festas dançantes com músicas regionais e germânicas, além de almoços e jantares de confraternização.

Pelo que nos foi relatado, os jovens da área rural ainda se interessam pelas atividades desse tipo de agremiação. Os jovens moradores da área urbana já preferem as festinhas, como chamam as danceterias organizadas em alguns salões nos finais de semana. Isso fica comprovado pelo número total de apenas 532 associados dessas agremiações, que se comparados ao número total da população do município (23.829 habitantes, como foi citado anteriormente no Capítulo III) pode ser considerado baixo.

1.2 O uso da língua alemã

Da mesma maneira, o uso da língua alemã é ainda comum dentro das famílias, tanto na área urbana quanto rural. É comum o uso de termos em português para designar coisas, no meio da conversa em alemão (falam, por exemplo, die Prefeitura; chimiar o pão; etc.). Isso denota que atualmente já existe uma certa absorção das outras culturas conviventes na região.

Porém, o pessoal mais novo já não fala o alemão entre si, mesmo que estejam reunidos jovens com a mesma ascendência. Algumas vezes o fazem, porém em tom de zombaria, imitando o que chamam de **colonos**.³ Trataremos deste assunto mais adiante.

1.3 A culinária

Um outro hábito que é comum a todas as famílias de origem germânica é o referente à comida. Consome-se a carne de porco em seu preparo tipicamente germânico, na forma de *Kassler*, *Einsbein*, *Wurst* (costeleta de porco defumada, joelho de porco defumado, salsicha) juntamente com chucrute. Também o marreco recheado com patê de miúdos, servido com repolho roxo e purê de ervilhas, é um prato muito corriqueiro nas festas e almoços em que toda a família se reúne. Aliás, a mesa sempre é muito farta, com vários tipos de pratos servidos na mesma refeição (arroz, aipim, batatas, salada, carnes, macarrão, etc.), o que para pessoas de fora, alheias aos hábitos locais, pode parecer um exagero. Nesse sentido, foi interessante a leitura do trabalho de LEWGOY, que reconhece o mesmo hábito entre os descendentes de italianos no Rio Grande do Sul:

(...) podemos afirmar que a abundância da comida nas refeições conforma uma negação simbólica e

3. Ver SEYFERTH, Giralda. "O grupo étnico teuto-brasileiro: Volksgemeinschaft" in *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

material da situação original de penúria, que integra as narrativas de origem do mito do imigrante. ⁴

O mesmo ocorre com os italianos dos municípios vizinhos, como Rodeio e Rio dos Cedros. Parece assim ser um costume das regiões de imigração ítalo-germânica.

1.4 Os casamentos

Um outro ponto que procuramos analisar foi a questão dos casamentos. É muito comum ouvir-se falar que na região existe assunto contra os casamentos inter-raciais. Assim, procuramos ter acesso aos livros de registro civil para verificar se de fato há ou não a ocorrência de tal prática. Procuramos a ocorrência dos casamentos entre os descendentes de alemães; destes com italianos e brasileiros; entre os descendentes de italianos entre si; destes com brasileiros e finalmente entre os brasileiros, em três anos recentes (1989, 1990 e 1991), comparando-os com os números de vinte anos atrás (1957, 1958, 1959, 1960, 1961 e 1962). Optamos por não retroceder mais que este período de tempo já que até então o município era habitado quase que unicamente por descendentes de alemães. A vinda de pessoas de fora foi desencadeada com a expansão das indústrias locais na década de 1960. De uma maneira geral, os sobrenomes revelaram a clara ascendência das pessoas. Nos casos de dúvida consultávamos o primeiro nome, e

⁴ LEWGOY, Bernardo. op. cit., p. 203.

nos raros casos em que a dúvida permanecia, procuramos pessoas que nos explicaram a origem daquele sobrenome.

O resultado desse levantamento pode ser visto no quadro da página seguinte.

A predominância dos casamentos entre os descendentes de alemães realmente foi superior em todos os anos pesquisados, chegando à marca dos 74,7% em 1961 (talvez uma reação ao processo de migração de pessoas estranhas ao município que começou a acontecer então). A preferência permanece vinte anos depois, ainda que sem o mesmo vigor de antes. Observa-se que os descendentes de italianos tornaram-se uma opção mais ocorrente. No ano de 1990, por exemplo, 35,9% dos casamentos ocorreram entre descendentes de alemães e 29,5% entre estes e descendentes de italianos. Esses percentuais são muito semelhantes aos encontrados nos demais anos recentes (1989, 1991). Se verificarmos a ocorrência desse mesmo tipo de casamento há vinte anos, veremos que os percentuais caem drasticamente (6,3% em 1957, 12,3% em 1958, 14,7% em 1959, 14,5% em 1960, 2,6% em 1961). Desse modo podemos afirmar que realmente ainda existe a preferência em relação aos casamentos entre famílias de origem alemã, apesar da tendência notada de que esse hábito vem-se modificando principalmente em relação a uniões com descendentes de italianos. Isso comprova que o elemento italiano, hoje, já está sendo absorvido como parte integrante do município: dado um passado colonial semelhante, isso o tornaria mais apto à convivência, do que as pessoas de outras origens, que nada possuem em comum com a população

local. Observamos isso através dos casamentos entre os descendentes de alemães e os brasileiros, cuja ocorrência é

LEVANTAMENTO DOS CASAMENTOS, TIMBÓ, 1992

A = Alemão I = Italiano B = Brasileiro

AnoXTipo	A+A	A+I	A+B	I+I	I+B	B+B	TOTAL
1957	43	4	1	4	4	7	63
%	68,3	6,3	1,6	6,3	6,3	11,1	100%
1958	38	8	5	5	3	6	65
%	58,5	12,3	7,7	7,7	4,6	9,2	100%
1959	42	9	2	0	6	2	61
%	68,9	14,7	3,3	0	9,8	3,3	100%
1960	43	10	3	1	7	5	69
%	62,3	14,5	4,3	1,5	10,1	7,3	100%
1961	56	2	3	4	5	5	75
%	74,7	2,6	4,0	5,3	6,7	6,7	100%
1962	38	10	7	2	1	4	62
%	61,3	16,1	11,3	3,2	1,6	6,5	100%
1989	61	41	23	19	15	12	171
%	35,7	24,0	13,4	11,1	8,8	7,0	100%
1990	56	46	25	12	7	10	156
%	35,9	29,5	16,0	7,7	4,5	6,4	100%
1991	46	30	17	7	9	10	119
%	38,7	25,2	14,3	5,9	7,5	8,4	100%

Fonte: livros do cartório de Registro Civil de Timbó

bem inferior aos tipos anteriormente citados. Este é um tema que poderia ser aprofundado posteriormente em novas investigações.

Apenas como curiosidade, observamos ainda que os descendentes de italianos, há vinte anos, foram mais receptivos aos casamentos com brasileiros que os descendentes de alemães, exceção feita apenas ao ano de 1962. Nos anos recentes observamos que essa tendência se inverteu.

1.5 A Igreja

A Igreja, em Timbó, continua sendo uma instituição muito importante na manutenção das tradições, até quanto ao uso da língua alemã, já que até hoje são celebrados cultos em alemão.

Além das funções religiosas, a Igreja em Timbó parece ter assumido uma postura de sociedade civil, como demonstra o texto redigido por um pastor da Igreja Luterana:

Quando os nossos antepassados fundaram e estruturaram a nossa Comunidade eles se encontravam diante de uma difícil tarefa. Na terra mãe, na Europa, a Igreja era mantida e administrada pelos príncipes ou pelo governo civil. Aqui eles deviam organizar, manter e administrar a sua igreja com próprios meios e conhecimentos.

Isto eles fizeram, elaborando para as suas comunidades estatutos como eles os conheciam de sociedades civis da Europa. Estes estatutos posteriormente se tornaram um empecílio para um avivamento espiritual na Comunidade e para um profícuo trabalho missionário.

A Igreja tornou-se uma sociedade onde os membros têm direitos e deveres, não sendo mais

primordialmente Corpo de Cristo e Comunhão dos Santos.

Dos antepassados, que fundaram nossa Comunidade, nós queremos manter a fé em Jesus Cristo como o fundamento de nossa Igreja e de nossa vida.

Esta fé, porém, se for autêntica, há de transformar a nossa Comunidade de tal modo, que todos saibam e vejam, que a Igreja de Jesus Cristo é regida pelo Espírito Santo através da palavra de Deus e que Estatutos e organizações administrativas sempre só podem ter funções secundárias.⁶

Estes estatutos até hoje mantêm a rigidez da conduta perante a comunidade evangélica, dispondo de direitos e deveres de seus membros. Apesar de não haver um registro explícito, na verdade todos os evangélicos do município são chamados a participar da comunidade, devendo pagar uma taxa mensal que lhes dá direito a usufruir dos serviços religiosos tais como batismo, confirmação, casamentos, sepultamentos e outros. Estes estatutos em seu art. 27, exortam ainda:

*Em obediência aos mandamentos de Deus e na confiança de sua promessa, os membros são chamados a participar do culto da Comunidade a atender ao convite para a Santa Ceia. Eles deverão conduzir a sua vida dentro da responsabilidade que têm os membros da Igreja de Jesus Cristo perante Deus e seu próximo. Igualmente deverão cuidar que seus filhos sejam batizados, educá-los na fé cristã, confirmados e se tornem jovens ativos nos grupos de juventude evangélica, que os nubentes recebam a benção matrimonial e que os mortos sejam sepultados segundo os preceitos eclesiásticos.*⁷

A Igreja Católica guarda preceitos semelhantes no município, como foi por nós observado.

Dessa forma torna-se muito difícil não ser membro de uma comunidade religiosa em Timbó, já que pertencer a uma

6. WEINGARTNER, op. cit., p. 19.

7. Este estatuto era o que estava em vigor na época da pesquisa de campo em Timbó, em julho de 1992.

ou outra comunidade e indispensável para o acesso a determinados ritos religiosos. A comunidade evangélica em Timbó conta hoje com 3.000 famílias e a católica com 3.187 famílias. Assim podemos afirmar que a Igreja até hoje desempenha um papel importante na transmissão de valores na comunidade timboense.

2. A rejeição à tradição: o enxaimel como "casa de colono"

Reproduziremos neste tópico, a partir das entrevistas realizadas, a visão da comunidade em relação às casas enxaimel e a sua perspectiva quanto à manutenção desse tipo de arquitetura.

2.1 Critérios da pesquisa de campo

Para identificarmos as representações das pessoas em relação às casas enxaimel, tomamos como ponto de partida o antigo cadastramento de imóveis realizado pela Prefeitura Municipal de Timbó durante os anos de 1985, 1986 e 1987, em conjunto com a antiga SPHAN. Este levantamento, apesar de não mapear apenas as construções enxaimel, mas também as residências tipo mansarda e outras citadinas que havia no município, foi-nos de grande valia. Como vimos no Cap. IV,

foram cadastradas 103 casas, das quais 81 possuíam a estrutura enxaimel. Muitas dessas casas achavam-se completamente abandonadas ou descaracterizadas por sucessivas reformas, sendo a mais comum o recobrimento das paredes externas com reboco, o que escondia a estrutura de madeira, e o fechamento total ou parcial das varandas para a ampliação da sala ou para o surgimento de um novo quarto.

Baseados neste levantamento, procuramos entrevistar de três a quatro pessoas que possuíssem casas dentro da classificação que foi utilizada, ou seja, muito bom, bom regular, ruim e péssimo. A partir daí, conseguimos distinguir quatro grupos distintos de proprietários.

No primeiro grupo ficaram os proprietários de casas cujo estado de conservação era bom ou que visivelmente se esforçavam para que pequenos reparos fossem feitos a fim de mantê-las adequadas ao uso como moradia. Todas as casas já haviam sofrido reformas internas que se caracterizavam como melhorias, tais como construção de cozinha, banheiro interno, aumento do número de dormitórios. Os proprietários residiam na casa.

No segundo grupo, procuramos aglutinar aqueles cujas casas, após terem sido reformadas, foram trocadas por uma residência nova. Incluímos aqui também as informações colhidas de pessoas que demoliram a casa enxaimel para, no mesmo local, erguer a nova moradia.

No terceiro grupo ficaram os proprietários cujas casas encontravam-se em mau estado de conservação, mas que

ainda serviam de moradia para eles. Estas casas encontravam-se em processo de deterioração, sem receber qualquer tipo de manutenção. Em geral, não possuíam melhorias, o banheiro ficando externo à construção, sem que existisse passagem coberta; o telhado e a estrutura de madeira mostravam visível necessidade de reparos e o reboco das paredes precisava ser refeito.

No quarto grupo ficamos proprietários cujas casas estavam em péssimo estado de conservação. Estas encontravam-se completamente deterioradas e abandonadas por seus donos, sem que ninguém as habitasse.

Ressaltamos que nesta classificação não consideramos a excepcionalidade arquitetônica das construções, por acreditar que o caráter excepcional de uma casa não torna seu proprietário satisfeito com ela. Um exemplo disso seria a casa da família T., um belíssimo exemplar da arquitetura enxaimel que foi considerada passível de tombamento por sua marcante arquitetura e que, no entanto, encontra-se sem manutenção, servindo quase que como abrigo para a família que ali reside.

Os proprietários do primeiro grupo, ou seja, aqueles que procuram conservar as casas, possuem um perfil muito parecido. São moradores das casas, trabalham na agricultura, sua faixa etária gira em torno dos 60 anos e guardam uma imagem bastante viva da história de sua construção. São agarrados às tradições. Valorizam o fato de terem espaço para as criações e a robustez das coisas antigas.

Pensam sempre em fazer pequenas e constantes reformas de modo a prover as construções do conforto que necessitam. É o caso da família K. A idade da casa foi calculada em torno de 70 anos. São agricultores, e o filho solteiro ajuda a mãe viúva na roça. Realizaram uma série de melhorias na casa. Hoje a casa possui quatro quartos, sala, cozinha e banheiro, sendo que este só foi construído em novembro de 1991. Antes ficava fora da casa.

A gente já está acostumado com esta, não iríamos sair tão cedo dessa daí.

Indagados se permaneceriam na casa mesmo que não tivessem sido feitas as obras, responderam afirmativamente.

A entrevista com a família Z. foi muito interessante nesse sentido. A casa tem 52 anos e foi construída pelos avós da informante. Residiram ali até falecer, sem alterar a estrutura primitiva da casa. A informante, que residia em uma casa dentro dos atuais padrões de conforto, mudou-se para essa propriedade após o falecimento de seus avós. Trabalham exclusivamente na agricultura, apesar de o marido já ter trabalhado em fábrica. Perguntada se gostava de morar em uma casa antiga após ter residido em uma nova diz ela:

A gente gosta porque já se adaptou, né? Não é instalação boa né [refere-se ao banheiro], mas a gente já tem tudo comprado prá reformar. Essas casas de hoje em dia não aguentam tanto como as de antigamente a gente bem vê lá com a nossa pegou enchente e estragou, ficou...

Perguntada sua opinião sobre a demolição das casas enxaimel em Timbó, responde:

Eles hoje em dia as pessoas são prá luxo, quer dizer...Têm as pessoas que moram aqui no interior que são mais simples, mas as pessoas que moram mais prá cidade não iria querer ter uma casas dessas, né, ainda mais gente que teria dinheiro.

O fato de a casa não ter as instalações hidro-sanitárias satisfatórias parece não ter sido um transtorno para seus avós.

Eles tinham um [banheiro] mas era bem velho já...A gente sabe que os antigos já nasceram assim e sempre trabalharam na roça...

É interessante observar que alguns entrevistados alegaram apenas a tradição como motivo para manter a casa. Uma entrevistada relatou-nos, que enquanto os avós de seu marido foram vivos, nenhuma melhoria podia ser feita na casa. Tudo precisava ser mantido como antigamente .

Se existe alguma insatisfação com a casa, por parte dos moradores deste primeiro grupo, ela vem da geração dos netos dos proprietários, que estão já envolvidos no processo de trabalho nas fábricas, ou das mulheres que já não estão mais tão diretamente absorvidas com o trabalho da roça, uma vez que os filhos ganham um dinheiro mais certo no trabalho fabril e já começam a almejar um novo padrão de consumo. É, por exemplo, a caso da família H..

O proprietário garantiu-nos ser esta a casa mais antiga do município, devendo possuir em torno de 108 anos de construção, e só isso para ele já é motivo suficiente para não demoli-la. A planta original tinha apenas um quarto. Foi

reformada e atualmente possui três quartos, cozinha e banheiro. A organização da propriedade, entretanto, conserva-se como antigamente, com o estábulo, o chiqueiro, o galinheiro e os ranchos. A esposa do proprietário é bisneta do construtor da casa. O sr A., apesar da pressão dos filhos e da esposa, recusa-se a demolir a casa e fazer outra. A esposa e as filhas moças alegam que a casa dá muito trabalho para ser limpa, pois o reboco solta muito pó. Uma delas, recém-casada, mudou-se para uma casa nova quase vizinha à casa dos pais. Ela trabalha na malharia TEKA e o marido na metalúrgica WANKE. Diz a informante:

A [casa] da minha mãe já é bem antiga, esta aqui é melhor. É tudo coisa antiga. o reboco cai... Casa antiga dá mais trabalho prá arrumar, é tudo antigo assim...

Perguntada se não teria jeito de consertar a casa, responde:

Que tem, tem, né, mas estão pensando em fazer uma nova. Arrumar ela de novo dá muito serviço...

Indagamos então por que tanta gente agora queria morar numa casa enxaimel.

Eu acho assim, quem é acostumado a morar nessas casas prefere uma casa mais nova e aqueles que tem a casa mais nova sempre assim... (pausa) né... (pausa) já ... (pausa) prefere morar numa casa mais antiga. Tem um advogado numa rua lá prá baixo que comprou uma casa assim bem antiga, só que ele reformou ela e ele gosta de morar lá.

Essa associação das residências enxaimel com o gosto de pessoas de outro patamar sócio-econômico foi comum, como já havíamos mencionado anteriormente.

Do mesmo modo, a filha da sra. K. também construiu uma casa dentro dos padrões novos, vizinha à casa de sua mãe, e está muito satisfeita. A casa é toda acarpetada e possui piso cerâmico nas áreas de serviço. Também ela alega que as casas mais antigas dão muito mais trabalho para limpar, apesar de sua atual residência ser bem maior que a casa materna. Ela e o marido estão envolvidos com o trabalho fabril. Ela trabalha na HERING e ele na malharia TEKA.

Esta aqui daria bem mais trabalho, apesar da casa dela não ser assim tão menor, é bem grandinha a casa também. A casa antiga o barro amarelo sai da parede, ela não era assim tão perfeita a construção.

No segundo grupo, observamos que os proprietários que haviam mudado de residência correspondem a pessoas que tiveram uma ascensão sócio-econômica significativa e que preferiram assumir os novos valores conquistados. É o caso do sr. P. Proprietário de uma casa enxaimel, cuja construção deve remontar a 90 anos, preferiu construir uma nova residência ao lado dela. Seu pai já havia encoberto o enxaimel há 30 anos para mudar a aparência da casa. Não trabalhavam na agricultura. Trabalhou em fábrica. Não conseguimos precisar sua atual ocupação, porém percebemos que leva uma vida mais ligada a hábitos urbanos. Também foi um tanto evasivo ao comentar que já trabalhou na roça. Seus filhos não quiseram também morar na antiga casa. Trabalham na cidade e gostam de ouvir som alto. O barulho passava entre os quartos. Isto já não acontece em uma casa moderna. Esta é mais cômoda e, como ele nos relatou:

E vamos dizer assim, a gente preferiu uma coisa nova.

A família E., por sua vez, também construiu uma casa nova ao lado de sua casa antiga. Alegou a mudança pelo motivo de estar ocorrendo muitos roubos na olaria de propriedade de seu marido. A olaria também está próxima à casa antiga, mas sentiram a necessidade de estar mais próximos dela durante a noite. Informou-nos porém que anseia mudar para a casa antiga, que atualmente está alugada para um funcionário da olaria, tão logo seja possível. Sua nova casa pegou água nas cheias pela terceira vez. Pretende reformar a casa, fazer mais quartos e banheiros. O marido resiste um pouco à idéia. Prefere deixar a casa no original e continuar a morar mais próximo à olaria, apesar de procurar conservar a casa por seu valor afetivo. Perguntamos sua opinião sobre qual o motivo de as pessoas não cuidarem das casas enxaimel no município. Ela nos respondeu:

Mas é como eu digo, se meu marido fosse igual a eu, e dissesse, não, vamos ajeitar, vamos endireitar aqui, vamos limpar lá, tudo bem. Mas se eu puxar prá frente e ele não dá bola, vou fazer o que sozinha? Ele tem tudo na mão e eu não tenho dinheiro.

Uma outra família, há bem pouco tempo, demoliu a casa enxaimel bem no centro da cidade e em seu lugar construiu uma nova de dois pavimentos. Alegou estar a casa em péssimas condições, com muito cupim, e que o trabalho de limpeza era enorme. Muito simpática, a informante contou-nos detalhes de sua vida, da época em que Timbó era basicamente rural e disse estar muito feliz com sua casa nova. Ela nos disse que a atual

residência, apesar de ser bem maior que a outra, dá muito menos serviço para limpar, pois é acarpetada e ladrilhada nas áreas de serviço. Também o fato de hoje morar em uma casa nova bem no centro da cidade a faz se sentir **mais gente** (termo utilizado por ela).

O terceiro grupo de moradores caracterizou-se por não ter mais nenhuma vinculação com a agricultura, vivendo somente do trabalho nas fábricas. Muitos não têm nenhum laço afetivo com a casa, sendo apenas inquilinos. Ainda a perspectiva de um dia ter condições para mudar de uma casa antiga para uma nova faz com que não realizem mais nenhum investimento em sua manutenção.

A sra. T. não quis gravar entrevista. Tinha acabado de enviuvar e achava-se muito deprimida. Sua casa, um belíssimo exemplar da arquitetura enxaimel, esteve a um passo de ser tombada pela antiga SPHAN. No entanto, apesar de saber do valor histórico da casa, não foi feito nenhum trabalho de melhoria. O reboco está todo caído, varanda e telhados precisam de reformas, não há instalações hidro-sanitárias adequadas. Apesar de a propriedade situar-se fora do perímetro urbano da cidade, em Cedrinho, a família não tem mais ligação com a terra. Os filhos todos trabalham nas fábricas.

O mesmo acontece com a família A.. A casa possui entre 85 e 90 anos. Seus proprietários não possuem mais nenhum vínculo com a atividade do campo. Trabalham no comércio e na construção civil como pedreiros. Nenhum dos filhos pretende continuar na casa; preferem construir uma nova. As melhorias

foram feitas há 25 anos. Hoje a casa possui sala, cinco quartos, banheiro e cozinha .

Foi muito difícil localizar e conseguir entrevista com proprietários do quarto grupo, como dissemos anteriormente. Recentemente, duas casas enxaimel situadas no centro da cidade foram demolidas sem que no terreno tivesse sido construído algo. Pelo que nos foi relatado, nenhum protesto significativo ocorreu contra sua demolição. Uma delas, para que a licença de sua demolição fosse conseguida, teve o argumento de que iria atrapalhar o traçado de um loteamento na área. Como foi argumentado por uma pessoa ligada à Prefeitura, o terreno relativo à casa poderia ter ficado como área verde, condição que todo projeto de loteamento tem que respeitar. Não houve, portanto, nenhum interesse de negociação, quer por parte do proprietário quer por parte da administração municipal.

Uma outra demolição que chamou a atenção foi a da primeira igreja evangélica de Timbó. Essa demolição não foi tão recente, ocorreu na década de 70, e no mesmo local uma nova igreja foi construída com uma arquitetura que não guarda semelhança alguma com as construções antigas. Os depoimentos de pessoas que assistiram a sua demolição falam da *pena que sentiram ao ver a igreja ser demolida, pois lá casaram, batizaram seus filhos*; enfim era o registro de uma vida comunitária de muitos anos. No entanto, não se soube de oposições formais a sua demolição.

Procuramos entrevistar pessoas ligadas à Prefeitura que em seu dia-a-dia trabalham fornecendo licença para construção e demolição, para saber o que estava acontecendo em relação ao sentimento de preservação das casas.

A funcionária C. nos deu a seguinte resposta:

Eu acho assim que as pessoas que ainda vivem mais na **colônia** estão ainda mais ligados assim à **terra, família e agricultura**; elas continuam assim preservando, mas é uma mínima parte. A maior parte dessas pessoas está deixando o interior e vindo prá cidade e estão esquecendo também das **tradições**. Eles só lembram das tradições quando tem um evento, um festejo na cidade, então eles fazem bailes...Esse pessoal que vem prá cidade buscando emprego, estudar, um nível de vida melhor e eles realmente esquecem das **tradições**...

Perguntamos então sua opinião sobre o que poderia estar influenciando nessa mudança de mentalidade. Ela nos respondeu o seguinte:

É a própria mentalidade das pessoas que está mudando, porque antigamente, vamos dizer assim, uma festa germânica como acontecia, né, todo mundo fazia questão de participar. Hoje em dia a própria mentalidade, o próprio costume, o próprio modismo leva essas pessoas a ter às vezes até vergonha da própria tradição. Então eu acho que é por aí...Os proprietários dessas casas...olha... eu acho que essas casas... Isso foi passado de pai prá filho, de avô prá filho, prá neto agora. Então eu acho que essas pessoas que hoje em dia moram nessas casas são pessoas de mais idade ainda que moram nessas casas. As novas pessoas que adquirem essas casas são poucas as pessoas que tem interesse em preservar. São realmente poucas. Porque em primeiro lugar o custo da preservação eles alegam que eles não tem condições de preservar. Que sai mais caro, vamos dizer assim **restaurar** a casa deles do que construir nova. Eu vejo pelos pedidos de pessoas que pedem para demolir eles alegam isso aí. Realmente por aí demonstra que eles não estão mais presos às tradições, a preservar o que o avô, o bisavô, que os primeiros...

Esta opinião também foi compartilhada pela Secretária de Cultura do município à época, e posteriormente foi confirmado o estranhamento existente em relação aos termos **colono**, **colônia** e **tradição**, através de entrevistas com pessoas mais novas que trabalhavam em fábrica e no comércio. A secretária, a sra. Elizabeth Girardi, deu um depoimento muito importante nesse sentido:

Aí temos que retroceder um pouco. Eu sou filha de colonos. Nasci na roça. As pessoas têm vergonha da colônia. Eu superei. Nasci na roça, trabalhei na roça... Eles querem se auto-negar. Ora, agora não somos mais colonos... Falta esclarecimento uma vez mais. Isto é um reflexo. [imitando a maneira de falar de outras pessoas] Ô aquele colonão! Ah! vocês parecem colonos!

A sra. Girardi também comentou que são necessários incentivos fiscais por parte da Prefeitura para evitar que as demolições continuem a acontecer e estimular a manutenção das casas por parte dos proprietários. Realmente detectamos uma visão paternalista em relação à preservação desse acervo. Foi comum ouvirmos que a prefeitura ia ajudar aquela vez, ou ainda que a Prefeitura ajudou a construir o banheiro, etc.

A entrevista gravada com S., 22 anos, foi muito ilustrativa quanto à representação das antigas construções e à manutenção da tradição em Timbó por parte de uma moradora jovem, filha de colonos e funcionária do posto de vendas de uma malharia. Ela nos deu o seguinte depoimento:

*A maioria agora é como te falei, casa moderna. Essa coisa de casa **enxainel** é prá campo, fazenda...o pessoal assim que eu conheço só falam de*

construções novas, fazer isso aquilo na casa, sabe? Tem gente que nem aqui na casa da **oma**, todo mundo que passa acha o máximo a casa, que parece **museu**... [A "oma" é uma senhora de 88 anos que mora em uma casa do tipo mansarda no centro da cidade. É viúva de Fritz Lorenz, que foi o fundador de muitas das grandes indústrias do município].

Perguntamos então o que ela achava da vida dos colonos. Ela nos respondeu:

Tem suas vantagens né... poucas[risadas]... vida mais tranqüila...claro tem bastante coisa que deve ser feita, mas acho que é melhor cidade, tá louco... [risadas] acho que eu ia morrer ...[risadas].Lá na colônia não tem nada de **movimento**, isso é tudo **parado**...[risadas] Só aquele **peçoalzinho** assim...[risadas]...ninguém gosta mais de morar lá nos **fundó**... lá prá cima, nos mato...[risadas].

Sobre as pessoas que moram na área rural:

Ah! Por exemplo se tiver uma pessoa andando na **estrada** com traje já meio diferente, não...não é brega, mas assim... sabe... um traje mais humilde... ah aquele é colono... ou se tá de chinelo, calça jeans, aí já chamam de colono, ou se fala um pouco sei lá caipira [risadas], o pessoal já cai em cima e chama de colono, manezinho [risadas]... Em parte é cafona... sei lá o jeitão deles se vestir, de andar, tudo tudo é bem diferente. **Aqui a gente já é bem mais**... sai uma moda a gente se veste de um jeito diferente, a conversa entre a gente já é um papo diferente, usa muitas palavras que...lá eles não sabem. Se eu falar uma gíria eles vão ficar abismados... nunca, jamais, porque o jeitão deles falar...[risadas]

Sobre a manutenção das tradições informa:

Antigamente era importante, agora não é mais tão importante, porque mudou muita coisa. Porque o pessoal assim que era colono agora deu uma **virada** ... a maioria tá morando na cidade. Mudou de vida... quem tá muito tempo que é colono ainda, continua, tudo bem ... agora.. tem muita gente que eu conheço, a minha amiga R. por exemplo, ela também era colona, antigamente, né, só que agora que ela mora na cidade ela não quer nem mais saber, né...[risadas].

Completou dizendo que não moraria em uma casa enxaimel por ser uma coisa muito **antiga**.

Ainda sobre a manutenção das tradições no município, um empresário de origem italiana entrevistado nos deu o seguinte depoimento:

Aquelas famílias tradicionais de origem germânica tinham até algum tempo uma influência maior de poder impor normas. Só que hoje, como várias dessas famílias tradicionais se arrebutaram economicamente, então quer dizer, ninguém dá mais bola, sabe, certos nomes tradicionais...A própria questão econômica se encarregou de arruinar a influência que essas pessoas impunham. Isto se diluiu muito, tá... se diluiu... Eu não vou dizer que existam coisas, pessoas que ainda tentem colocar esse tipo de questão, isto é totalmente secundário hoje...Até empreendimentos de porte como a METISA que era controlada até um tempo atrás por pessoas dessa origem, hoje já não são mais...[controlada por família tradicional de Timbó].⁷ Uma empresa grande assim, ela tem muita influência na cidade...As pessoas mais jovens não estão mais se preocupando com esse tipo de coisa. O cara quer ganhar dinheiro, fazer o negócio dele andar, crescer e até criar um padrão próprio de vida, deixando de lado essa questão. Mas eu não nego que isto exista, existiu e continue existindo...sei que tem...agora...

Realmente, após o Plano Collor, várias empresas de tradicionais famílias timboeses tiveram seus negócios abalados com a recessão econômica, principalmente aquelas dependentes do mercado consumidor interno, em especial as malharias. A própria estrutura familiar tem sido um entrave a sua modernização, insistindo em operar com modelos de produção antiquados, pouco investindo em material humano e tecnológico. Essas famílias, porém, até há bem pouco tempo forjaram o

7. O controle acionário da empresa pertence hoje a um grupo paulista e a um grupo de empresários timboenses sem tradição familiar na região.

padrão seguido e idealizado de sucesso através do trabalho. Hoje, quando novos moldes produtivos se apresentam, e conseqüentemente novas oportunidades de desempenho profissional e pecuniário, os jovens tendem a absorver valores tidos como modernos em detrimento dos valores tradicionais.

O sr. R., agricultor e morador de uma casa enxaimel na região da Mulda, já realizou diversas melhorias em sua casa. Trocou forro e janelas e sempre faz tratamento contra cupim. Gosta de morar na casa, mesmo com o banheiro externo, e por não ter condições de comprar uma nova. O fato de haver distinção entre a situação de colono e não-colonos foi por ele observado:

*Estão querendo mais **luxo**. Dá prá ver. Chegou prá fora, assim um sítio mais retirado o pessoal ali é mais **simples**...já se veste mais **simples**, né... no andar... no se vestir. Timbó, Indaial, Pomerode e praticamente Blumenau junto... É um município já que são mais prá **luxo**...Cada um quer se vestir melhor que o outro então sai...A gente nota ...nós assim... **colono** vem prá cidade então a gente nota a diferença de longe quem é **colono** e quem não é porque o pessoal da cidade já anda mais sofisticado, mais **luxo**, essas coisas...*

Procuramos acentuar na reprodução dos trechos de algumas entrevistas realizadas os termos que definem as representações das pessoas em relação a sua casa e a sua condição sócio-econômica.

2. Resultados das entrevistas

Apesar de nos discursos aparecerem termos nitidamente herdados de um passado colonial (chamar as ruas de **estradas**, trabalhadores rurais de **colonos**, área rural de **colônia**), existe um forte sentimento entre os mais novos, que migram para a área urbana, de procurar modelos de conduta que os tornem distintos do modelo de seus pais ou avós, negando, na medida do possível, sua ligação com uma vida mais dura e rude que é a vida das pessoas do campo. Tanto assim que muitas moças, ao serem indagadas sobre o trabalho na fábrica, que é cansativo e desgastante, respondem preferir este ao trabalho na lavoura, pois além de dar um ganho certo, possibilita uma vida mais urbana e a conquista de novos valores (vestir-se na moda e não ser criticada, equipar a casa com utensílios domésticos, etc.). Estes valores se refletem nas representações das pessoas em relação às casas e em sua disposição em mantê-las, pois as obras de reforma são onerosas, mas determinadas melhorias são muito mais viáveis do que a construção de uma nova residência.

Pelos relatos ouvidos vemos que é a entrada no processo produtivo fabril que vem operando as significativas mudanças ocorridas no Município de Timbó em relação a valores tradicionalmente germânicos. As fábricas, ao possibilitar um ganho certo a seus funcionários, lhes abre a perspectiva de uma vida também mais certa, longe dos contratempos a que a atividade agrícola está sujeita, o que dá oportunidade de

alcançar um padrão de consumo mais elevado. Ao mesmo tempo, coloca as pessoas em contato com maquinários e outros meios de produção; transmite a imagem da perfeição, da precisão e do funcional. Esta representação é transportada para suas representações do cotidiano, das quais a casa é a mais importante. Assim em relação às casas enxaimel, são atribuídas lembranças da **tradição, terra, família, coisa antiga, simplicidade, colônia**, que remetem à origem colonial do município. Às casa modernas associam valores como **comodidade, perfeição, luxo, novo, ser mais gente**, que denotam representação de um salto qualitativo no padrão de habitar. Esse fato foi reforçado na medida em que não encontramos um só empresário que residisse em uma casa enxaimel, ainda que alguns fossem proprietários de belos exemplares e os mantivessem em ótimo estado de conservação. Do mesmo modo a demolição da igreja e a construção da nova dentro de padrões arquitetônicos distintos da primeira denota na procura pelo moderno, pelo novo. Este é priorizado mesmo que se choque com os laços afetivos que a comunidade procura ainda manter com os marcos de sua história. O termo **restauro** também parece ter sido apropriado pela comunidade, que o incorporou às representações das casas enxaimel e tem sido utilizado nas justificativas de sua demolição. Ficou claro também que as pessoas que hoje procuram essas casas para morar têm, de acordo com a visão da comunidade, uma bagagem cultural que por si só lhes garante *status*: possuem diploma

universitário, estão ligadas a grandes centros urbanos e o fazem por **opção**.

O que podemos concluir das entrevistas é que o sentimento de apego às casas enxaimel no município é uma coisa que se mantém apenas enquanto a geração dos pais estiver viva e que esse sentimento ainda é forte somente na área rural, entre pessoas que vivem exclusivamente da atividade agrícola.

Estas observações remeteram-nos aos estudos de BOURDIEU sobre o que ele denomina de **habitus**. Na medida em que se cultiva determinados valores dentro de um tecido social, e que estes nele se reproduzem com facilidade, o conceito elaborado por ele pode nos dar pistas para entender a reprodução da cultura no Município de Timbó. Diz ele ser o **habitus** um sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de *preferências sistemáticas*, as *necessidades objetivas das quais ele é produto*.⁸

Segundo este conceito, não só as ações mas também os interesses, os gostos, a ética e a estética são produtos das relações sociais e tendem a se reproduzir dentro destas mesmas relações. Como ressalta ORTIZ:

*O **habitus** se apresenta pois como social e individual; o processo de interiorização implica sempre internalização da objetividade, o que ocorre certamente de forma subjetiva, mas que não pertence exclusivamente ao domínio da individualidade(...)*⁹

8. ORTIZ, Renato (org.), *Pierre Bourdieu-sociologia*. São Paulo, ed. Atica, 1983, p.83.

9. *Ibidem*, p. 17.

A análise de BOURDIEU tende, assim, a enfatizar a importância de se estudar o modo de estruturação do **habitus** através das instituições dos agentes. Uma vez que considera a socialização como um processo que se desenvolve ao longo de uma série de produções de **habitus** distintos, dedica-se uma atenção particular ao período de formação das primeiras categorias e valores que orientam a prática futura do ator.¹⁰

Dentro do período de formação das primeiras categorias a que BOURDIEU se refere, a escola tem um papel muito importante. Diz ele que:

não obstante é surpreendente que, ao mesmo tempo em que encara a aprendizagem escolar como um dos instrumentos mais eficazes da integração 'moral' das sociedades diferenciadas, não se dê conta de que a escola tende a assumir uma função de integração lógica de modo cada vez mais completo e exclusivo à medida que seus conhecimentos progredem. Na verdade, os indivíduos 'programados', quer dizer, dotados de um programa homogêneo de percepção, de pensamento e de ação, constituem o produto mais específico de um sistema de ensino.¹¹

A tendência em seguir os comportamentos que lhe são dados como exemplo dentro da sociedade da qual o indivíduo faz parte, em assumir sua maneira de pensar e interiorizar todo o lado simbólico, tudo o que manifestamente integra uma cultura, deve ser apreendida em qualquer trabalho que se deseje levar a termo sobre preservação cultural. Assim podemos

¹⁰. Ibidem, p. 18.

¹¹. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo ed. Perspectiva, 1987, p. 206.

explicar como descendentes de italianos ou de brasileiros assumiram um mesmo padrão cultural ditado por famílias de origem germânica, reproduzindo, ainda que inconscientemente, a sua práxis no dia-a-dia. Dessa forma, incorporaram o pensamento deles em relação ao trabalho e aos elementos externos à comunidade por um largo período de tempo, formando assim o que chamaríamos de **modo de vida timboense**.

A questão do simbolismo tratada por BOURDIEU merece ser aqui retomada. Ele afirma:

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as fracções dominantes, cujo poder assenta no capital económico, tem em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem aos interesses dos dominantes por acréscimo(...)¹²

Existe pois, segundo BOURDIEU, um poder simbólico que atua no inconsciente determinando comportamentos, ideologias, crenças, e que materialmente se reflete na preferência estética, no tipo de consumo cujo modelo é o utilizado pela classe dominante, formadora, em última instância, do **habitus**.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.¹³

12. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, ed Difel, 1989, p. 12.

13. *Ibidem*, p. 14.

Portanto, este simbolismo não pode ser visto apenas como um padrão cultural mas, também, como elemento de manutenção de uma ordem estabelecida que serve de apoio à classe dominante. A mudança do eixo de importância econômico-social dentro de Timbó faz com que principalmente os jovens que hoje entram no mercado de trabalho, em empresas que vão saindo do domínio tradicional, comecem a mudar seu pensamento, seus gostos e suas ambições.

Essas reflexões nos ajudam no entendimento do porquê da rejeição das antigas construções enxaimel dentro do cenário urbano da cidade, uma vez que elas são uma prova concreta de tenacidade e perícia, dedicação e esforço, trabalho e criatividade, enfim valores tão ressaltados como qualidades dos imigrantes alemães.

CONCLUSÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos, em um primeiro momento, retomar a discussão sobre cultura e patrimônio histórico e os princípios que norteiam a prática dos agentes responsáveis por este campo de atuação.

Em seguida passamos a analisar nosso objeto de estudo, o Município de Timbó, numa perspectiva histórica, desde seus primórdios, quando integrava a colônia dirigida pelo Dr. Hermann Blumenau. A partir daí, procuramos situar o que foi o trabalho de preservação da arquitetura teuto-brasileira, particularizando as casas enxaimel, levado a cabo em Timbó no período compreendido entre 1985-1987.

Finalmente, buscamos alguns subsídios teóricos para tentar melhor entender, na seqüência, a particularidade que nosso objeto de estudo oferecia.

A primeira conclusão a que chegamos é a de que muitos dos problemas estruturais e conjunturais do Brasil, na área de preservação cultural, se devem à permanência de um espírito corporativo e autoritário dentro dos órgãos encarregados de proteger a cultura nacional explicável pela predominância de arquitetos e pela manutenção da legislação promulgada no período do Estado Novo, tida ainda como "moderna" (apesar de não ter conseguido alçar o vôo imaginado

por seu idealizador, Mário de Andrade). O autoritarismo, os critérios utilizados para a distribuição dos recursos e, principalmente, a falta de metodologias e discussões teóricas sobre o fato fazem com que os trabalhos se percam. Não se trata de falta de empenho e competência de muitos de seus técnicos, mas sim pela falta de contemporaneidade dessas instituições.

Constata-se a necessidade de os trabalhos de preservação serem avaliados de acordo com o novo espírito da multidisciplinaridade. Neste ponto, foram visionários Mário de Andrade e Aluísio Magalhães, que tentaram atuar dentro de largos horizontes da cultura nacional. Apesar das diversas discussões teóricas sobre cultura brasileira e identidade nacional que vêm sendo travadas ao longo dos anos, a atuação da SPHAN em pouco se modificou, mantendo uma certa áurea de pureza, impermeável ao jogo político. Quanto a isso COHN observa que

a dimensão política já está inscrita nas primeiras referências à cultura, não lhe advém de fora. E quem recusa isso faz má cultura e má política: má cultura porque a subordina à lógica do poder, e má política porque não se dá conta que o processo cultural a atravessa de ponta a ponta. É um pouco por isso que toda concepção oficial de cultura acaba sendo precária, e tanto mais o será quanto maior for o empenho de imprimir-lhe cunho democrático¹.

Uma nova postura perante a cultura brasileira implicaria na elaboração de metodologias de atuação e pesquisa

1. COHN, Gabriel. "Concepção oficial de cultura e processo cultural", op. cit., p. 10.

mais adequadas; às cartas e compromissos, que resultam das discussões em fóruns específicos, caberia o papel de orientar técnica e eticamente os trabalhos de preservação.

Por tudo que foi visto, observa-se que os grupos minoritários, também formadores do povo brasileiro, a muito pouco começam a ser contemplados. Nesse sentido, cabe ressaltar que a iniciativa da SPHAN em Santa Catarina foi pioneira, na medida em que procurou desenvolver um trabalho de preservação das construções teuto-brasileiras, uma arquitetura remanescente de um grupo étnico minoritário, de pouca expressão no cenário sócio-político nacional. No entanto, concluímos que o modelo de operacionalização vigente nas práticas de preservação não é adequado ao trabalho em áreas de imigração, uma vez que seus parâmetros estão vinculados à preservação da cultura dominante, no caso a luso-brasileira. A cultura dos imigrantes só agora começa a ser reconhecida como parte da cultura nacional, e seu modelo, como não segue a cultura dos vencedores não apresenta construções monumentais, estando a maior parte do acervo arquitetônico em áreas rurais. Existe ainda uma lógica cujo entendimento é fundamental para levar-se qualquer trabalho a termo nessas áreas. Seu desenvolvimento ocorreu com certa independência da tutela governamental, que priorizou suas iniciativas em direção ao Sudeste. Houve assim um esforço local para romper o atraso econômico e conseguir alcançar um papel de destaque no cenário nacional. Devido à dureza do período inicial da imigração existe, nas pessoas, uma ambigüidade em relação ao passado:

por um lado o orgulho do desenvolvimento a partir de seus recursos e iniciativas próprias; por outro, a tentativa de agora afirmarem-se como pessoas modernas engajadas no cenário econômico nacional. Possuem assim uma simbologia própria, e o saber lidar com essas variáveis é, pois, condição fundamental para uma política bem-sucedida de preservação cultural. A cultura é um conceito amplo, do qual a arquitetura representa apenas uma parcela. Dessa forma, pouco adiantam os tombamentos, na medida em que a comunidade não consegue ter entendimento suficiente do motivo pelo qual preserva-se algo que simboliza este passado que a tanto custo lutam para superar. O processo torna-se ainda mais complicado na medida em que a decisão de quais as edificações a ser preservadas são tomadas fora do âmbito municipal, por pessoas estranhas ao grupo, que passam uma imagem de detentoras de um saber que a população não tem a respeito de si própria e que por isso têm o direito de decidir o que é melhor para uma ou outra comunidade. Alie-se a isso o trauma que as regiões de colonização alemã têm em relação às iniciativas tutelares do Estado, face aos incidentes ocorridos no período Vargas, quando sua cultura foi execrada e tudo foi feito para abrigar os descendentes de imigrantes no sul do País.

Um outro ponto que aflorou foi a falta de incentivos à preservação. Os técnicos e as municipalidades reclamam da falta de recursos que deveriam ser dispensados pelo Estado; os proprietários, da falta de incentivos locais. Concluimos que, para que as políticas de preservação surtam um

bom efeito, a solução passa pela descentralização das ações, transferindo para os municípios a responsabilidade pelo acervo que possam dispor. Urge, portanto, uma revisão desses procedimentos como forma de lograr resultados mais satisfatórios.

Em Timbó, sem dúvida o **habitus** gerou um modelo de construção baseado na cultura germânica e nas adaptações apreendidas com os caboclos aqui no Brasil. As construções enxaimel refletem, até praticamente a metade deste século, uma manutenção dos valores culturais sem desvios. Estes só começaram a ocorrer com a própria evolução técnica, com o aumento do poder aquisitivo dos colonos, enfim, com a chegada do próprio capitalismo ao município. À medida em que a classe dominante entra em contato com novas tecnologias, e ao mesmo tempo procura vencer o estigma de **colono** dentro do cenário nacional(lembramos aqui que esta denominação partiu da própria esfera estatal), algum ponto dessa ordem precisa ser rompido, e mudar sua forma de habitar se adequa bem a essa exigência. Apesar de todo o fechamento de Timbó aos fatores externos, novas necessidades obrigaram o município a estabelecer pontes com os grandes centros. As elites locais passaram a lutar para que sua imagem fosse a de pessoas empreendedoras não mais vinculadas a um passado colonial(mas inseridas agora na modernização do País). Dentro dessa perspectiva, a arquitetura das construções começou a fugir dos modelos tradicionais, buscando modelos novos e difundidos nos centros mais expressivos, recorrendo a materiais distintos dos usados

tradicionalmente , mesmo que isso acarretasse uma perda de conforto térmico e espacial da construção, incorporando à moradia uma maneira de habitar mais condizente com os tempos atuais e modificando definitivamente o gosto e o estilo de vida da comunidade.

A escola, por sua vez, já não exerce mais o papel de elemento de reprodução da cultura germânica. Com a padronização dos currículos, perdeu-se a singularidade do ensino das escolas teuto-brasileiras. Já não se ensina mais a língua dos ancestrais, que é ponto fundamental na reprodução da cultura. Os alunos hoje têm na escola um elemento de difusão da cultura dominante no País. Assim, se antes a escola complementava as noções de ética e moral das famílias dos imigrantes, podemos afirmar que agora ela atua como um agente de mudança também. A Igreja, porém, mantém seu papel de reproduzir os valores tradicionais, graças às obrigações que impõe à comunidade religiosa

Cabe aqui, pois, uma retomada de BOURDIEU, quando ele define o gosto como a

*propensão e aptidão à apropriação (material e/ou simbólica) de uma determinada categoria de objetos ou práticas classificadas e classificadoras, é a fórmula generativa que está no princípio do estilo de vida. O estilo de vida é um conjunto unitário de preferências distintas que exprimem, na sua lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, mobília, vestimentas e linguagem(...)*²

2. Apud ORTIZ, op. cit., pp.83-84.

A disseminação dos novos padrões estéticos e do gosto em relação à moradia e às construções de modo geral foi também amplamente favorecida pelo advento da televisão e todos os apelos gerados pela mídia.³ Como um efeito-onda, em pouco tempo estes padrões foram considerados pelas pessoas como verdadeiramente apropriados para o desenvolvimento da comunidade. Houve uma incorporação deste simbolismo pela classe dominante local, que passou a reproduzir em suas construções os mesmos padrões estéticos utilizados como modelo de modernidade. Por sua vez, as camadas menos abastadas da sociedade, dentro do jogo simbólico (aqui no sentido de BOURDIEU), também passou a assimilar esses valores como seus também. As casas enxaimel foram então relegadas ao plano de "casa de colono", constituindo-se em uma categoria em mudança, de uso provisório, e as casas modernas, estas sim, foram consideradas as casas definitivas pela nova geração, a concretização do sonho de seus ancestrais ao deixarem a terra natal em busca de igualdade de oportunidades e sucesso na atividade econômica.

Acreditamos assim que, na verdade, não existe uma contradição, nem um antagonismo, entre o tradicional e o moderno para essa comunidade. A substituição das casas faz parte de uma lógica e de expectativas coerentes dentro do

3. Ver o trabalho de MOSER, Anita. *A nova submissão (mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial)*. Porto Alegre, ed. Edipaz, 1985. Este estudo realizado no município vizinho, Rodeio, mostra que a entrada da mulher no mercado de trabalho como assalariada contribuiu em muito para a elevação do consumo. Estas orgulham-se de poder adquirir eletrodomésticos e outras utilidades para o lar que a mídia promove através da TV.

processo de evolução do município de Timbó. O saber lidar com estes elementos será ponto fundamental para o sucesso das iniciativas de preservação no município.

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, Aziz N. "Quanto custa uma cidade". IN: *Humanidades*, nº 10, Brasília, UNB, 1986.

ANDRADE, Mário de. *Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília, SPHAN/Pró-Memória, 1981.

ARANTES, Antônio Augusto(org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1984

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE TIMBÓ. Documentos e estatutos. Timbó, 1992.

BARBOSA, Ana Mae T.B.. *Arte-educação no Brasil: das origens ao modernismo*. São Paulo, ed. Perspectiva, 1978.

BARDI, Lina Bo, "Ladeira da Misericórdia: plano piloto". IN: *Projeto* nº 133, Rio de Janeiro, 1989.

BASTOS, Elide Rugai. "Gilberto Freyre e o mito da cultura brasileira"(texto mimeografado). Florianópolis, UFSC, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, ed. Perspectiva, 1987.

_____ *O poder simbólico*. Lisboa, ed. Difel, 1989.

_____ *La distincion*. Paris, ed. Minuit, 1979

BUZZI, Gelindo S.(org.). *Centenário de Timbó*. Timbó, Prefeitura Municipal, 1969.

CABRAL, Oswald R. *História de Santa Catarina*. Florianópolis, ed. Laudes, 1970.

CASTRO, Sônia Rabello de. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro, ed. Renovar, 1991.

CAVALCANTI, Clóvis. "Compreensão econômica e Social da preservação ambiental". IN: *Ciência e tópico*, Recife, 1978.

CHAUÍ, MARILENA. *O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1984.

COMUNIDADE EVANGÉLICA DE TIMBÓ. "Estatutos". Timbó, 1982.

CRISTOFOLINI, Horácio. *História da igreja católica em Timbó*. Timbó, 1988.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo, ed. Difel, s/d.

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica lingüística (dizer e não dizer)*. São Paulo, ed. Cultrix, 1977.

FICKER, Carlos. "Transformação étnica e social do imigrante e da língua alemã em Santa Catarina. IN: *Blumenau em cadernos*, tomo XI. Blumenau, 1970.

FIGUEIREDO, Vilma. *Produção social da tecnologia*. São Paulo, ed. EPU, 1989.

FIORI, Neide Almeida. *A nacionalização do ensino durante a 2ª Guerra Mundial: violência do estado contra os colonos*. Projeto de pesquisa. Florianópolis, CCH/PPGSP, UFSC, 1990.

_____ "Rumos do nacionalismo brasileiro nos tempos da Segunda Guerra Mundial: o "nacional" e as minorias étnicas "inimigas". Trabalho apresentado no III Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia, São Paulo, 1992.

HABERMAS, Juergen. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro, ed. Tempo Brasileiro, 1980.

HERING, Maria Luísa Renaux. *A industrialização no vale do Itajaí-1880 a 1945 (contribuição ao estudo do modelo catarinense de desenvolvimento)*. Dissertação (doutorado em História). São Paulo, USP, 1985.

HORKHEIMER, M.e ADORNO, T. *Temas básicos da sociologia*. São Paulo, ed. Cultrix, 1978.

JAMUNDÁ, Theobaldo da Costa. *O Itajaí-Açu e outras águas*. Blumenau, 1945.

KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre, ed. UFRGS; Florianópolis, ed. UFSC; Caxias do Sul, ed. EDUCS, 1991.

LAGO, Paulo Fernando. *Santa Catarina - a terra, o homem, a economia*. Florianópolis, ed. UFSC, 1968.

LEMONS, Carlos Alberto. *O que é patrimônio histórico?* São Paulo, ed. Brasiliense, 1981.

LEWGOY, Bernardo. *A invenção de um patrimônio: um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado/RS*. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Porto Alegre, UFRGS, 1992.

MAESTRELLI, Sérgio (org.). *A extensão rural na história de Timbó*. Florianópolis, ACARESC, 1988.

MAGALHÃES, Aluísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro, ed. Nova Fronteira, 1985.

MAMIGONIAN, Armen. "Estudo geográfico das indústrias de Blumenau". *Separata de revista brasileira de geografia*, 1965.

MARCUSHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. São Paulo, ed. Ática, 1986.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *História do Brasil: Império*. II vol., Rio de Janeiro, Apostila, 1975.

MEC/SPHAN. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Rio de Janeiro, MEC/SPHAN, 1980.

_____ *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*, nº 22. Rio de Janeiro, 1987.

_____ *Rodrigo e seus tempos: Rodrigo Mello Franco de Andrade*. Rio de Janeiro, MEC/SPHAN, 1986.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Iporanga: "Por que tombar uma cidade?" IN: **Boletim do CONDEPHAAT** nº 3. São Paulo, CONDEPHAAT, 1979.

_____ "Patrimônio ambiental urbano em São Paulo. (Trabalho apresentado no seminário da EMPLASA). São Paulo, 1978.

MICELI, Sérgio(org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo, ed. Difel, 1984.

MOSER, Anita. **A nova submissão: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial**. Porto Alegre, ed. Edipaz, 1985.

ODEBRECHT, Emílio. Mapa cadastral da Colônia Blumenau.

O'DONNEL, Guillermo. "Reflexiones sobre las tendencias de câmbio del estado burocrático-autoritário" IN: **Doc. CEDES/G. E. CLACSO** nº 1. Buenos Aires, 1975.

OLIVEIRA, Maurílio. **Focalizando Indaial, Timbó e Rodeio**.S/ ref. bib.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo, ed. Brasiliense, 1985.

_____ **Pierre Bourdieu-sociologia** São Paulo, ed. Ática, 1983.

PELLIZETTI, Beatriz. **Um banco de imigrantes em Santa Catarina**. Blumenau, Fundação Casa Dr. Blumenau, 1985.

PEREIRA, Luíz Carlos B. **Empresários e administradores no Brasil**. São Paulo, ed. Brasiliense, 1974.

PETRY, Sueli Maria V. *Os clubes de caça e tiro de Blumenau*. Dissertação (mestrado em História). Florianópolis, UFSC, 1979.

PIAZZA, Walter Francisco. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis, ed. Lunardelli, 1988.

_____ *A modernização e as elites emergentes: a contribuição alemã*. Florianópolis, UFSC, 1974.

_____ *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis, ed. Lunardelli/ed. UFSC, 1983.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE. *Pomerode: sua história, sua cultura, suas tradições*, nº 2, 1985.

RAMBO, Arthur Blásio. "O teuto-brasileiro e sua identidade" trabalho apresentado no I Seminário de Estudos Teuto-Brasileiros. Florianópolis, PPGSP/UFSC, 1989.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, ed. Globo, 1969.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. "Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo. IN: *Projeto* nº 86. Rio de Janeiro, 1986.

SEYFERTH, Giralda. "A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira" Trabalho apresentado no I Seminário de Estudos Teuto-Brasileiros. Florianópolis, PPGSP/UFSC, 1989.

_____ "Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança". IN: *Revista do Museu Paulista*. São Paulo, USP, 1983.

_____ *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre, ed. Movimento/SAB, 1974.

_____ "Herança e estrutura familiar camponesa". IN: *Boletim do Museu Nacional* nº 52. Rio de Janeiro, UFRJ, 1985.

_____ *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SILVA, Etienne Luiz. *Desenvolvimento econômico periférico e formação da rede urbana de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Porto Alegre, UFRGS, 1978.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo, ed. Nacional/ed. USP, 1968.

_____ *Economia política da urbanização*. São Paulo, ed. Brasiliense, 1980.

SOUTO, Américo da Costa. *Uma tentativa de história econômica regional: a indústria de Blumenau e a exportação-importação de Santa Catarina (1930-1939)*. Tese (livre docência). Florianópolis, UFSC, 1974.

VIEIRA, Dalmo. Pedido de tombamento da casa do professor-escola rural de Timbó, SC.(documento). Florianópolis, SPHAN, 1985.

WEIMER, Günter. *Arquitetura da imigração alemã: um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-européia ao meio rural do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, ed. UFRGS; São Paulo, ed. Nobel, 1983.

WEINGARTNER, Nelson(org.). *Crônica da comunidade evangélica de Timbó*. Timbó, 1969.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo, ed. Nacional; Brasília, INL, 1980.

_____ *Assimilação e populações marginais no Brasil: estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes*. São Paulo. ed. Nacional, 1940.

ANEXOS

ANEXO I

Trecho da carta enviada em 5 de abril de 1742 pelo Conde das Galveias ao Governados de Pernambuco, Luís Pereira Freire de Andrade.

Pelo que respeita aos Quartéis que se pretendem mudar para o Palácio das Duas Torres, obra do Conde Maurício de Nassau, em que os Governadores fazem sua assistência, me lastimo muito que se haja de entregar ao uso violento e pouco cuidadoso dos soldados, que em pouco tempo reduzirão aquela fábrica a uma total dissolução, mas ainda me lastima mais que, com ela, se arruinará também uma memória que mudamente estava recomendando à posteridade as ilustres e famosas ações que obraramos Portugueses na Restauração dessa Capitania, de que se seguiu livrar-se do jugo forasteiro todo o mais restante da América Portuguesa: as fábricas em que se incluem as estimáveis circunstâncias (referidas). são livros que falam, sem que seja necessário lê-los; se se necessitasse absolutamente, para a defesa dessa Praça, que se demolisse o Palácio, e com ele uma memória ilustre, paciência, porque esta mesma desgraça têm experimentado outros edifícios igualmente famosos; mas por nos pouparmos a despesa de dez ou doze mil cruzados, é cousa indigna que se saiba que, por um preço tão vil, nos exponhamos a que se sepulté, na ruína dessas quatro paredes, a glória de toda uma Nação. Não digo que, por salvar os Quartéis, que hoje lá se embarace a execução da planta que se tem feito, para a obra que se intenta; o que digo é que me parece será mais conveniente fazerem-se de novo, em lugar que se julgar mais próprio; porque, se bem se calcular a despesa que se há de fazer para reduzir o Palácio a Quartéis, e para se porem as

Casas da Junta em estado de poderem decentemente habitar nelas os Governadores, não custará menos cabedal, daquele que podia empregar-se na obra de um novo Quartel; e quando sucedesse que o custo dela fosse maior, não era tão pouco o que se ganhava, que se não desse de barato esse pequeno excesso, pela utilidade de uma fábrica nova, conservando-se as antigas no estado em que até agora estiveram: finalmente, meu senhor, eu desejava muito que, depois da V. Sa. ter feito um tão plausível governo, não sucedesse no seu tempo uma novidade que, bem ponderada, somente será aplaudida pelos Holandeses; e confesso a V. Sa. que, ainda ponto de parte esta relação política, e atendendo somente ao que será menos custoso à fazenda real, me pesuardo de que lhe será mais útil fabricar-se quartéis novos, do que bulir no Palácio das duas Torres, porque tenho por certo que por mais que se trabalhe em atalhar as despesas, em pulir a obra, sempre ficará uma coberta de remendos.¹

¹ IN: *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória* Rio de Janeiro, MEC/SPHAN, 1980.

ANEXO II

Proprietários da Colonia Blumenau, ano de 1872,
constantes do Mapa Cadastral do mesmo ano feito pelo engenheiro
Emílio Odebrecht. (Area referente ao município de Timbó)

**XXVI - Rio do Benedito
Margem Direita.**

- 1 - Carlos Krambec
- 2 - Detlev Krambeck
- 3 - Frederico Krambeck
- 4 - Luiz Hostet
- 5 - Augusto Wulffest
- 6 - Chistiano Voos
- 7 - João Peters
- 8 - Thassilo Leher
- 9 - Guilherme Hafermann
- 10 - TheofiloLange
- 11 - Constantino P. dos Santos
- 13 - Frederico Kuehl
- 14 - Augusto Boening
- 15 - Guilherme Bremer
- 16 - Frederico Hoeltgebaum
- 17 - Theofilo Scheli
- 18 - Guilherme Borchert
- 19 - Guilherme Brandenhurg
- 20 - João Vosf
- 21 - Augusto Grubert
- 22 - Guilherme Wrier
- 23 - Frederico Mantei
- 24 - Para vender-se
- 25 - August Ewald l.
- 26 - João Reguse
- 27 - Carlos Huhlert
- 28 - João Dumke

- 29 - August Ewald 2
- 30 - Frederico Michelson
- 31 - Augusto Schuster
- 32 - Augusto Eichenberg
- 33 - Teophila Timm
- 34 - Fernando Franzo
- 35 - Augusto Fenske
- 36 - Frederico Janer
- 37 - Theophilo Roepke
- 38 - Fernando Kohls
- 39 - Augusto Jandt
- 40 - Carlos Muller
- 41 - Miguel Krueger
- 42 - Henrique Manke
- 43 - Henrique Manke
- 44 - Frederico Priebe
- 45 - Henrique Zickhuhr
- 46 - Carlos Janke
- 47 - Henrique Janke
- 48 - Guilherme Ittner
- 49 - Henrique Bloedorn
- 50 - Para vender-se
- 51 - Para vender-se
- 52 - Para vender-se
- 53 - Reservado para a passagem do rio

XXVII - Rio Benedito
Margem Esquerda.

- 1 - Carlos Blaese
- 2 - Carlos Zünke
- 4 - Frederico Krause
- 5 - Júlio Maas
- 6 - Augusto Maas
- 7 - Guilherme Marquardt
- 8 - Ernesto Pantem
- 9 - Guilherme Wegner
- 10 - Carlos Wegner
- 11 - Henrique Lasjan

- 12 - Guilherme Kamholz
- 13 - Luis Stenk
- 14 - Alberto Kopsel
- 15 - Luiz Roepke
- 16 - Frederico Mochs
- 17 - August Schulz
- 18 - Frederico Leitzke
- 19 - Augusto Stenk
- 20 - Augusto Duwe
- 21 - Frederico Duwe
- 22 - João Duwe
- 23 - João Meitzel
- 24 - Hermann Berndt
- 25 - Frederico Strelow
- 26 - Carlos Pieske
- 27 - Theophilo A. Zibell
- 28 - Augusto Viehbrantz
- 29 - Carlos Leitzke
- 30 - Henrique Klug
- 31 - Cristiano Decker
- 32 - viúva Lina Hempe
- 33 - Carlos Manske
- 34 - Fernando Funwey
- 35 - João Trebés
- 36 - Hermann Brandt
- 37 - Carlos Arndt
- 38 - Para vender-se
- 39 - Para vender-se
- 40 - Fernando A. Krueger
- 41 - Hermann Krueger
- 42 - Augusto Manske
- 43 - Para vender-se
- 44 - Frederico Samp
- 45 - Guilherme Samp
- 46 - João Zarling

**XXXVII- Rio dos Cedros
Margem Direita**

- 1 - Reservado para fins públicos,
- 2 - passagem do rio Frederico
- 3 - Donner.
- 4 - Augusto Hammermeister
- 5 - João Adam
- 6 - Christlieb Adam
- 7 - Frederico Adam
- 8 - João Ittner
- 9 - Alberto Strey
- 10 - João Kochlin
- 11 - Carlos Bertram
- 12 - Jonao Walow
- 13 - Alberto Koffke
- 14 - Carlos Klitzke
- 15 - para vender-se
- 16 - Frederico Klitzke 2
- 17 - João F. Klizke
- 18 - Guilherme Ittner 2

**XXIX Rio dos Cedros
Margem Esquerda**

- 1 - Christiano Kissner
- 2 - Frederico Donner
- 3 - Carlos Tessey
- 4 - Augusto Starke
- 5 - Godofredo Noremmburg
- 6 - Carlos Milbratz
- 7 - Augusto Jahn
- 8 - Guilherme Klug
- 9 - Frederico Klug
- 10 - João Klug
- 11 - Carlos Klug
- 12 - Frederico Klitzke 1
- 13 - João Klitzke
- 14 - para vender-se

- 15 - Guilherme Gaulke
- 16 - Frederico Kloen
- 17 - Guilherme Butzke
- 18 - João Klein
- 19 - Frederico Kannefberg
- 20 - para vender-se
- 21 - Frederico Kleinschmidt
- 22 - Guilherme Raasch
- 23 - Frederico Kleinschmidt Júnior
- 24 - Carlos Klitzke
- 25 - Hermann Brandt
- 26 - Carlos Rasch
- 27 - Carlos Arndt

XXX - Ribeirão Mulde

- 1 - Guilherme Offe
- 2 - Guilherme Schell
- 3 - João H. Weys
- 4 - Guilherme Steinbrink
- 5 - Claudio Weys
- 6 - Viúva Joana Wagenknecht
- 7 - Marcos Siewers
- 8 - Gustavo Zoelfel
- 9 - Hartwig Roese
- 10 - Gustavo Zoelfel
- 11 - Claudio Stammerjohann
- 12 - Marcos Weiss
- 13 - para vender-se
- 14 - Henrique Loehse
- 15 - Jacó Urbam
- 16 - para vender-se
- 17 - para vender-se
- 18 - João Suhr
- 19 - João Suhr
- 20 - Godofredo Siewers
- 21 - Jorge Barg
- 22 - Pedro Schramm
- 23 - Carlos Freese
- 24 - Carlos Krueger

- 25 - João Barg
- 26 - Guilherme Maas
- 27 - Frederico Jansen
- 28 - Ernesto Maumann
- 29 - Luis Knoppe
- 30 - Guilherme Puff
- 31 - João Wichr mann
- 32 - João Severin
- 33 - Carlos Reskelberg
- 34 - Detlev Westphalen J.
- 35 - Nicolau Maul
- 36 - João Westphalen
- 37 - Francisco Schmechel
- 38 - Adolfo Klaar
- 39 - Cristiano Heinig
- 40 - Carlos Kohls
- 41 - Carlos Haffemann
- 42 - Frederico Will
- 43 - Augusto Haffemenn
- 44 - Theophilo Dergold
- 45 - Cristiano Haffemann
- 46 - Othon Bachmann
- 47 - Frederico Krieser
- 48 - Rodolfp Keller mann
- 49 - viuva Joana Abel
- 50 - João Wendt
- 51 - Martim Knobs
- 52 - Frederico Theilacker
- 53 - Carlos Weise
- 54 - Bernardo Gessner
- 55 - Henrique Kiekloepel
- 56 - Godofredo Gessner
- 57 - viuva Cristiana Manger
- 58 - Roberto Kreisig
- 59 - Guilherme Heinig
- 60 - Ernesto Pieritz
- 61 - Julio Gross
- 62 - Carlos Gross
- 63 - Hermann Gross
- 64 - Luiz Schubert
- 65 - Carlos Augusto Oestrei
- 66 - Antonio Reichel
- 67 - Carlos Strassbereger

- 68 - Frederico Carls
- 69 - Frederico Grimm
- 70 - Henrique Zenke
- 71 - Ernesto Muelstedt
- 72 - Carlos Zils
- 73 - João Frederico Baerisey
- 74 - Carlos André
- 75 - João Frederico Baerisey
- 76 - Carlos Herschen
- 77 - para vender-se
- 78 - Carlos Herschen
- 79 - Hermann Weise
- 80 - Carlos Weise 2
- 81 - para vender-se
- 82 - Othon Bachmann
- 83 - para vender-se
- 84 - para vender-se
- 85 - para vender-se
- 86 - Augusto Wetzel
- 87 - para vender-se
- 88 - Carlos Wetzel
- 89 - para vender-se
- 90 - Guilherme Wetzel
- 91 - João Michel
- 92 - para vender-se
- 93 - Henrique Kiegel
- 94 - para vender-se

ANEXO III

Exmo. Snr. Prefeito Municipal de Timbó

Snr. DONIGO WOLTER

Exmo. SNR. Presidente da Câmara dos Vereadores de Timbó

Snr. GENÉSIO SLOMP

PREZADOS SNRS.:

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE TIMBÓ, pela presente, vem mui respeitosamente à presença de VV.SS. para expor, solicitar e sugerir o que abaixo segue:

1) Anexo uma cópia dos Estatutos desta Associação, e que por sí explicam os objetivos da mesma.

2) Nossa maior satisfação seria VV.SS. considerarem nossas atividades como somadoras para resolver problemas de nossa Comunidade e podermos contar com o indispensável apoio de VV.SS.

3) Agradecemos pela atenção e apoio que nos têm sido dispensados por VV.SS. até agora, e desde já agradecemos pela continuidade.

4) Nas diversas reuniões que tivemos foram levantados uma série de problemas, tendo sido resolvido tratar de um em um, aré à sua exaustão e perfeição, para que as soluções se tornem mais eficientes e mais receptivas.

Neste sentido foi escolhido o problema relacionado com a ocupação do solo, -e em relação à solução de problemas relacionados com esta questão, pediríamos o apoio de VV.SS. no que segue:

A) Condensar a atual legislação para que seja de fácil compreensão de todos.

B) Efetuar um levantamento completo e minucioso de todas as irregularidades existentes, e no mínimo com os seguintes informes:

- a) Proprietário e endereço.
- b) Localização (endereço), -agrupamento por bairro, desde quando.
- c) Descrição de cada caso, o mais minucioso possível, inclusive para poder servir para uma futura avaliação.

C) Em relação às irregularidades propor:

- a) Os casos para aceitar como está e legalizar.
- b) Os casos para melhorar e como, e depois legalizar.
- c) Os casos a serem erradicados, e como.
- d) Como coibir novos casos.

Nos itens C) c) e d) esta Associação propõe:

- a) A aplicação imediata das leis existentes, se necessário de forma implacável.
- b) Estudar urgentemente as leis no que forem falhas, melhorando-as, inclusive no sentido de tornar impossível o seu não cumprimento.

D) Em relação às Associações de Bairros:

- a) Fechar rapidamente o círculo das Associações de Bairros.
- b) Delimitar nitidamente as fronteiras dos Bairros.
- c) Sugerir que todos os Associados das Assoc. de Bairros sejam portadores de Carteirinhas de Associados.

E) Em relação a tudo acima levantado, pedimos a VV.SS. informar-nos em que e como podemos ajudar, -estamos a disposição para diálogo.

Sem mais, desde já gratos, subscrevemo-nos com os protestos da mais elevada estima e distinta consideração,

MUI ATENCIOSAMENTE ¹

DA COMPOSIÇÃO DA A/C.

Art. 1º dos Estatutos da A/C ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE TIMBÓ.

A Associação Comunitária de Timbó é uma Entidade sem fins lucrativos, sem credo, sem distinção de raças, apartidária e independente em relação às pessoas e da administração pública, com sede em Timbó-SC, composta pelas Associações de Bairros, Associações Representativas de Classes, Clubes de Serviços, legalmente constituídos, e ou seus Presidentes, que quiserem se filiar, com duração indeterminada e que terá como função servir a Comunidade como segue:

- a) Levantando e Debatendo assuntos específicos de interesse da Comunidade em geral.*
- b) Apresentando sugestões para a respectiva solução.*
- c) Apresentando e Debatendo os mesmos -a) e -b) com Entidades Públicas e Privadas, Nacionais e Internacionais.²*

1. Cf. documento original.

2. Cf. documento original.